

PAULO TADEU RABELO DA MOTTA

**O ENSINO TÉCNICO COMO ALTERNATIVA DE ACESSO AO  
MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DO PERFIL DO ALUNO  
DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ASSIS-SP.**

ASSIS  
2012

PAULO TADEU RABELO DA MOTTA

**O ENSINO TÉCNICO COMO ALTERNATIVA DE ACESSO AO  
MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DO PERFIL DO ALUNO  
DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ASSIS-SP.**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – UNESP – Universidade Estadual  
Paulista para a obtenção do título de Doutor em  
Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e  
Sociedade).

Orientadora: Prof. Dra Elizabeth Piemonte  
Constantino

Co-orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Laura Nogueira Pires

ASSIS  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

M921e Motta, Paulo Tadeu Rabelo da  
O ensino técnico como alternativa de acesso ao mercado de trabalho: um estudo do perfil do aluno da Escola técnica Estadual de Assis-SP / Paulo Tadeu Rabelo da Motta. Assis, 2012  
151 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup> Elizabeth Piemonte Constantino  
Co-orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Laura Nogueira Pires

1. Escolas técnicas. 2. Ensino técnico. 3. Ensino profissional – São Paulo (Estado). 4. Formação profissional. I. Título.

CDD  
371.42

MOTTA, Paulo Tadeu Rabelo da *O ensino técnico como alternativa de acesso ao mercado de trabalho: um estudo do perfil do aluno da Escola Técnica Estadual de Assis-SP*. 2012. 151 f. TESE (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

## RESUMO

Existe uma procura crescente pelas vagas oferecidas pelos cursos técnicos. As matrículas cresceram para além dos 70% entre 2002 e 2010. Tornou-se fundamental voltarmos o olhar para tal segmento educacional, pois, as mudanças no mercado de trabalho formal, aliado a promulgação da Lei nº 11.741, que desvincula o Ensino Médio da Educação Profissional, forçou-nos a compreender essa população diferenciada, que hoje adentra os bancos escolares da Educação Profissional. Após a aplicação de questionários e da utilização do critério socioeconômico da ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado) o perfil do aluno que está matriculado nos diversos cursos da Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, em Assis, é o de uma população com uma pequena superioridade numérica feminina, nascidos, em sua maioria, na cidade de Assis, com idade média em torno de 24 anos, que estudam no período noturno, são solteiros, sem filhos, moram com os pais, muito interessados nas novas tecnologias, trabalham, não freqüentam a biblioteca, são oriundos de escola pública, apresentam objetivos claros e esperam uma boa formação voltada para o mercado de trabalho, pretendem, em curto prazo, trabalhar e continuar estudos universitários; entendem que a Internet, os amigos e a televisão atendem suas necessidades de lazer e dependem financeiramente dos pais, que por sua vez, apresentam o Ensino Médio completo e trabalham, em sua maioria, na área de serviços. Os respondentes caracterizam-se por pertencerem às classes socioeconômicas B e C.

Palavras-Chave: perfil socioeconômico, cursos técnicos, ensino profissional.

MOTTA, Paulo Tadeu Rabelo da. *The technical teaching as an alternative of access to the job market: a study of the student's profile of a State Technical School in Assis - SP*. 2012. 151 p. Thesis (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

### **ABSTRACT**

There is an increasing demand for the vacancies offered by the technical courses. The enrollments outgrew above 70% between 2002 and 2010. It has rendered fundamental to turn our eyes to such an educational segment because the changes in the formal job market, associated with the promulgation of the Law 11.741, that disentails the High School from the Professional Education, has forced us to comprehend this distinct population, which goes into the Professional Education. After the application of questionnaires and the utilization of the socioeconomic criteria established by ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado) the profile of the student enrolled in the various courses of the Escola Técnica Estadual Pedro D'Arcádia Neto, in Assis, is that of a population with a small numerical feminine superiority, born mostly in Assis, with a mean age around 24 years old, studying at night, single, without children, living with their parents. They are very interested in new technologies, they work, they do not attend library, they came from public schools and show clear objectives and hope for a good formation directed to the work market. They also intend to work and get into college, they understand that Internet, friends and television fulfill their needs of leisure. Finally, they are financially dependent from their parents, which, in turn, present complete High School studying and do outside works. The respondents characterized themselves as pertaining to B and C socioeconomic classes

**KEY WORDS:** socioeconomic profile, technical courses, professional teaching.

## LISTA DE TABELAS, FIGURA E QUADRO

<b>Tabela 1</b>	– Gênero, situação escolar e familiar	39
<b>Tabela 2</b>	– As novas tecnologias	40
<b>Tabela 3</b>	– Costumes	41
<b>Tabela 4</b>	– Dados familiares e sócio-econômicos	43
<b>Tabela 5</b>	– Situação educacional	45
<b>Tabela 6</b>	– Quadro comparativo do SM – 2004/2011	58
<b>Tabela 7</b>	– Tabela comparativa de Classe/salário	59
<b>Tabela 8</b>	– A Faixa Etária através dos anos	61
<b>Quadro 1</b>	– O Ranking Do Ensino Médio/ENEM-2006	34
<b>Quadro 2</b>	– Critério ABIPEME- Escolaridade do chefe de família	36
<b>Quadro 3</b>	– Critério ABIPEME - Itens de conforto familiar	36
<b>Gráfico 1</b>	– Censo Escolar 2002 - Ensino Médio (dados preliminares)	47
<b>Gráfico 2</b>	– Alunos trabalhadores ao longo dos anos	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Anunciantes
ABIPEME	Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado
ABOP	Associação Brasileira de Orientação Profissional
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
ETE	Escola Técnica Estadual
ETEC	Escola Técnica
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FCL	Faculdade de Ciências e Letras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases (da Educação)
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OP	Orientação Profissional
OV	Orientação Vocacional
SM	Salário Mínimo
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> - .....	9
<b>CAPÍTULO I</b> .....	11
1.1 História das Políticas Públicas voltadas para o Ensino Técnico no Brasil.....	13
1.2 A escolha profissional e o adolescente.....	21
1.3 Alguns dados importantes.....	26
<b>CAPÍTULO II</b> .....	30
2.1. Objetivos.....	30
2.2. Metodologia.....	30
2.3. O Centro Paula Souza.....	32
2.4. Classificação sócio-econômica: critério ABIPEME.....	35
<b>CAPÍTULO III</b> .....	38
3.1 Apresentação dos resultados.....	38
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	46
4.1 Discussão dos resultados.....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66
<b>ANEXOS</b> .....	71



## APRESENTAÇÃO

O tema que investigo, está presente em minha vida profissional desde minha formatura, quando me licenci em Psicologia (1981). Por razões econômicas, comecei a trabalhar logo depois da formatura no quarto ano (Licenciatura) numa Escola de Ensino Médio (antigo 2º grau) que mantinha, além do ensino médio regular, direcionado ao vestibular, cursos técnicos, entre eles o curso de Magistério, voltado à formação de professores que seriam destinados ao Ensino Fundamental, antigo 1º grau. Lecionava todas as disciplinas referentes à Psicologia e após um ano, fui contratado também para oferecer Orientação Vocacional aos jovens que cursavam o Ensino Regular. A contratação de um Psicólogo, em meados da década de oitenta, era um diferencial positivo para a escola, pois os pais poderiam contar com mais um serviço, pelo mesmo preço. É desnecessário discorrer sobre as condições de trabalho. Portanto, o tema “escolha profissional” é muito significativo em minha trajetória profissional, tanto que, uma das disciplinas que leciono é “Orientação Vocacional”. No começo da década de noventa, juntamente com um grupo de profissionais que trabalhava na área promovemos o I Simpósio de Orientação Vocacional/Ocupacional, na cidade de Porto Alegre, de onde surgiu a ABOP-Associação Brasileira de Orientadores Profissionais- em 1993. Atualmente, trabalho supervisionando alunos formandos do curso de Psicologia que optam por realizar estágios nessa área.

Uma preocupação muito recorrente me impulsionou para o tema estudado. Em minha prática diária percebi um aumento significativo do interesse por cursos técnicos. As áreas tradicionais –Medicina, Engenharia e Direito- não atraíam o jovem como antigamente. É oportuno registrar que a área de Engenharia está tendo uma procura fora dos padrões normais, muito em função das descobertas recentes de campos de petróleo (pré-sal). É óbvio que uma série de motivos poderiam ser elencados como responsáveis por essa nova demanda. A nova ordem mundial, as grandes mudanças no mundo do trabalho, o advento da informatização, as novas relações corporativas, o fracasso de economias fragilizadas por modelos neoliberais, e mais próximos de nossa realidade regional, a mecanização na agricultura e a modernização dos processos produtivos fazem parte do amplo espectro de razões sócio-econômicas que poderiam impulsionar o jovem a buscar alternativas, que não as que se mostravam até então.

Além disso, políticos, notadamente o candidato que venceu as últimas eleições para governador do Estado, em São Paulo, incluíram o Ensino Profissional em suas campanhas. As Escolas Técnicas passaram a ter um status de solução para o desemprego, ou seja, o trabalhador formado por elas teria emprego imediato. Este não foi um ato isolado da campanha de 2010 e não é exclusividade do candidato ao governo do estado de São Paulo. Como será possível perceber, esse discurso é anterior e só foi reforçado mais ainda, como é possível notar no capítulo II, onde resgatamos a história de fundação das escolas técnicas, principalmente no Estado de São Paulo e no capítulo I, onde, através da história, tentamos chegar às origens de como o governo federal, ao longo de décadas, lidou com as Políticas Públicas voltadas para o Ensino Profissionalizante.

Ainda no capítulo I apresentamos o tema “Escolha Profissional”. Onde surgiu e objeto de estudo de qual ciência? Além disso, julgamos importante esclarecer e estabelecer parâmetros sobre como entendemos a Adolescência, já que é nesse período em que acontecem as escolhas. Ainda nesse capítulo discorreremos sobre alguns dados que achamos importantes para o entendimento do conjunto do trabalho.

No capítulo II, como já ressaltado, além do resgate histórico que fizemos, explicitaremos os procedimentos metodológicos adotados, assim como a opção que fizemos pela classificação sócio-econômica da ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado).

No capítulo III apresentaremos os resultados obtidos através de uma série de tabelas e no capítulo seguinte (IV) procuraremos discuti-los.

No final do trabalho, apresentamos as considerações finais e algumas perspectivas de continuação de estudos voltados ao tema proposto, que entendemos pertinentes ao momento, pois o Ensino Técnico está recebendo uma atenção especial, não só de governos, mas principalmente da população, que pode estar equivocada quanto a sua eficiência na colocação do formando no mercado de trabalho.

## CAPÍTULO I

A vida laboral tem apresentado significativas e constantes mudanças nas últimas décadas, tanto do ponto de vista de práticas sociais como em termos de visões sociais sobre o mundo do trabalho. As transformações ocorrem de uma maneira rápida e imprevisível, principalmente no campo das profissões. Em função da geração constante de atividades profissionais cada vez mais especializadas, os profissionais que estão atuando e as pessoas que pretendem ingressar em uma profissão se vêem impelidos a acompanharem, de uma forma ou outra, as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Parece não haver mais certezas quanto a longevidade ou obsolescência de certas funções e atividades profissionais, onde a formação cada vez mais precoce e os cursos de atualização são necessários para o ingresso e para a permanência em determinadas profissões. As sugestões que se oferecem para os problemas atuais relacionados ao mundo do trabalho, ao menos a priori, se distanciam cada vez mais do jovem que tem uma escolha profissional pela frente, pois se resumem em estudos contínuos na busca da especialização exacerbada diante de uma pessoa que ainda experimenta os primeiros passos da formação profissional.

Diante desse quadro, os jovens em situação de escolha profissional têm recebido cada vez mais informações sobre o mundo das profissões e do trabalho via mídia, e essa tendência data do início da década de 1990, notadamente impulsionada por demandas do público jovem diante das dificuldades de compreender as alterações que o universo das profissões e do trabalho vem sofrendo desde o final da citada década, como também de entender o mundo que o cerca.

Na última década do século passado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (dez/1996) criou, entre outros, os cursos de curta duração, ou, sequenciais (art. 44º, inciso I), como eram chamados, além dos cursos via Internet, à distância (cursos on-line). Evidentemente, a rede privada antevendo boas oportunidades de se aferir lucro, se apropriou de tais idéias, lançando uma gama enorme de cursos no mercado. Do dia para a noite, o jovem que escolhe uma profissão, se viu num turbilhão de cursos novos, diferentes e incomuns, e de acordo com o Reitor da Universidade Anhembi Morumbi e também presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de

Ensino Superior, a ABMES, Gabriel Mario Rodrigues, oriundos de estabelecimentos *cuja imagem é confusa e difusa* (www.abmeseduca.com). Visagismo e Terapia Capilar, Naturologia, Quiropraxia, Maquiagem, Podologia, são apenas alguns exemplos de cursos oferecidos por Universidades nacionais. E isso tudo utilizando *uma publicidade comercial, idêntica à de qualquer supermercado, cada vez mais exagerada* e que por assim agir, não colaboram na *construção de uma imagem real, estável, definível e defensável* das Instituições de Ensino Superior privadas, afirma o dirigente citado acima, numa auto-crítica incomum aos empresários do setor.

Os cursos técnicos ganharam certa notoriedade. Na campanha política para o governo no estado de São Paulo de 2010, os cursos técnicos foram mostrados como uma verdadeira saída para inúmeros problemas, pois a viabilização de mais vagas para atender uma demanda sempre crescente, viria com a criação de novos cursos, em novas cidades e em novas regiões. Nessa perspectiva, os cursos técnicos que significam, segundo alguns políticos afoitos, certeza de emprego, viriam a contribuir com o desenvolvimento econômico já que, suprimindo a mão de obra técnica, ausente na maioria das regiões, como alardeado em campanha, inclusive do candidato vencedor do pleito, o desenvolvimento pleno da região aconteceria a largos passos. Pouco, ou muito pouco se fez nessa direção, pois políticos e educadores responsáveis, via de regra, não se encontram em tratativas visando o bem comum. É muito comum, por outro lado, que educadores reafirmem sua disposição e vontade na ânsia de que os dirigentes políticos não se esqueçam de alguns itens fundamentais e que, invariavelmente, são preteridos pelos mesmos na busca de votos. Cite-se, rapidamente, a infra-estrutura, a logística, estudos que identifiquem a vocação<sup>1</sup> da região e das cidades no entorno e, principalmente, recursos financeiros para atender toda a demanda de implantação de novos cursos.

Preocupados com a repentina ascensão dos cursos técnicos, pois se tornaram pontos estratégicos de campanha política, bem como com o interesse repentino de uma parcela da população por facilidades na formação e na busca do emprego, decidimos nos debruçar sobre tais aspectos buscando investigar o perfil do aluno que procura pelas vagas dos cursos técnicos, especificamente do Centro Paula Souza de Assis. Quem é o

---

<sup>1</sup> VOCAÇÃO: Na vida profissional, temos evitado usar o termo “vocação”. Utilizamos, atualmente, para exprimir a idéia “Identidade profissional”. Assim, quando queremos dizer que Fulano tem “vocação” para isso ou aquilo, dizemos que Fulano construiu, social e politicamente, uma identidade profissional para isso ou aquilo. No caso específico, acima, o termo cumpre sua função para o que nos propusemos.

aluno que procura pelos cursos técnicos? Seus interesses e objetivos. Eis alguns temas que investigaremos ao longo do desenvolvimento de nosso projeto. Objetivamos traçar um perfil do corpo discente da Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, pertencente ao Centro Paula Souza, na cidade de Assis.

### **1.1- História das Políticas Públicas voltadas para o Ensino Técnico**

A educação profissional, desde a sua implantação, carregou consigo o estigma ligado ao seu status, que nunca foi dos melhores, pois sempre esteve presente no discurso educacional como o tipo de educação oferecida aos menos favorecidos economicamente.

Os jesuítas foram os primeiros professores do Brasil, e isso só foi acontecer em 1549 e, de acordo com Sablich (2007), fundando a primeira escola de ensino primário brasileira, em Salvador.

A população, que aqui estava, nas palavras de Pero Magalhães Gandavo, citado por Fonseca (2011: p. 68):

não tinham as letras F, nem L, nem R” em seu vocabulário, numa alusão de que nossos índios não tinham Fé, não tinham Leis e não obedeciam a nenhum Rei e que, portanto, “deveriam desenvolver sob a égide de um Rei, uma Fé e uma Lei.

Segundo um documento do Ministério da Educação (2009), comemorativo dos 100 anos da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, os índios e os escravos foram os primeiros aprendizes de ofícios, ainda no período Colonial e, desde então, segundo Fonseca (1961), aquela forma de ensino era vista “como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.(p. 68).

O chamado Projeto Educacional Jesuítico não se continha em apenas catequizar indígenas, mas sim, segundo Maciel e Shiguinov (2008), um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira(p.173), tornando o índio mais dócil, inculcando idéias de um novo modo de produção que se avizinhava. Desse

modo, ainda citando os autores acima, existia a preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado e que começasse a adquirir hábitos de trabalho e passasse a valorizar a produção ao invés do ócio (p.174).

Com a descoberta das riquezas minerais em Minas Gerais, as Casas de Fundição se espalharam e surgiu a necessidade de um ensino mais especializado, para as pessoas que poderiam suprir a demanda pela mão de obra e que não trouxessem problemas ao governo. Isso foi resolvido destinando-se as vagas para os filhos de homens brancos, já empregados nas Casas de Fundição, estabelecendo-se uma banca examinadora que, ao longo de cinco ou seis anos, avaliaria se deveriam ou não receber uma certidão de aprovação, para só depois servirem à coroa.

Segundo o documento comemorativo dos 100 anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, antes da chegada da família real portuguesa, em 1808, foram criados vários Centros de Aprendizagem de Ofícios ligados a Marinha Brasileira. Operários especializados de Portugal tornavam-se instrutores de mendigos e presos que ainda tivessem condições para produzir, além dos índios e escravos.

Nos anos 1800, porém, após a proibição da existência de fábricas no Brasil, pois havia um temor da coroa portuguesa de que o Brasil descobrisse todo o seu potencial produtivo, pois “além de ser o país mais fértil do mundo,... ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas fábricas e manufaturas no Brasil”. (Alvará de 05/01/1785), várias tentativas foram realizadas visando a instrumentalização técnica da camada mais pobre da sociedade. Crianças e jovens aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria entre outros.

Após a chegada da família real ao Brasil (1808), Dom João cria o Colégio das Fábricas, para atender à educação dos filhos de quem veio de Portugal. E sabe-se aí, que nem todos os portugueses que aqui chegaram faziam parte da corte. Vieram também artistas, empregados, ou seja, gente que não fazia parte da elite, mas que eram necessárias ao estabelecimento do modo de vida da corte no Brasil. E com o passar dos anos, para satisfazer as exigentes pessoas que compunham a corte, até em prisões foi preciso recrutar futuros servidores, pois outras tentativas se tornaram inúteis.

No conjunto de três obras de Cunha, cuja segunda edição foi lançada em 2005, é possível notar a dualidade que se estabeleceu a partir desses acontecimentos. Na trilogia citada, fundamental para estudos dessa natureza, a educação nacional parece fendida, onde de um lado, para a elite e os filhos dela era oferecido o Ensino Propedêutico e de outro a Educação Profissional, que era destinada a população pobre e aos filhos dos trabalhadores. Perceber-se-á, no decorrer da obra, que tais diferenças atravessaram séculos, governos, e se sustentam até hoje travestidas de iniciativas ora de cunho liberalista, como começaram, ora travestidas de “políticas públicas”, geradas nos gabinetes do poder. Para CUNHA (2005) o Império deixou um legado para a República, qual seja, a aliança de liberais, positivistas e monarquistas magoados com os rumos da política, e isso, certamente se refletirá na Educação, no futuro.

Em 1906, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, como eram denominados os governadores antigamente, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, iniciou no Brasil o Ensino Técnico, criando quatro escolas profissionais no estado (Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul), sendo que, as três primeiras eram para o ensino de ofícios voltados para área industrial e comercial e a última para a aprendizagem agrícola.

Em 1909, o então presidente do Brasil, Afonso Pena morre, assumindo seu vice, Nilo Peçanha, citado acima. O presidente morreu em julho, o vice assumiu e em 23 de setembro de 1909 assinou o Decreto nº 7.566 criando 19 Escolas de Aprendizagem Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (conforme anexo 10).

De acordo com notícias veiculadas por jornal (SETEC: 2007), o atual ministro da Educação Fernando Haddad, salientou que “até o início do século XXI, o país havia construído 140 escolas técnicas e agrotécnicas, mas neste governo, vamos dar um salto e entregar, até 2010, outras 214 escolas técnicas”. Fato curiosíssimo, é que tal notícia foi verificada e confirmada. De fato, o governo federal entregou, entre 2003 e 2010, 214 escolas previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Só nos resta torcer para que não sejam abandonadas e que sejam sempre motivo de propaganda política, pois assim, estarão bem cuidadas.

Mas, voltemos à compreensão da história e entenderemos o presente estado de coisas. Em 1909, no governo Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes se consolidaram sob os seguintes propósitos:

Considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-lo adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação.(MACHADO: 1982)

Nota-se aí uma quase perpetuação de um estado de coisas que se torna quase impossível desvincular o ensino técnico das classes menos favorecidas.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e o Ensino Profissional ganhou uma Inspeção que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes, que antes desse fato, estavam sob a administração do Ministério da Agricultura. A Constituição Brasileira de 1937 foi pioneira ao citar o ensino técnico, profissional e industrial:

**Art. 129-** O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado.(on line)

Em 1941, a chamada Reforma Capanema, que segundo vários autores – FEIJÓ, (2007), SABLICH (2007), CUNHA (2005), FERRETI (1997), FONSECA (1961) – contribuiu muito para a consolidação da estrutura elitista e dicotômica do ensino brasileiro (Biagini, 2012), foi acompanhada também da criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e, em 1946, do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que comporiam o chamado Sistema S – Sesc (Serviço Social do Comércio), Senac, Senai, Sesi (Serviço Social da Indústria) e Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Tais serviços de treinamento de mão de obra foram e ainda o são, independentes do ensino técnico das escolas, tanto federais como estaduais ou particulares. A década de 40 se destacou neste cenário pelas transformações do setor produtivo brasileiro, vindo a se consolidar na década de 50, onde, definitivamente,



aconteceu o alvorecer do setor industrial. Aí já se notava que o trabalhador era levado a crer que o seu despreparo para lidar com o novo mercado de trabalho, era de sua inteira responsabilidade, pois o “conhecimento” estava ali, a seu dispor, e os que tivessem determinação para aprender, se saíam bem e os outros pereceriam, assumindo uma culpa histórica, ou seja, o emprego existe, a vaga está ali, porém não há ninguém qualificado para ocupá-la. E isso ainda hoje, 2012, é notícia nas principais redes de notícias no Brasil. Assim, já na década de 50 era possível “inferir que o Ensino Técnico possuía, em sua essência histórica, a materialidade do propósito capital de formar uma massa de trabalhadores qualificados para ficar à disposição das necessidades da produção” (BIAGINI, 2012, p.8).

Com a eleição de Juscelino Kubitschek (1955-1960) uma grande transformação era esperada no setor produtivo. Não veio como se esperava, em função até das condições mundiais. A construção de Brasília e os planos ufanistas do governo de percorrer 50 anos em cinco, mantiveram ainda acesas as chamas do tão buscado progresso. Após o governo de JK, Jânio Quadros assume em janeiro e renuncia em agosto de 1961. Em dezembro de 1961, em meio ao caos da renúncia de Jânio Quadros e as incertezas que se cultivaram sobre o governo de João Goulart, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que segundo Biagini, trouxe consigo a “primeira tentativa de articulação dos dois sistemas de ensino, a partir da equivalência plena entre os cursos propedêuticos e os profissionalizantes” (Idem, 2012, p. 9).

Foi a partir dessa Lei, que o aluno de um curso profissionalizante poderia almejar a continuidade de seus estudos, pois poderia submeter-se ao vestibular. Foi mais uma das ações do governo que atingiram plenamente os objetivos (do governo).

Os alunos oriundos do Ensino Profissionalizante não dispunham do arsenal propedêutico que eram exigidos nos exames que selecionavam candidatos para a Universidade, portanto, seguindo os objetivos traçados, mantinha-se o mercado super abastecido de técnicos, prontos para o trabalho e dispostos a cumprir sua nobre missão de atender ao ideário do Liberalismo e logo em seguida, da ditadura militar que se avizinhava, mas isso tudo acontecendo e o aluno do Ensino Profissionalizante e, por conseguinte, sua família, assumindo a culpa por não conseguir ultrapassar limites que eram muito bem estabelecidos pelo governo.

Com o golpe militar em 1964, o poderio dos Estados Unidos da América, também estendeu suas garras sobre a Educação brasileira. Na área da Educação muitos acordos foram realizados, sendo o mais famoso e importante a parceria que se estabeleceu entre o MEC e o USAID<sup>2</sup>, que se refletiu fortemente na LDB nº 5.692, de agosto de 1971.

A Lei 5.692/71, como ficou conhecida, já em seu Art. 1º, apregoa que o verdadeiro sentido da Educação está no “exercício consciente da cidadania”, que poderá ser exercido através do trabalho. Só para que recordemos: o presidente do Brasil era o General Emílio Garrastazu Médici e o Ministro da Educação o então político e ex-tenente coronel do exército Jarbas Passarinho.

Os anos de ditadura militar passaram e trouxeram os anos 90. Em 1985, com a morte de Tancredo Neves, assume José Sarney, digno representante da Arena, partido que servia de fachada legal à ditadura militar. A busca por dias melhores foi sepultada naquele dia 21 de abril de 1985, exatamente 39 dias depois de trazer nova esperança ao povo brasileiro, tendo sido eleito, mesmo que por um colégio eleitoral, presidente do país.

Na década de noventa, o Ensino Técnico vem “se estabelecendo, pois, a partir do percurso histórico aqui desenhado, ou seja, partindo da estruturação da lógica capitalista como modelo de organização da sociedade”. (BIAGINI, 2012, p.15).

---

<sup>2</sup> **MEC-USAID**

Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino.

A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo. (MENEZES, on line) Para estudos mais aprofundados, nesse assunto e, que não é o nosso caso, é fundamental consultar as obras de José Oliveira Arapiraca (1982), Otaíza Romanelli (1978), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (1985) entre outros.

De todo modo, o Ensino Profissionalizante se consolidou. Tanto que a LDB de 1996, Lei nº 9.394/96, vigente até agora, sancionada por Fernando Henrique Cardoso e com a indelével colaboração de Darcy Ribeiro, dedicou para a modalidade um capítulo, que transcrevemos abaixo:

### **CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Art. 39.** A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

**Parágrafo único:** O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

**Art. 40.** A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

**Art. 41.** O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

**Parágrafo único:** Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

**Art. 42.** As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (on line)

O entendimento do governo de Fernando Henrique Cardoso era o de que os altos índices de desemprego eram conseqüência da má qualificação profissional dos trabalhadores. Até aí não se apresenta nenhuma novidade, mas as ações do governo apontam para iniciativas que nos levam a crer que só proporcionando uma melhor qualificação para as camadas marginalizadas social e economicamente, oferecendo-lhes a oportunidade de se apropriar de um novo capital cultural os colocariam em pé de igualdade na disputa de vaga no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2003).

Localiza-se aí o grande legado do Liberalismo. Acreditar, investir e influenciar as políticas públicas no sentido de ampliar o acesso a qualificação profissional como se esse fosse o único caminho para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. É praticamente inexistente ações no sentido de desonerar a folha de pagamentos de impostos abusivos, praticados pelo próprio governo. É difícil acreditar que o governo

passa a incentivar ações que diminuam a voracidade do empresariado por lucros aviltantes. E, finalmente, é difícil acreditar que tenhamos decisões e ações políticas calcadas no bom senso e na Ética. Isso deveria ser regra, não exceção.

Algumas poucas tentativas de se melhorar e organizar o Ensino Profissional teve a regulamentação do currículo estabelecida por decreto, ou seja, trata-se a Escola Técnica como incapaz de gerir seu próprio destino. Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997:

**Art. 8º** - Os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas, que poderão ser agrupadas sob a forma de módulo

§ 1º - No caso de o currículo estar organizado em módulos, estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional.

§ 2º - Poderá haver aproveitamento de estudos de disciplinas ou módulos cursados em uma habilitação específica para obtenção de habilitação diversa.

§ 3º - Nos currículos organizados em módulos, para obtenção de habilitação, estes poderão ser usados em diferentes instituições credenciadas pelos sistemas federais e estaduais, deste que o prazo entre a conclusão do primeiro e do último módulo não exceda cinco anos.

§ 4º - O estabelecimento de ensino que conferiu o último certificado de qualificação profissional expedirá o diploma de técnico de nível médio, na habilitação profissional correspondente aos módulos cursados, deste que o interessado a presente o certificado de conclusão do ensino médio. (on line)

Governos de partidos que tinham uma trajetória de ações em defesa do trabalhador no Brasil, assumiram o governo após anos de combativa e incessante luta pelos direitos à cidadania e a dignidade no trabalho, mas ainda não disseram a que vieram. Parece-nos que o governo de Luis Inácio Lula da Silva, expoente máximo do partido, torneiro mecânico, formado no Sistema S, aposentado por acidente de trabalho, talvez por condições não tão favoráveis de trabalho na fábrica, ao assumir a presidência por dois mandatos, tornou-se tarefeiro, ou seja, construiu muitas escolas, como já dito, mas não temos notícias de como está ocupada hoje.

De qualquer modo, a escola está aí e está ocupada por jovens que optaram por tal modalidade de ensino. E referimo-nos a escola do estado de São Paulo. Algumas escolas técnicas de âmbito federal, invariavelmente, carregavam ou ainda carregam consigo, a fama de elitistas, legado dos tempos do Império, nem sempre verdadeiros.

Nossos objetivos nos colocam frente às escolas técnicas do Estado de São Paulo, e assim o faremos. Em seguida discorreremos um pouco sobre como entendemos e enxergamos o adolescente na atualidade, bem como o estado da arte em que se encontra os estudos sobre a escolha profissional.

## **1.2- A escolha profissional e o adolescente.**

Para que possamos compreender o perfil que será traçado do jovem que opta por cursos técnicos, entendemos ser necessário, explicitar alguns pontos que julgamos cruciais e que está contido no esforço que depreenderemos para estruturar o conjunto de saberes que resultará, assim esperamos, no retrato do jovem estudante das Escolas Técnicas. Entendemos ser importante situar o assunto “escolha profissional”. Tal tema, agora muito em evidência, era de domínio geral, ou seja, não era objeto de estudo específico de nenhuma área, ficando à mercê de todas. A Pedagogia, a Psicologia e até mesmo a Medicina já se ocuparam dele. E hoje? Onde se localiza?

A adolescência é outro aspecto que julgamos importante esclarecer e estabelecer parâmetros. E o faremos quando estabelecermos os parâmetros sobre como entendemos a escolha profissional atualmente.

Temos notado, atualmente, que o tema “Orientação Profissional” vem sendo tratado de modo a se dar maior importância e valor, principalmente ao vermos o aumento no oferecimento de cursos de Especializações e cursos de curta duração na área. A Psicologia, definitivamente, incorporou a Orientação Profissional, como atividade específica sua e, com isso está crescendo a demanda de formandos por mais conhecimentos na área.

A sociedade moderna tornou-se um lugar inóspito para a escolha profissional. A grande mobilidade das funções, ou a vida muito curta de funções devido ao desenvolvimento tecnológico, aliado às crises que acompanham a juventude, tem dificultado muito o ato específico de se escolher uma profissão numa sociedade em constante movimento.

A escolha de uma profissão carrega em si um significado muito importante nos dias atuais. Trata-se de um rito de passagem, ou seja, ao ter escolhido uma profissão, o jovem ultrapassa a barreira para se tornar adulto. Como se adentrar num curso que, possivelmente, irá lhe proporcionar um emprego, lhe fosse concedido os direitos que até então não podiam ser-lhe outorgados.

Ao escolher um caminho a seguir, o jovem não só escolhe uma profissão, mas um modo de vida, ou seja, conforme a área escolhida, podemos identificar, mesmo que de maneira especulativa, que tal jovem optou por este ou aquele “estilo” de vida. Não bastasse isso, o jovem em situação de escolha profissional precisa entender o significado, a dimensão, a importância embutida no simples ato de escolher um caminho para seguir. Ao escolher, o jovem estará optando por realizar determinadas tarefas para uma parte substancial de sua vida. Não significa que o jovem não possa errar. Não significa que o jovem não possa optar, por exemplo, após ter concluído um curso, por outro. Isso é possível, mas não é o esperado pela sua família ou seu grupo social, pois a velha máxima do “time is money” permanece, para nossa decepção, ainda presente no mundo atual.

Hoje, temos notado que, uma boa parcela de colegas pesquisadores, já aponta (em alguns Encontros e Congressos) para a adolescência como um fenômeno que tem um início por volta dos 12 anos, um pouco mais ou um pouco menos, dependendo das condições sociais, políticas, culturais, econômicas e educacionais, se estendendo até a independência econômica do sujeito. É muito comum atualmente que se estude ou pesquise a “adolescência tardia”, como vem sendo denominado o jovem que permanece na casa dos pais para muito além da formação na graduação.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), adolescente é o indivíduo que se encontra entre 10 e 20 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu que pessoas, na faixa etária entre 12 e 18 anos serão consideradas adolescentes.

Entendemos a adolescência como uma etapa do desenvolvimento humano que se caracteriza por apresentar alterações físicas, emocionais e sociais advindas de uma nova visão de mundo que passa a rodear o jovem. Podemos entendê-lo como um potencial de possibilidades que estão adormecidas, mas que estão ali, aguardando o

momento certo para eclodirem, manifestarem-se, e aparecer para o próprio adolescente se espantar, não entender muito bem o que está acontecendo com o tom de sua voz, com o seu corpo, com a sua visão de mundo. Nota-se, nesse momento, que o jovem está mudando, está se transformando em “algo” diferente do que era, quando “criança”. Esse período é muito importante para o adolescente, pois é aí que ele vai perceber a passagem da vida infantil para a vida adulta. (KNOBEL, 1992, p.89).

O adolescente não é como um ser “naturalizado” – como se tudo o que está acontecendo com ele nesse momento fosse uma consequência natural do desenvolvimento humano - mas sim como um ser que tem uma história de vida construída nas relações que o mesmo trava com a sociedade que o cerca (LURIA, LEONTIEV, VYGOSTKY). O adolescente atual é uma pessoa muito diferente da geração anterior. Levenfus (2002, p.45) o designou de “Geração Z”, de zapear, ou seja, ela muda de um canal para outro na televisão... *Essa geração não se tranca no quarto para se isolar do mundo, mas sim para se plugar nele...*

A escolha profissional, ou o fato do jovem ter o direito de escolher um caminho a seguir, é uma criação recente do capitalismo. A primeira obra a cuidar da questão é de autoria do norte-americano Frank Parsons que, na primeira década do século XX, em Boston, EUA, publicou o livro Escolhendo uma profissão. Alguns autores, como Santos (1974), apontam que a publicação do livro de Parsons se deu no ano de 1908; outros, como Bock (2002), Pimenta (1979) e Carvalho (1995), consideram que o ano de publicação foi 1909.

Certo é que podemos identificar preocupações com o trabalho e o homem desde a Grécia Antiga. Bock (2002, p. 20-3) indica que nessa época, a atividade humana valorizada era o ócio sendo que o trabalho era atividade dos homens não-livres. E lembra que, para Platão e Aristóteles, o trabalho era uma atividade exclusivamente física e que a escolha por esta ou aquela profissão – e não havia muitas - dependia, fundamentalmente, de que família o indivíduo era oriundo.

Na Idade Média, em função da estratificação da sociedade em nobres, clérigos, senhores e vassallos, o mesmo acontece, ou seja, os sujeitos não têm liberdade para optar por esta ou aquela profissão. Bock (2002) conclui que a escolha profissional só assume relativa importância quando, de forma definitiva, instala-se o capitalismo.

O Capitalismo surgiu na Europa, entre os séculos XIII e XIV com aparecimento de uma nova classe: a burguesia. No período das grandes navegações, entre os séculos XVI e XVIII, essa nova classe expandiu seus horizontes para a América na busca de riquezas que já não existiam na Europa.

Com o advento do Capitalismo no Brasil, instala-se a busca incessante pelo lucro, a exploração de mão de obra assalariada e barata, além da exploração da escravatura, a implantação da moeda, substituindo o sistema de trocas, as relações bancárias, o fortalecimento do poder da burguesia e, por consequência, a instalação definitiva das desigualdades sociais.

Desde a Revolução Industrial, por volta do século XVIII na Inglaterra, a escolha profissional passa a ter uma importância fundamental, pois passa a prevalecer à idéia do ‘homem certo no lugar certo’, objetivando, obviamente, uma maior produção e, por consequência, maiores lucros. (BOCK, 2002, p.24). Na época do lançamento do livro de Parsons, início do século XX, cujo objetivo era melhor aproveitar os jovens tornando-os mais produtivos e “adequados” ao meio, o sistema educacional era muito rígido, não havendo espaço para manifestações individuais. Nesse período, os testes psicométricos evoluíram muito, principalmente com Alfred Binet (1857/1911), pedagogo e psicólogo francês, que notabilizou-se por contribuir na criação de testes de inteligência, que serviriam de base para os testes de QI- Quociente de Inteligência. Esses testes foram muito usados na Primeira Guerra Mundial com o objetivo de utilizar os serviços dos soldados em tarefas mais adequadas a cada um (CARVALHO, 1995, p.30). Também foram muito utilizados na década de 1930, onde a crise econômica que se instalou a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e se espalhou pelo mundo e fez surgir, pela primeira vez na história da humanidade, mais candidatos do que vagas (SUPER, 1972).

A Segunda Guerra Mundial, segundo Carvalho (1995, p. 31), trouxe novos problemas de adaptação do homem ao trabalho, pois o crescente processo de industrialização trouxe consigo uma gama muito grande de novas profissões e exigência de novas habilidades.

No Brasil, o tema escolha profissional chegou em 1924, quando o engenheiro suíço Roberto Mange chegou ao país para lecionar no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo. A partir de 1930, esse engenheiro fundou o Serviço de Seleção, Orientação e



Formação de aprendizes da Estrada de Ferro Sorocabana (SANTOS, 1974, p.51). Até 1957, o assunto era domínio de pedagogos, médicos e de curiosos que se aventuravam a conhecer e dominar o tema que, até então, não possuía uma definição de qual área pertencia.

Com a criação do curso de Psicologia na Universidade de São Paulo –USP em 1958, o assunto passou a ser dividido entre pedagogos e psicólogos. Somente depois de 1962, quando então já era reconhecida a profissão de psicólogo, ficou definido que esse profissional seria o responsável por auxiliar ao indivíduo que estivesse em dúvidas sobre qual carreira deveria seguir.

Segundo Pimenta (1979), até leis foram criadas para oficializar a Orientação nas escolas. Apesar da Lei 4.119/62 regulamentar a profissão de Psicólogo no Brasil, inclusive em seu artigo 13, parágrafo primeiro estabelecer como função privativa do Psicólogo o uso de métodos e técnicas (conforme anexo 1), não garante a exclusividade, pois ainda hoje descobrimos aqui ou acolá pessoas não credenciadas fazendo uso de testes psicológicos, que seriam de uso exclusivo dos Psicólogos.

Entre Psicólogos e Pedagogos o tema “Orientação Profissional” nunca teve um consenso. Psicólogos alegavam o despreparo do Pedagogo no uso de testes, uma vez que se questionava sobre como era possível realizar um processo de Orientação sem utilizar testes psicológicos. Pedagogos, por sua vez, chamavam a atenção sobre a falta de entendimento dos Psicólogos acerca dos aspectos educacionais. A decisão sobre a posse desse conhecimento ainda renderia muitos embates entre as categorias profissionais citadas.

Em 1993, na cidade de Porto Alegre, participamos de um evento, no qual foi fundada a Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP), legalmente legitimada em 1994, com o registro de seu estatuto (anexo 2), que em seu 2º parágrafo delimita que entre seus associados poderão figurar todos os profissionais de Nível Superior atuantes na área de Orientação Profissional, comprometidos eticamente com o rigor científico que deve caracterizar a área. Do citado artigo, depreende-se que a Orientação Profissional passa a ser domínio de psicólogos, pedagogos, sociólogos, médicos, psiquiatras e quem demonstrar conhecimento suficiente para trabalhar com o tema. É bom que se ressalte, que os testes psicológicos continuam sendo de uso exclusivo de psicólogos.

Quem trabalha na área consegue, atualmente, dimensionar a importância de um bom processo de orientação ao jovem que se encontra escolhendo uma profissão. Somos sabedores que os índices de evasão no terceiro grau, ainda são assustadores. Com dados colhidos junto ao portal da Universidade de São Paulo na Internet, notamos que de 1995 a 1998 os índices de evasão caíram. Em 1995 foi de 32%, em 1996 foi para 29%, em 1997 foi 27% e em 1998 caiu para 22%. Por ser uma Universidade pública, consideramos os índices altos, apesar da queda registrada. Também no campo livre das especulações, poderíamos atribuir a queda nos índices de evasão da Universidade de São Paulo ao crescimento do interesse por Orientação Profissional.

Somos sabedores, de que não resolveríamos o problema, caso os pretendentes a um curso superior, passassem por um processo de orientação, mas certamente, tais índices poderiam diminuir ainda mais.

Segundo Gomes (2000) em 1985, a evasão na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, alcançava o astronômico índice de 46,1%. Segundo o mesmo autor, em 1992 os índices caíram para 15,4% em 1992. É óbvio que podemos enumerar causas, tais como, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, pressões familiares e econômicas, dificuldade de adaptação ao ensino superior, insatisfações generalizadas, frustrações, falta de informação sobre o curso, enfim, inúmeras podem ser as causas da evasão sendo necessários estudos pontuais e localizados, porém é óbvio também que a Orientação Profissional, em nenhum momento, contribuiria para o aumento de tais índices, muito ao contrário, seria um ótimo instrumento objetivando a queda de tais números. A propósito, a Unesp mantém em três cidades do interior programas regulares de serviço a comunidade em Orientação Profissional (Araraquara, Assis e Bauru). Não existem estudos avaliatórios da eficácia dos serviços prestados, mas os serviços são de qualidade, pois são oferecidos anualmente, por mais de vinte anos, como é o caso de Assis.

### **1.3- Alguns dados importantes**

Desde o final dos anos 1980, o universo das profissões vem mudando substancialmente. Algumas profissões desapareceram (operador de semáforos, maquinista e todas as atividades decorrentes da circulação do transporte ferroviário, ascensorista, entre tantas), outras se encontram em declínio e não despertam mais o

interesse dos jovens em ocupá-las, tais como a de alfaiate, sapateiro, telefonista, etc. Ainda existem as que se transformam, tais como a de professor de datilografia, que hoje em dia se tornou digitação, ou ainda a de porteiro, que antigamente limitava-se a abrir e fechar portas e portões e atualmente coordena uma verdadeira parafernália de botões e que, além de abrir e fechar portas e portões, deve identificar as pessoas, indicar o caminho, ficar atento quanto à segurança, receber e encaminhar correspondência, ser o elo de ligação entre o visitante e o visitado, através do interfone, entre outras. Novas profissões surgem e as vezes tão rapidamente que nem mesmo conta com número suficiente de pessoas habilitadas para exercê-las, como no início do advento da informática, onde profissionais do ramo eram raros. Entendemos tais mudanças como consequência dos fenômenos que estão acontecendo no mundo do trabalho que, sobremaneira, são decorrentes da modernização tecnológica, acelerada com a evolução e expansão da informática em várias esferas da vida social, da acentuada globalização econômica, processo que tem dividido as etapas da produção entre diversas partes no mundo, da aplicação de práticas administrativas, públicas ou privadas, calcadas no receituário neoliberal, à manutenção da competitividade das empresas e a precarização do emprego.

No interior das indústrias têm-se, cada vez mais, a implantação de esquemas de reengenharia no processo produtivo, em regra, baseados no modelo do toyotismo que foi precedido pelo Taylorismo ou Administração científica, que é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), considerado o *pai da administração científica*. Já o Toyotismo foi um sistema criado no Japão, que se caracteriza, principalmente, pela produção enxuta (just in time), o qual investe na diminuição e fusões das funções diretamente ligadas à produção e na extinção de considerável volume de atividades profissionais envolvidas com a direção, a gerência e o planejamento das empresas. Os conceitos acima são devidamente contemplados em autores como Chiavenato (1993) e Araújo (2004).

Contudo, no Brasil, das 2.422 ocupações e cerca de 7.258 títulos sinônimos de atividades profissionais especificadas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO-2002), muitas são profissões ainda carentes de regulamentação formal, como, por exemplo, profissionais que trabalham com computação gráfica. Outras tantas não são reconhecidas pelo CBO, publicação do Ministério do Trabalho que reconhece as profissões, mas não as regulamenta. Há, também, um aumento indiscriminado na

criação de cursos técnicos e superiores ocupados com a habilitação para novas atuações profissionais. Tais cursos, quase sempre, são meras sobreposições de cursos já existentes e, não raramente, as habilitações que eles auferem para seus graduados são dirigidas a profissões que não são regulamentadas e nem sequer reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Mesmo assim, o número das Instituições de Ensino Superior (IES) passou de 894, em 1995, para 2.013, em 2004, ou seja, ocorreu um significativo aumento de 125%. Quanto ao número de vagas nas IES, saltou de 610.355 vagas, oferecidas em 1995, para 2.320.421, em 2004, portanto apresentou aumento próximo a 280%. (dados preliminares do Censo da Educação Superior – 2004 – MEC/INEP).

As escolas técnicas apresentam um crescimento também substancial. Vejamos os números do Centro Paula Souza. O número de inscritos passou de 46.542, no primeiro semestre de 1998, para 138.759, no primeiro semestre de 2004. Um crescimento de mais de 198 % (HEMÉRITAS; MAIA, 2005, p. 10).

Diante das inúmeras transformações no mundo do trabalho, no universo das profissões e no ensino, as conseqüências para o cotidiano da maioria dos jovens que se encontram em fase de escolhas profissionais são, de certo modo, imprevisíveis.

Segundo Heméritas e Maia (2005), o perfil sócio-econômico dos discentes nos cursos técnicos também foi alterado. Achava-se que a escola pública era destinada aos pobres, que não tinham condições financeiras para pagar a escola privada. Tinha-se então, que a escola técnica era destinada para pessoas mais pobres ainda. Pessoas que utilizariam a escola para conseguir um emprego imediato. Aliás, é bom que se ressalte que o Ensino Técnico começou em 1550, trazendo já como marca indelével a servidão, pois foram os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício.

Segundo Feijó (2007, p. 9) *o ensino era ministrado pelos jesuítas e o aprendizado consistia nos ofícios de tecelão, ferreiro, pedreiro e sapateiro*. De 1995 até 2004, houve um significativo aumento percentual dos candidatos aprovados com Renda Familiar de 0 a 5 salários mínimos (SM), de 32%, em 1995, para 66,6%, em 2004 (+106%) (p. 77), ou seja, o levantamento de Heméritas e Maia (2005) constata que não só o pobre está procurando os cursos técnicos. Para se ter um parâmetro, anexamos uma lista contendo o valor do salário mínimo, desde a sua implantação (anexo 5), que nos servirá de parâmetro mais a frente para as análises que faremos.

Pelos dados apresentados pelos autores citados, constatamos que os cursos técnicos, ao contrário do que se pensava e historicamente ocorreu, recebeu uma população oriunda de classes abastadas, cujo nível salarial era em torno de 6 a 10 Salários Mínimos (p. 76), atualmente algo em torno de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00.

Cresceu muito a demanda de candidatos aprovados, cuja faixa de renda familiar era menor, o que nos remete a refletir sobre a presença de várias faixas de renda familiar e, por conseguinte, variados interesses e opiniões sobre diversos assuntos do cotidiano educacional, por exemplo.

Atualmente, temos, segundo Heméritas e Maia (2005), 66,6% de alunos oriundos da faixa de Renda Familiar de 0 a 6 SM, 26,8% entre 6 e 10 SM, 5,7% alunos cuja família percebe entre 11 e 20 SM, 0,76% entre 21 e 30 SM e, por fim, 0,26% do alunado proveniente de famílias que recebem mais de 30 SM mensais. (p. 76).

Diante da heterogeneidade observada acima, investigamos o perfil do alunado da Escola Técnica Estadual Pedro D'Arcádia Neto, em Assis, pois a diversidade ou, pior ainda, a falta de uma visão global sobre o perfil da clientela com que se lida diariamente, pode acarretar inúmeros problemas, tais como, a evasão, a retenção, a desistência, a incompatibilidade de interesses entre professores, alunos e a direção. Conhecendo melhor o corpo discente, as ações podem ser organizadas, direcionando-as para onde se fazem necessárias.

## **CAPÍTULO II**

### **2.1- Objetivo**

O objetivo desse estudo foi investigar o perfil do aluno que opta pelos cursos da Escola Técnica Estadual Pedro D' Arcádia Neto, em Assis, por meio da descrição e análise de fatores sócio-demográficos como gênero, perfil familiar, hábitos, expectativas, estrato social, entre outros. Dessa forma, esperamos que os resultados possam vir a oferecer subsídios para a direção da escola no enfrentamento de questões pertinentes ao cotidiano educacional.

### **2.2- Metodologia**

Trata-se de um estudo descritivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis, Estado de São Paulo –Processo número 1332/2010 – envolvendo estudantes da Escola Técnica Estadual Pedro D'Arcádia Neto, em Assis-SP, que tinha um universo de 497 alunos matriculados em 2010.

Neste levantamento, a população alvo constituiu-se de alunos regularmente matriculados e frequentadores dos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual Pedro D' Arcádia Neto, em qualquer série ou momento do curso, pois o objetivo era abranger todos os alunos frequentantes do 2º semestre de 2010.

O número de alunos oscila muito, principalmente do primeiro para o segundo semestre, pois as opções de cursos podem incentivar o aluno a matricular-se e no segundo semestre a escola deixa de ser uma novidade e passa a exigir compromissos que demandam dedicação e empenho e este período coincide com as contratações de algumas fábricas e do próprio comércio, que se vêem aquecidos pela produção que depende da safra agrícola, milho e cana de açúcar, notadamente. De maio em diante as datas comemorativas se intensificam (dia dos pais, dos namorados, aniversário da cidade, criança, semana da pátria...) e juntamente com a safra da cana de açúcar, proporciona uma grande mobilidade na cidade que tem sua economia baseada, essencialmente, na agricultura e na prestação de serviços, o que ocasiona índices elevados de evasão e abandono escolar.

Para os propósitos desse estudo, usamos um questionário (anexo 6.), auto-aplicável e anônimo. A maioria dos itens do questionário foi elaborada para o atual estudo, exceção feita para os itens que aferiam o estrato social (descrito com pormenores abaixo). A primeira versão do questionário foi submetida a juízes, ou seja, alguns professores e alunos do curso de Psicologia da FCL-Assis, responderam-no e emitiram opiniões sobre sua adequação. A versão final do mesmo ficou composta de 27 questões, dispostas em três páginas, onde o sujeito deveria anotar uma ou mais respostas, de acordo com a orientação explicitada. Segundo nossa aferição, o mesmo poderia ser preenchido e entregue num tempo em torno de 20 minutos.

Os questionários foram aplicados entre Outubro e Novembro de 2010. Num primeiro momento, elaboramos um horário, onde todas as salas estivessem contempladas. Alguns ajustes foram feitos. Um dia, o aniversário de uma professora que seria homenageada pela turma na formatura ocasionou alguns remanejamentos, obrigando-nos a refazer nosso calendário. Outro evento que ocasionou ajustes foi uma falta coletiva num dos cursos, o que ocasionou a diminuição de conteúdo que seria exigido na prova de uma disciplina considerada muito difícil, o que para os alunos foi um bom negócio, pois trocaram uma advertência por uma prova um pouco mais fácil.

Em todas as salas em que entrávamos, éramos apresentados por um professor ou funcionário da escola. A aplicação dos questionários se dava após a explicação dos objetivos da pesquisa, esclarecimento das dúvidas e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A distribuição e recolhimento dos questionários estiveram a cargo de um estagiário, devidamente treinado.

A média de tempo gasto na aplicação do questionário ultrapassou nossa previsão, que era em torno de 20 minutos. Todas as classes demoraram mais que o previsto, sendo que em algumas o tempo chegou a 45 minutos. Soubemos, através de conversas informais com os alunos, que quanto maior o tempo que ficávamos em sala de aula, menor seria o tempo do professor e menor seria o conteúdo para as provas bimestrais que estavam próximas.

Após as aplicações, o montante dos questionários foi separado por turma, série e ano, depositados em caixas de papelão e trazidos até a sala do pesquisador na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, onde se encontram

armazenados em armários de aço, chaveados, cujo acesso é restrito. Os questionários aplicados foram digitados em um banco de dados (Planilha Eletrônica do Microsoft Excel; 2007)

Ao final, de um universo de 497 alunos matriculados nos cursos técnicos, aplicamos 339 questionários. Todos os cursos foram representados em nossa amostra, que atingiu 68,2% dos alunos matriculados.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, sob a forma de frequência simples e percentual, com a utilização do software Statistica 6.1 (StatSoft, Inc.).

### **2.3- O Centro Paula Souza**

O Centro Paula Souza iniciou suas atividades em 1969, porém, desde 1963 o Conselho Estadual de Educação vinha se reunindo com o objetivo de atender uma demanda da indústria paulista, que se expandia muito e necessitava de mão de obra treinada. A idéia ganhou um aliado, o então governador Roberto Costa de Abreu Sodré, que assumiu o posto em 1967. Em 1969, por meio de Decreto-Lei, foi criado o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza de São Paulo, autarquia destinada ao ensino tecnológico, posteriormente, alterado pela Lei 4.672/85. Atualmente, é responsável pela administração de 203 Escolas Técnicas (Etecs) e 51 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) espalhadas em 157 cidades do estado de São Paulo, congregando mais de 270 mil alunos. Dados referentes ao segundo semestre de 2010 mostram que as Escolas Técnicas atendem cerca de 216 mil alunos distribuídos em 101 habilitações. Já para o ano vindouro, alardeia-se, através da mídia televisiva, um aumento superior a 50% no número de vagas oferecidas para o Ensino Técnico, o que demonstra uma grande vontade do governo paulista para com esse tipo de Ensino. Alguns ainda estão por serem implantados, outros já não existem mais em função da demanda inexistente e, obviamente, falta de planejamento ao se prometer e, pior ainda, implantá-los. Alguns cursos estão sendo remodelados e atualizados, como se pode constatar na lista anexa (anexo 3), por exemplo o curso 76 – Saneamento (substitui Saneamento e Controle Ambiental). O mesmo diz-se do número 58, do número 56, do número 31, do 22 e todos os demais que trazem uma observação em parênteses na frente. De todo modo, anexamos a lista completa de cursos oferecidos pelo Centro Paula Souza (anexo 3).



Com tamanha variedade no oferecimento de cursos, é facilmente identificável a importância das unidades escolares para o desenvolvimento regional, sendo possível reconhecer que alguns cursos só são oferecidos para determinadas regiões, como por exemplo, o curso de Curtimento que só é oferecido na cidade de Franca, em função da indústria do calçado, ou o curso de Gestão da Produção de Enxovais e Decoração que só é oferecido em Ibitinga, cidade que alcançou renome nacional em função da produção do bordado ou ainda o curso de Processamento de Carnes oferecido em Presidente Prudente, cidade reconhecida como dona de um dos maiores rebanhos bovinos do Estado e por abrigar diversos frigoríficos.

Por outro lado, vemos cursos, como por exemplo, da área de Informática, sendo oferecido em várias cidades, reafirmando que o advento das novas tecnologias se instalou em diversos setores do conhecimento humano.

A Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, de Assis, onde desenvolvemos nossa investigação existe, enquanto escola, desde 1951. Até 1991 a escola era conhecida como Escola Técnica Estadual de 2º grau, subordinada à Secretaria da Educação. Em 1992, passa a fazer parte da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e, em 1993 incorpora-se, definitivamente, ao quadro das Escolas do CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e, para 2010, oferece, o Ensino Médio regular, os cursos de Técnico em Administração, Açúcar e Álcool, Enfermagem, Informática, Mecânica, Meio Ambiente, e o de Gestão de Pequenas Empresas, na modalidade Educação a Distância (Telecurso), aos sábados, no período matutino.

Como podemos observar no quadro a seguir, trata-se de uma escola com renomado perfil educacional em âmbito regional, tendo obtido a melhor classificação, entre todas as escolas da cidade de Assis, incluídos aí a rede particular de ensino no Enem de 2006. Nota-se pelo “ranking” anexado que toda a rede de Escolas Técnicas demonstram boa qualidade (anexo 4). Observa-se que no Enem 2010 a unidade de Assis coloca-se no septuagésimo sétimo lugar no estado. Dentre as 50 melhores escolas públicas do estado de São Paulo, 42 são Escolas Técnicas. No mesmo “ranking” de melhores escolas do estado, aí incluídas as escolas privadas, dentre as cinquenta primeiras, somente duas públicas, sendo uma delas uma Escola Técnica (Etec São Paulo), que ostenta um honroso quinto lugar e a outra é o Instituto Federal de Educação

Ciência e Tecnologia de São Paulo (campus de Cubatão) que se encontra em quadragésimo terceiro lugar.

Vemos com muito regozijo tais dados, pois demonstram ser possível construir uma escola pública de qualidade (anexo 4).

#### **Quadro 1 - O Ranking Do Ensino Médio/ENEM-2006**

1º Lugar	<u>ETE Pedro D'Arcádia Neto</u>	55,37
2º Lugar	Colégio Diocesano	55,29
3º Lugar	Colégio FEMA	53,48
4º Lugar	Escola Xereta	52,33
5º Lugar	Colégio Santa Clara COC	51,64
6º Lugar	Colégio Santa Maria	51,21
7º Lugar	Sistema Mais de Ensino	50,30
8º Lugar	Escola Clybas Pinto Ferraz	47,39
9º Lugar	Escola Lourdes Pereira	43,83
10º Lugar	Escola Carlos Alberto Oliveira	43,77
11º Lugar	Escola Leny Barros da Silva	42,68
12º Lugar	Escola José Augusto Ribeiro	40,65
13º Lugar	Escola Ernani Rodrigues	38,79
14º Lugar	Escola Dom Antônio Santos	38,66
15º Lugar	Escola Lea Rosa	38,57
16º Lugar	Escola Cleophânia Galvão	38,19
17º Lugar	Escola Carolina Burali	36,91
18º Lugar	Escola Léo Pizzato	35,66
19º Lugar	Escola Francisca Ribeiro	33,61

Fonte: Jornal da Segunda – Assis/SP – Ed. 747 – 05/03/2007

Na unidade de Assis, dentre os cursos oferecidos, já citados, também é oferecido o curso de Açúcar e Álcool, bem condizente com a situação da produção de riquezas regionais. Vale ressaltar que, com a grande expansão do mercado da cana de açúcar, o curso citado é oferecido, além de Assis, em mais doze cidades do interior do Estado de São Paulo.

## **2.4- Classificação sócio-econômica: critério ABIPEME**

Na avaliação sócio-econômica, optamos por utilizar o critério ABIPEME (anexo 7) ou Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado, pelo fato de já ter sido utilizado em outras pesquisas, particularmente na pesquisa realizada pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) em 1994 e mais recentemente, pela UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) em 1997, quando a citada universidade realizou a pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural do estudante de graduação das Instituições federais de ensino superior brasileiras.

O sistema atual de classificação da ABIPEME tem uma longa história, permeada por esforços de seus pesquisadores em elaborar e atualizar instrumentos que possam retratar a população brasileira quanto ao perfil socioeconômico, e isso acontece desde a década de setenta do século passado. O critério que usaremos no presente trabalho, podemos dizer que é um aperfeiçoamento de um outro critério, da ABA – Associação Brasileira de Anunciantes, cujo objetivo era e é o de dividir a população em categorias, segundo determinados padrões de consumo ou, melhor ainda, separá-la por faixas potenciais de consumo. O critério ABIPEME consegue seu objetivo criando uma classificação socioeconômica através da atribuição de valores a posse de alguns itens de conforto doméstico (aparelhos e serviços), além, é claro, da atribuição de valores ao nível de escolaridade do chefe de família, não valorando o item “salário”, muito comum em outros critérios. Assim, entendemos que o critério torna-se mais justo ao não apenas quantificar, mas atribuir valor à posse de bens e serviços, bem como ao nível de escolaridade do chefe de família. Em algumas publicações é possível obter a equivalência entre classe socioeconômica e faixa salarial, como em Jannuzzi e Baeninger (1996), onde os autores analisam o critério da ABIPEME.

Assim, apresentamos a seguir quadros, onde são descritos os critérios e a pontuação a eles atribuídos.

**Quadro 2:** Critério ABIPEME- Escolaridade do chefe de família

<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA</b>
Analfabeto/Primário incompleto	0
Primário completo/Ginásial incompleto	5
Ginásial completo/Colegial incompleto	10
Colegial completo/Superior incompleto	15
Superior completo	21

A atribuição de pontuação ao nível de escolaridade do chefe de família e a posse de bens (aparelhos) e serviço (empregada doméstica, por exemplo) mostra-nos a facilidade em lidar com tais elementos no questionário que elaboramos e aplicamos em nossa população. Outro facilitador na adoção do critério ABIPEME foi a simplicidade na informação concedida. Não presenciamos nenhuma dificuldade dos respondentes nesse item.

**Quadro 3:** Critério ABIPEME - Itens de conforto familiar

Itens de Posse	Não tem	1	2	3	4	5	Mais de 6
Automóvel	0	4	9	13	18	22	26
Televisor em cores	0	4	7	11	14	18	22
Banheiro	0	2	5	7	10	12	15
Empregada mensalista	0	5	11	16	21	26	32
Rádio (excluindo do carro)	0	2	3	5	6	8	9
Máquina de lavar roupa	0	8	8	8	8	8	8
Videocassete	0	10	10	10	10	10	10
Aspirador de pó	0	6	6	6	6	6	6
Geladeira c/ ou s/ freezer	0	7	7	7	7	7	7

Nota-se que, apesar de atualizado, <sup>3</sup>a lista de bens e serviços não contempla alguns itens que atualmente são considerados até comuns dentro de uma casa. Bens como telefone celular e computador, serviços como provedores de Internet e seus aceleradores são itens muito comuns entre a população e que estão ausentes do rol de bens e serviços. Considerando a observação feita a escala parece conter as propriedades fundamentais para qualquer instrumento de medida: robustez de aferição e validade externa, ou seja, a propriedade de medir a dimensão social ou econômica original (renda familiar). (JANNUZZI; BAENINGER, p.89)

---

<sup>3</sup> A última atualização data do início da década de noventa, 1991 para ser mais exato. Ver Jannuzzi e Baeninger (1996)

## CAPÍTULO III

### 3.1- Apresentação dos resultados

Apresentaremos, em seguida, tabelas com os dados aferidos na pesquisa. Tão logo os apresentemos, faremos uma discussão desses dados. Pretendemos comentá-los e, na medida do possível ir construindo o perfil do aluno que opta pelos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual “Pedro D’Arcádia Neto”, em Assis, São Paulo.

O questionário aplicado, logo de início, solicita ao respondente a identificação de gênero. Como pode ser observado na Tabela 1, a distribuição entre gêneros foi bastante semelhante, sendo que 161 afirmaram ser do sexo masculino, ou 47,5% e 178 do sexo feminino, ou 52,5%. Conforme mostra a Tabela 1, os respondentes estavam distribuídos pelos cursos oferecidos pela escola, de tal maneira que todos os cursos e todos os períodos estavam representados em nossa amostra.

Dos 339 questionários aplicados e analisados, oito vieram sem resposta quanto à idade. A idade média encontrada foi de 24,1 anos (desvio padrão: 8,3), superior, portanto, à esperada na seriação ideal correspondente no ensino regular. Conclui-se daí, tratar-se de uma população mais madura, diferente da população que se encontra nas escolas regulares, nas series correspondentes. Quanto à cidade de nascimento, podemos afirmar que 54,3%, ou 184, nasceram na cidade de Assis e os demais assinalaram como cidade de origem o interior paulista, no entorno da cidade de Assis.

Nas questões seguintes foi solicitado do respondente que esclarecesse sua situação conjugal e familiar. Os dados nos revelaram que a maioria é solteira (68,7%), sem filhos (74,0%) e moram com os pais (64,3%; Tabela 1).

**Tabela 1 - Gênero, situação escolar e familiar**

	Número	Porcentagem %
<b>Gênero</b>		
Masculino	161	47,5
Feminino	178	52,5
<b>Cursos</b>		
Açúcar e Álcool	45	13,3
Administração	73	21,5
Informática	40	11,8
Mecânica	44	13,0
Meio Ambiente	65	19,2
Enfermagem	72	21,2
<b>Semestre - Série</b>		
1º	108	31,9
2º	111	32,7
3º	98	28,9
4º	22	6,5
<b>Período</b>		
Manhã	94	27,7
Tarde	32	9,5
Noite	213	62,8
<b>Situação conjugal</b>		
casado	80	23,6
solteiro	233	68,7
Outros	26	7,7
<b>Possui filhos?</b>		
Sim	88	26,0
Não	251	74,0
<b>Moradia</b>		
com os pais	218	64,3
cônjuge	89	26,3
Outros	32	9,4
<b>TOTAL</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>

Com as questões de 10 a 13, objetivávamos descobrir a relação dos alunos com as novas tecnologias. Os dados obtidos compõem a Tabela 2, a seguir. A posse do computador pessoal deixou de ser um privilégio de poucos. Mais de 70% dos alunos respondentes o possuem e tem conexão com a Internet. É bem visível que, nem todos possuem a máquina, mas praticamente todos os alunos possuem endereço eletrônico, que é um dado impactante e que merecerá uma discussão à frente. Igualmente, a maioria dos alunos participam de redes sociais, tais como Orkut e messenger.

**Tabela 2 - As novas tecnologias**

<b>Categorias</b>	<b>Nº de respondentes</b>	<b>Porcentagem %</b>
<b>Posse de computador</b>		
Sim, com Internet	243	71,7
Sim, sem Internet	34	10,1
Não tem computador	62	18,3
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>Orkut</b>		
Sim	270	79,7
Não	64	18,8
Sem resposta	05	1,5
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>MSN-Messenger</b>		
Sim	309	91,2
Não	26	7,6
Sem resposta	04	1,2
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>E-mail</b>		
Sim	328	96,4
Não	10	2,9
Sem resposta	02	0,6
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>

A Tabela 3 mostra os dados referentes ao que denominamos costumes, pois retrata, em números, o meio de transporte utilizado para se chegar a escola, sua situação trabalhista e como ou em que atividade o aluno que opta pelos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual “Pedro D’Arcádia Neto” aproveita os momentos que tem de lazer.



O meio de transporte mais utilizado é o carro/moto (36%). Muito próximo a este número percentual está 32,7% dos alunos que usam o transporte público, como meio para alcançar a escola. Muito próximo também, encontra-se 31,3% dos alunos que se utilizam da bicicleta, do transporte solidário, a popular carona ou alcançam a escola a pé.

A situação trabalhista dos alunos aponta para mais de 60% de trabalhadores, sendo que destes, mais de 19% o fazem sem o devido registro em carteira. Uma parcela bastante significativa, ou seja, mais de 36% tem só a atividade estudantil como afazer diário.

Quanto às atividades de lazer, aferidas através das respostas ao questionário aplicado, os alunos que optam pelos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual “Pedro D’Arcádia Neto” afirmam, em sua maioria, cerca de 69%, que a TV (20,2%), os amigos (20,5%) e a Internet (28,3%) satisfazem tal necessidade.

**Tabela 3 - Costumes**

<b>Meio de transporte</b>	<b>Nº de respondentes</b>	<b>Porcentagem %</b>
A pé/carona/bicicleta	106	31,3
Ônibus	111	32,7
Carro/moto	122	36,0
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>Situação trabalhista</b>		
Trabalha, sem carteira assinada	66	19,5
Trabalha, com carteira assinada	143	42,2
Não trabalha	125	36,8
Não responderam	05	1,5
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>Lazer</b>		
Internet	95	28,0
Amigos	69	20,5
TV	68	20,2
Leitura	54	16,0
Esporte	50	14,7
Não responderam	03	0,9
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>

Os dados que a Tabela 4 congregam, referem-se aos aspectos sócio-econômicos da família do pesquisando, que nos proporcionou construir um perfil, segundo os critérios de classificação da ABIPEME, já explicitados anteriormente.

Assim, vamos explicitar os dados obedecendo a ordem de chegada dos mesmos, através do questionário aplicado e que culmina então, com a definição de classe sócio-econômica, segundo os critérios de classificação da ABIPEME.

O pai é a pessoa que mais contribui financeiramente em casa e isso acontece para cerca de 42% dos alunos respondentes. O próprio aluno respondente, como contribuinte majoritário, soma cerca de 19%. A mãe, como contribuinte principal perfaz um total 19,1% da nossa amostra. E, em conjunto, aproximadamente metade dos pais e mães possui o ensino fundamental ou médio completo.

Diante dos dados captados através dos questionários aplicados é notório na Tabela 4 a concentração dos alunos nas classes B e C, segundo os critérios de classificação da ABIPEME (para essa análise, foi considerado as respostas de 283 alunos que afirmaram ser o pai, mãe ou ele mesmo a pessoa que mais contribui com dinheiro em casa). Esses dados serão discutidos oportunamente.

Ao finalizarmos nosso questionário, pedimos aos respondentes que declinassem sobre as atividades laborativas dos pais. Nota-se que, quando o aluno respondente refere-se à mãe, as expressões “do lar” e “doméstica” se confundem e podem significar a mesma coisa e ao mesmo tempo atividades diversas. Isso será devidamente esclarecido. Quanto ao trabalho dos pais, cerca de 13% deles são aposentados e as atividades citadas com maior frequência são a de pedreiro e motorista (6,5%).

**Tabela 4 – Dados familiares e sócio-econômicos**

<b>Categorias</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem %</b>
<b>Quem mais contribui com dinheiro</b>		
O pai	143	42,2
O mesmo (o aluno)	66	19,5
A mãe	65	19,1
Outros/não responderam	65	19,1
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>Grau de instrução -Mãe</b>		
Analfabeto	31	9,1
Fundamental incompleto	88	25,9
Fundamental completo	62	18,3
Médio completo	117	34,5
Superior completo	40	11,7
Não responderam	1	0,5
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>Grau de instrução - Pai</b>		
Analfabeto	33	9,7
Fundamental incompleto	92	27,2
Fundamental completo	66	19,5
Médio completo	112	33,1
Superior completo	29	8,5
Não responderam	7	2,1
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
<b>Classificação ABIPEME</b>		
A	09	3,2
B	127	44,9
C	138	48,8
D	09	3,2
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>100,0</b>
<b>Profissões mais citadas- Mãe</b>		
Do lar	113	33,3
Doméstica	51	15,1
<b>Profissões mais citadas - Pai</b>		
Aposentado	47	13,8
Pedreiro	22	6,5
Motorista	22	6,5

Propositadamente, deixamos por último, para ser apresentados na Tabela 5, os dados referentes a situação escolar dos respondentes da pesquisa. Assim o fizemos, pois entendemos que os aspectos educacionais que buscamos elucidar através do questionário aplicado serão fundamentais para a composição do perfil do corpo discente e poderão balizar ações e iniciativas do corpo diretivo da Escola Técnica Estadual “Pedro D’Arcádia Neto” durante as próximas gestões administrativas.

Um índice muito próximo de 90%, ou seja, a grande maioria dos alunos é oriunda da Escola Pública, onde cursaram o atual Ensino Fundamental. Talvez esteja aí a explicação pela baixa frequência à biblioteca –mais de 65% pouco ou nunca a frequentou.

Dentre 13 opções oferecidas sobre os motivos que levaram o aluno a escolher este ou aquele curso técnico, era solicitado ao respondente que assinalasse no máximo três. A Tabela 5 aponta os seis mais citados pelos alunos. Assim, a alternativa que dizia sobre a qualidade do curso oferecido foi a mais assinalada pelos respondentes, com índice percentual superior a 60%, seguido da alternativa que destacava a disponibilidade de vagas no mercado de trabalho, citada por 46% e a terceira mais citada foi a alternativa que apontava a possibilidade de realização pessoal, com cerca de 43% dos respondentes assinalando-a.

O que mais espera do curso, foi o desafio feito através da questão 19. Dentre quatro alternativas oferecidas ao aluno respondente, pedimos que assinalasse apenas uma. Mais de 70% dos respondentes esperam que o curso ofereça uma formação profissional voltada para o mercado de trabalho.

Objetivando concluir o levantamento de dados, neste momento, acerca dos aspectos educacionais dos alunos, foi-lhes solicitado que, dentre cinco alternativas oferecidas, escolhessem uma que resumisse suas intenções ao término do curso. Trabalhar e prosseguir estudando foi a alternativa apontada por mais 42% dos respondentes. Prosseguir com os estudos (tentar a Universidade) foi a segunda alternativa, assinalada por mais de 29% dos alunos.

**Tabela 5 – Situação educacional**

<b>Frequência a biblioteca</b>	<b>Nº de respondentes</b>	<b>Porcentagem</b>
Poucas/nunca	224	66,1
Muitas/sempre	89	26,2
Não respondeu	26	7,7
<b>Onde cursou o Primeiro Grau?</b>		
Escola pública	304	89,7
Escola particular	17	5,0
Maior parte pública	07	2,1
Maior parte particular	9	2,6
Não responderam	2	0,6
<b>Motivos para escolher o curso *</b>		
Qualidade	208	61,7
Vagas no mercado	155	46,0
Realização pessoal	148	43,9
Gratuito	126	37,4
Aptidões pessoais	94	27,9
Ganho salarial	83	24,6
<b>*poderiam assinalar até três opções</b>		
<b>O que mais espera do curso</b>		
Cultura geral	19	5,6
Formação para o mercado	243	71,7
Formação para os estudos	73	21,5
Diploma	02	0,6
Não responderam	02	0,6
<b>O que pretende ao concluir o curso</b>		
Trabalhar e estudar	143	42,2
Prosseguir estudos - Universidade	99	29,2
Trabalhar na área	80	23,6
Não sei	10	2,9
Trabalhar em qualquer área	05	1,5
Não responderam	02	0,6

## CAPÍTULO IV

### 4.1- Discussão dos resultados

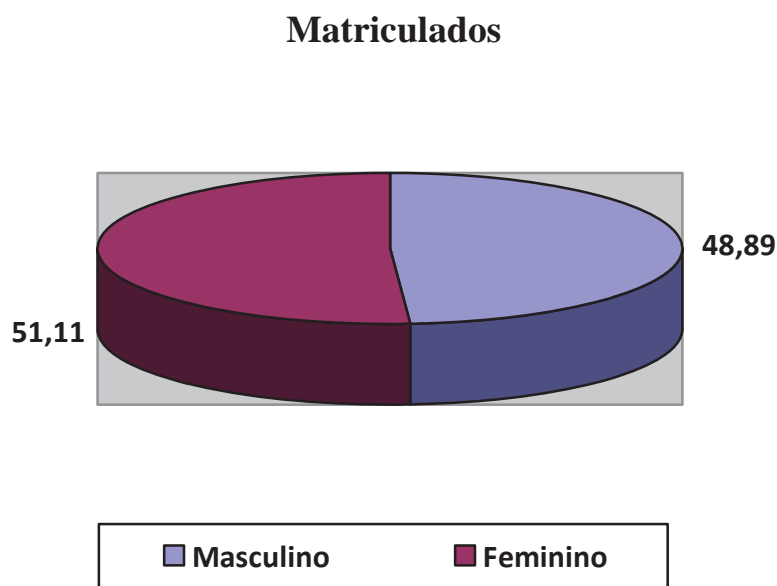
Mesmo que possamos especular que a maioria dos cursos técnicos esteja voltada para o sexo masculino, a tendência da mulher se escolarizar mais que o homem confirma-se através dos dados, não só nesta mas em muitas outras pesquisas que apresentam dados advindos de um censo que inclua a aferição de gênero no sistema educacional brasileiro. É uma confirmação que se dá através de dados históricos, ou seja, temos uma população com superioridade numérica feminina. E isso se confirma na escola. No endereço eletrônico do INEP é possível acompanhar variados quadros comparativos de gênero no que diz respeito a educação. E só para confirmar nossa afirmação, Viotti (2010), do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, desenvolveu uma pesquisa recente onde mostra que o último lugar onde era constatada a superioridade masculina, desde 2004 *o Brasil tituló em programas de doutorado 3.991 homens e 4.085 mulheres. A partir de então, o número de mulheres tituladas tem sido superior ao de homens.* (VIOTTI, p.41)

No censo do IBGE – 2010, os resultados preliminares apontam para 51,04% de população feminina, cerca de 97 milhões de mulheres e 48,96% de homens, por volta de 93 milhões de pessoas com sexo masculino, de um total de 190.732.694 habitantes.

Apesar de, no nascimento, o número de pessoas do sexo masculino ser superior, desde a adolescência esse número se inverte nas escolas por razões inúmeras, já estudadas e de conhecimento geral. Referimo-nos aos dados relativos à evasão da escola onde os meninos abandonam a escola em busca de trabalho. Também acidentes, a vida marginal e outros fatores contribuem para que os dados confirmem uma superioridade feminina na escola. Portanto, um perfil já começa a ser delineado ao confirmarmos que se trata de uma população com uma pequena predominância do sexo feminino.

Para corroborar a idéia acima explicitada, o censo escolar/2002, em seu dados preliminares expressava a seguinte configuração, em relação a matrícula por gênero, no Ensino Médio:

**Gráfico 1 - Censo Escolar 2002 - Ensino Médio (dados preliminares)**



Portanto, a pequena superioridade feminina nas matrículas da população aferida não surpreende, muito ao contrário, reproduz uma realidade estadual e nacional.

O próximo aspecto que será enfatizado é a idade dessa população. Se na questão de gênero reproduz-se o espectro nacional, a questão da idade já assinala suas peculiaridades. Encontramos uma população que foge muito do que se espera no Ensino Médio ou seu equivalente no Ensino Profissionalizante. Esse dado, em nossa pesquisa, variou de 15 a 59 anos, sendo que a média dessa população ficou em 24,1 anos (desvio padrão: 8,3).

Definitivamente, não é essa a média de idade esperada no Ensino Médio Regular, ou seja, a idade média dessa população gira em torno de 17 ou 18 anos, quando muito. Assim, concluímos, para início de construção do perfil dos alunos que optaram por cursos técnicos, que se trata de uma população mais madura, já desprovida dos arroubos juvenis que caracterizam a população adolescente, o que pode ser um parâmetro para decisões, atitudes e ações do corpo diretivo da escola.

Quanto à cidade de origem, mais de 54% afirmaram ter nascido na cidade de Assis e o restante assinalou as cidades da região, num raio de 150 km de distância. Dois casos afirmaram ser oriundos de outros estados da federação. Depreende-se daí, que se trata de uma escola, cuja população é caseira, ou seja, moradora na própria cidade.

Nossa amostra caracterizou-se por estar bem distribuída pelos cursos da escola. Como é possível observar na tabela 1, o curso com maior representatividade em nossa amostra foi o de Administração, com 21,5%, e o de menor participação na amostra foi o curso de Informática, com 11,8%.

Quanto ao período, nossa amostra, segundo os próprios funcionários e professores da escola, com quem mantivemos uma relação informal, afirmavam que a escola funcionava num esquema 30/10/60, ou seja, a presença do corpo discente gira em torno de 30% no período da manhã, 10% no período da tarde e 60% no período noturno. Os cursos técnicos são ministrados por semestres ou períodos. Assim o curso técnico de Informática, por exemplo, é composto de três períodos semestrais. O curso técnico em Açúcar e Alcool é ministrado em quatro semestres ou períodos. Assim também é o curso de Enfermagem. Os demais, Administração, Mecânica e Meio Ambiente são estruturados em três períodos/semestres. Na Tabela 1, percebe-se que o número de alunos respondentes do último período ou semestre é muito pequeno, pois as causas da evasão dispõem de um semestre inteiro a mais para agir, além do que, dentre os seis cursos oferecidos pela escola, apenas dois deles possuem quatro semestres ou períodos. Esse tópico não foi estudado, mas os docentes dos cursos, cuja duração é de quatro semestres, já estudam a possibilidade de redução de carga horária com o objetivo de reduzir o tempo de formação e, confidenciaram-me, esperam reduzir também os índices de abandono. É salutar que se ressalte, que o aluno pode, e a maioria é assim que agora o faz, cursar o Ensino Regular em outra escola e só realizar a parte técnica na Escola Estadual Técnica Pedro D'Arcádia Neto. Isso passou a ser possível após a Lei nº 11.741, que desvincula os cursos técnicos do Ensino Regular. (anexo 8).

Ainda explorando os dados contidos na Tabela 1, os dados quanto a situação conjugal e os seguintes nos proporcionaram momentos de reflexão. Vejamos. A maioria dos alunos é solteira (68,7%), não possui filhos (74%) e ainda mora com os pais (64,3%).



Estamos comprovando um novo fenômeno, denominado por alguns estudiosos como adolescência tardia, onde a pessoa continua morando com os pais apesar de já ter uma idade, considerada por muitos, em que poderia partir para uma vida mais independente. A necessidade de mais e mais especializações e aperfeiçoamentos para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo vem adiando a saída do jovem da casa da família, pois a dedicação à carreira profissional tem superado os desejos de construção da independência emocional dos pais. E é óbvio que, as facilidades de cama, comida e roupa lavada, contribuem muito para que este estado de coisas se firme como opção para o jovem nos dias atuais.

E já que o assunto envolve a atualidade, a seguir vamos avaliar e comentar o quanto o aluno que opta pelos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual “Pedro D’Arcádia Neto” de Assis convive com as novas tecnologias.

É notório, na Tabela 2 que, mesmo sem a posse do computador pessoal, privilégio de 71,7% e, que ao nosso ver já é um dado novo e impactante, 96,4% respondentes afirmaram possuir endereço de e-mail.

Não é, portanto, difícil afirmar que se trata de uma população plugada nas novidades e novas tecnologias. Para facilitar basta algumas contas e teremos juntado ao perfil do aluno que opta pelos cursos técnicos uma nova característica, qual seja, a de “plugado”, como se diz no senso comum, de pessoas interessadas em novas tecnologias. Ao juntarmos a resposta “Sim, com acesso” (questão 10) às outras respostas “Sim”, das questões 11, 12 e 13, todas explicitadas na tabela 2, atingiríamos quase 85% em média de respostas afirmativas quando o respondente era convidado a se manifestar acerca da utilização de novas tecnologias. (questionário no anexo 6)

Ademais, muito nos entusiasmou a constatação da interatividade das pessoas, pois ao contrário do que parece, as novas tecnologias tem proporcionado, ao menos para esse grupo, vários tipos de interação, presencial, essencialmente. Note-se que, 71,7% dos alunos afirmam possuir computador com acesso à Internet em casa, o que é essencial para se usar o correio eletrônico. No entanto, 96,4% dos alunos afirmaram possuir e-mail, o que sugere essa interatividade, pois mais de 24% dos alunos não teriam meios para enviar ou receber mensagens, senão através da escola ou da utilização de aparelhos de outras pessoas, conectados à Internet. Com o Orkut (79,7%) e o MSN-Messenger (91,2%), guardadas as devidas proporções, pode-se afirmar o mesmo.

A Tabela 3 apresenta os dados referentes aos costumes dos pesquisandos.

Nota-se, pela manifestação dos respondentes, que por uma pequena diferença o item carro/moto supera os outros. Por ser uma diferença muito pequena, a direção da escola terá de considerar, por exemplo, as reivindicações, tanto dos alunos que solicitarem um maior estacionamento para motos no interior da escola, quanto dos alunos que solicitarem que a escola interceda junto a empresa de transportes urbanos, visando uma melhor adequação dos horários dos ônibus coletivos. Pelos dados colhidos, não é possível afirmar, categoricamente, que se trata de uma população que utiliza este ou aquele meio de transporte.

A situação trabalhista da população pesquisada apresenta alguns índices que devem ser analisados. Mais de 42% da população em pauta, trabalha com carteira assinada. Isso significa, além do correto procedimento envolvendo patrões e empregados, que o aluno (trabalhador) que traz sua carteira de trabalho assinada, traz também uma tranquilidade, uma segurança de poder cursar e cuidar dos afazeres decorrentes da educação, sem que este fato signifique uma ameaça ao seu emprego. A carteira de trabalho devidamente assinada garante alguns benefícios que o trabalhador informal não dispõe. De todo modo, os que trabalham, com ou sem a carteira de trabalho assinada, são mais de 60%. Um adendo é importante, nesse momento, diante dos dados apresentados. Vimos na tabela 3, que aproximadamente 36,7% dos alunos pesquisados afirmaram que não trabalham. Era comum a idéia de que a Escola Técnica atenderia ao trabalhador ou aos seus filhos com objetivos claros de empregabilidade.

Notamos, atualmente, que a idéia de uma Escola Técnica, cuja formação era direcionada para uma população econômica baixa, que, objetivamente, se pautava na aprendizagem de ofícios, e que estes garantiriam a colocação imediata no mercado de trabalho, geralmente, suprimindo a demanda de uma mão de obra barata, em empregos de baixa renda ou subempregos, não se sustenta mais, pois temos acompanhado o desenvolvimento e a preocupação do corpo diretivo sempre na busca da excelência, condições de ensino-aprendizagem, equipamentos, reformas constantes. Hoje, a Escola Técnica que conhecemos e na qual desenvolvemos nossa pesquisa, tem computadores, data-show, ar-condicionado em todas as salas de aulas, carteiras confortáveis e muitas outras melhorias.

Enfim, podemos afirmar que se trata de uma população trabalhadora, com 42,2% trabalhando com carteira assinada. No entanto, há que se considerar o contingente de não trabalhadores (36,8%) e, eventualmente, cerca de 19,5% de pessoas sem carteira assinada, que somariam 56,3% de pessoas fora do mercado formal de trabalho. Enquanto corpo diretivo, tais dados são fundamentais ao se pensar estratégias e atividades de formação e preparo para enfrentar o mercado de trabalho.

O último aspecto retratado pela tabela 3 diz respeito ao lazer. Nessa tabela é notória a presença da Internet. Se nas décadas passadas a TV reinava absoluta, atualmente tem que dividir espaços. Dentre cinco opções oferecidas, pedimos aos respondentes que assinalassem uma única opção e, entre as mais citadas, a Internet foi lembrada por 28,3% dos alunos, seguida pelos amigos (20,5%) e pela TV (20,2%). Preocupa-nos em demasia que apenas 16% dos pesquisados e ainda 14,7% deles dediquem o seu tempo de lazer para a leitura ou esporte respectivamente. Os nossos dados sugerem-nos que o esporte e a leitura não fazem parte das atividades de lazer dessa população.

Os dados constantes na Tabela 4 nos permitiram chegar a classificação sócio-econômica, segundo os critérios da ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado), já comentados anteriormente.

O pai é a pessoa que mais contribui financeiramente em 42,2% dos casos registrados através do questionário aplicado. O próprio aluno, em 19,5% dos casos é o contribuinte financeiro majoritário, e a mãe, como principal contribuinte financeira perfaz um total de 19,1% da amostra.

É importante notar que 61,3% dos respondentes apontam o pai ou a mãe como responsável pelo sustento financeiro do lar. É legítimo indicar, que a maioria dos alunos respondentes do questionário aplicado, é dependente financeiro da família (pai ou mãe).

A Tabela 4 também torna visível, pelos dados, a predominância, tanto nos pais, quanto nas mães, em relação ao nível de instrução, que o Ensino Médio é suficiente, ou seja, completar o Ensino Médio é o objetivo educacional a ser perseguido. Mais uma vez, não nos surpreende os dados obtidos, pois refletem comportamentos e atitudes já conhecidos, debatidos e já mencionados neste trabalho. A mulher tem mais tempo de

escolarização do que o homem. Enquanto 8,5% dos homens formaram-se em curso superior, entre as mulheres esse número salta para 11,7% em nossa amostra, demonstrando mais uma vez que a mulher tem mais presença no setor educacional.

É visível notar, pela Tabela 4, a predominância das classes B e C que juntas compõem mais de 90% do alunado que optou pelos cursos técnicos na escola investigada. Nota-se uma concentração de alunos pertencentes às classes B e C e uma drástica diminuição nas classes extremas, A e D. É bom que se ressalte que o critério da ABIPEME leva em consideração a posse de bens e serviços bem como a escolaridade dos responsáveis pelo sustento da casa, não se preocupando com faixas salariais. De qualquer modo, nas considerações finais tentaremos, baseados nos dados de 1995 a 2004, resgatados por Heméritas; Maia (2005) através de dados colhidos do questionário sócio-econômico aplicados junto aos candidatos que pleiteavam vagas nos anos citados, compará-los aos dados por nós obtidos.

Ainda utilizando os dados contidos na Tabela 4, chama-nos a atenção as profissões, tanto dos pais quanto das mães, citadas pelos alunos que responderam ao questionário. Quando a resposta era direcionada para a profissão do pai, 13,8% apontaram “aposentado”, seguidos de “pedreiro”, citado por 6,5% e “motorista”, também citado por 6,5% dos alunos.

O que pretendemos destacar é a grande quantidade de pais aposentados e, por sê-lo, a idade desses pais justificariam plenamente o grande número de alunos com idade superior ao esperado nessa faixa escolar, cuja média de 24,1 anos mereceu algumas considerações no início. Quando a profissão, desta feita, da mãe foi solicitada, as duas mais citadas foram “do lar” e “doméstica”, respectivamente, 33,3% e 15,1%. Para muitas pessoas, a citação pode ter se referido a mãe que não trabalha fora de sua residência, que cuida dos afazeres domésticos da própria casa ou, diferentemente, que exercem a profissão de empregadas domésticas e que recebem salário por isso. Portanto, nesse quesito, torna-se difícil uma análise mais profunda, pois não poderíamos ultrapassar o campo das especulações.

Dentre as diversas profissões listadas, para as mães, pudemos conferir que existe uma diversidade muito grande, seja em termos de status ou de formação educacional, indo de uma cortadora de cana até uma antropóloga, ou ainda, de uma

zeladora a uma publicitária. Obviamente não estamos aqui para avaliar o status social ou aferir os ganhos desta ou daquela atividade laboral, muito menos avaliar positivamente esta ou aquela profissão. Só queríamos ressaltar a diversidade que tal fato pode provocar junto ao alunado. E, certamente, vemos tal fenômeno como salutar no cotidiano escolar, pois a diversidade de profissões exercidas pelas mães, certamente se refletirá nos alunos, colocando-os em um confronto de realidades em que os diversos tipos e níveis de educação aparecerão nas relações sociais travadas no cotidiano educacional.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos pais, os respondentes listaram as três descritas acima, na Tabela 4 (aposentado, pedreiro e motorista). É interessante notar que para uma parcela dos alunos respondentes, ou 47, para ser mais preciso, os pais já estão aposentados. Se entre as mães foi possível afirmar que 48,4% dos respondentes, ela (a mãe) não exercia atividade remunerada, mesmo com a ressalva feita anteriormente sobre “do lar” e “doméstica”, entre os pais pode-se afirmar que 13,8% deles são aposentados. A diversidade, em termos da profissão exercida, citada acima, quando nos referimos aos pais, esta é mais numerosa. Enquanto, ao assinalarem a profissão da mãe, os respondentes nos ofereceram uma diversidade de 44 atividades profissionais, com os pais esse número pulou para 84 atividades laborativas, o que demonstra maior mobilidade por parte do homem no mundo do trabalho. De guarda-noturno a analista de sistemas, de cortador de cana a diretor de escola, de pedreiro a engenheiro, a gama de profissões citadas é muito grande e, mais uma vez, favorecendo a diversidade, que ressaltamos, é salutar.

Ainda nesse item, é interessante notar que apenas 17 pessoas não declararam a profissão da mãe, enquanto 50 deixaram em branco o espaço destinado a profissão do pai. Ao contrário de outras questões, é possível afirmar, de modo geral, que a maioria das mães não trabalha fora de casa e que a maioria dos pais trabalha, sendo a maioria na área de serviços.

A Tabela 5 reúne informações acerca da situação educacional do aluno respondente. No primeiro dado que aparece na citada tabela solicitamos aos alunos que compuseram nossa amostra que se manifestassem quanto ao uso da biblioteca da escola. Pois bem, 66,1% dos alunos afirmaram que “poucas” vezes freqüentaram a biblioteca e destes, 47,2% só o fizeram para realizar os trabalhos exigidos pelo curso. Podemos afirmar que o perfil do aluno que opta pelos cursos técnicos não se afeiçoa muito à

busca pelo conhecimento e que sua sede na busca de novos horizontes intelectuais limita-se às exigências dos professores quando estes solicitam trabalhos e pesquisas, onde a biblioteca da escola é citada como referência. Isso nos possibilita entender o número baixo de estudantes em que a leitura aparece como item preferido no lazer. Quando solicitado a explicitar onde cursou o Primeiro Grau, atual Ensino Fundamental, 89,7% de nossa amostra afirmaram tê-lo cursado em escola pública. Vemos, portanto, que se trata de população oriunda do Ensino Público e que, em função disso, entende-se as razões pelo grande desinteresse pela biblioteca, por exemplo. Na maioria, pra não dizer a totalidade, das escolas públicas do antigo Ensino Fundamental, existem bibliotecas e também programas de incentivo à leitura. O que falta, às vezes, são os livros e pessoal adequado (bibliotecário) para organização do acervo, adaptação dos espaços e execução dos programas. Não estamos culpando o Ensino Fundamental da escola pública por todo o mal que existe no Ensino Médio. Não é tão simples assim. O fato é que o jovem estudante, oriundo do Ensino Fundamental estatal, pelos números, demonstrou pouco interesse em aprofundar conhecimentos através da leitura em biblioteca e não se ocupa de uma boa leitura em seu tempo de lazer.

A Tabela 5 também ilustra de forma clara que o aluno que opta pelos cursos técnicos apresenta uma certa maturidade, pois justifica sua escolha, por este ou aquele curso, apontando com maior frequência três alternativas oferecidas que nos levam a considerá-lo como tal. Vejamos. Mais de 60% dos respondentes anotaram a “qualidade do curso oferecido” como o principal motivo para a escolha do curso que está realizando; mais de 45%, de modo a chamar-nos a atenção, importaram-se com a “disponibilidade de vagas no mercado de trabalho”, e por fim, mais de 43%, apontaram a “realização pessoal”. É fácil deduzir daí que, o aluno importa-se com a qualidade daquilo que vai receber, e que apesar de ser uma escola pública, a qualidade do serviço oferecido pode ser muito bom; porém, não adianta receber uma formação de qualidade se o mercado de trabalho não absorver a mão de obra especializada. Por fim, nada disso importa, qualidade de ensino, garantia de empregabilidade se não houver realização pessoal. Nessa questão foi oferecido um leque de treze alternativas e a concentração das respostas nas três opções citadas, chancela a maturidade do grupo pesquisado.

Essa preocupação com o mercado de trabalho é explicitada também na questão onde solicitamos que os respondentes se posicionassem sobre o que esperam do curso. 71,7% dos alunos assinalaram esperar que recebam uma formação voltada para o

mercado de trabalho. Nessa oportunidade foram oferecidas quatro alternativas e solicitado que apontassem apenas uma. O fato de o aluno terminar o curso técnico não lhe garante vaga no mercado de trabalho formal. Embora promessas de políticos afirmem o contrário, a realidade nos mostra que o mercado de trabalho formal está ficando mais exigente, mais competitivo. Atualmente já não basta a realização de um determinado curso, mas também um planejamento objetivando atualizações e especializações para entrar no mercado e, principalmente, para se manter nele. A imprensa muitas vezes nos brinda com artigos ou reportagens sobre determinados assuntos do qual vê-se, nitidamente, que desconhece. Em 2008, por exemplo, a rede Globo produziu uma série de reportagens com Max Gehringer sobre mercado de trabalho. Profissional com conceito sério no meio corporativo, em um dos episódios (como pode ser conferido no anexo 9) decidiu enaltecer o curso técnico de tal forma que pareceu-nos a solução definitiva na busca de uma colocação no mercado de trabalho formal. No segmento do próprio anexo, logo a seguir, é possível conferir uma outra reportagem, desta feita, mais atual, mas produzida pela mesma emissora, em que a repórter chama a atenção para as vagas que sobraram, num total de 400, conforme a reportagem, na investida que o governo do Estado de São Paulo fez com o Retec (Rede de Ensino Médio Técnico)<sup>4</sup> e que, por ser ainda uma tentativa recente, não é possível avaliar com mais profundidade a eficácia do programa. O fato de estar sobrando vaga e ainda envolver estabelecimentos privados de ensino nos incomoda, pois tudo o que se fizer pela educação é sempre bem vindo e, certamente, será ainda pouco.

---

#### **<sup>4</sup> Rede Ensino Médio Técnico**

Lançado em julho de 2011 pelo governador Geraldo Alckmin e pelo secretário da Educação, professor Herman Voorwald, o programa conta com um investimento de R\$ 60 milhões nesta primeira etapa e tem como proposta articular o Ensino Médio regular da rede estadual à educação profissional técnica.

A educação técnica profissional será oferecida em duas modalidades, uma, de forma concomitante, e outra, integrada ao Ensino Médio. Na modalidade concomitante, o aluno cursará o Ensino Médio na rede estadual e o técnico à parte, em uma das instituições de educação profissional credenciadas pela Secretaria da Educação mediante chamada pública. Inicialmente serão ofertadas 31 mil vagas, voltadas a alunos matriculados na 2ª série do Ensino Médio das escolas estaduais.

Na modalidade integrada, a formação básica e o ensino técnico serão oferecidos em um único curso estruturado por uma equipe técnica formada por representantes da Secretaria, do Instituto Federal e do Centro Paula Souza. Poderão concorrer às vagas alunos matriculados na 1ª série do Ensino Médio das escolas estaduais selecionadas.

Neste ano, somando as duas modalidades, serão oferecidas cerca de 100 mil vagas. A meta, até 2014, é alcançar 30% das matrículas no Ensino Médio articulado à educação profissional técnica de nível médio, beneficiando aproximadamente 450 mil estudantes.

<http://www.educacao.sp.gov.br/imprensa/prazo-para-matricula-no-ensino-medio-tecnico-integrado-termina-na-proxima-semana> visitado em 26/01/2012

A tabela 5 ainda registra o desejo dos alunos respondentes quanto ao futuro imediato, ou seja, o que fazer ao término do curso. Oferecemos cinco opções e pedimos que assinalassem apenas uma. Notamos, pela tabela, que apenas 5% (que assinalaram “não sei”, “trabalhar em qualquer área” ou não responderam) do alunado não tem perspectivas práticas sobre o futuro. O restante, 95% tem muito bem definido suas expectativas quanto ao futuro profissional. Futuro este, de curto prazo, pois “trabalhar e estudar”, “prosseguir com os estudos na Universidade” ou “trabalhar na área”, significam um prazo de no máximo dois ou três semestres, levando-se em conta que os cursos técnicos têm uma duração máxima de quatro semestres.

Ao encerrar a análise do questionário que aplicamos, torna-se importante que tentemos construir o perfil do jovem que opta pelos cursos técnicos na Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, na cidade de Assis. De acordo com o aferido através do questionário aplicado é possível afirmar que se trata de uma população com uma pequena superioridade numérica feminina, nascidos na cidade de Assis, com idade média em torno de 24 anos, que estudam no período noturno, são solteiros, sem filhos, moram com os pais, muito interessados nas novas tecnologias, que trabalham, não freqüentam a biblioteca, são oriundos de escola pública, apresentam objetivos claros e esperam uma boa formação voltada para o mercado de trabalho, pretendem, em curto prazo, trabalhar e continuar estudos universitários; entendem que a Internet, os amigos e a televisão atendem suas necessidades de lazer e dependem financeiramente dos pais, que apresentam o Ensino Médio completo como nível de escolarização e trabalham, em sua maioria na área de serviços. Os respondentes caracterizam-se por pertencerem às classes socioeconômicas B e C. Essa é uma discussão que ainda voltaremos nas considerações finais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelos cursos técnicos vem aumentando muito, tanto que as matrículas cresceram 74,9% entre 2002 e 2010, segundo os dados colhidos junto ao portal do Ministério da Educação e Cultura. Em 2002, o número de jovens matriculados nessa modalidade de ensino chegava a pouco mais 650 mil alunos. Em 2010, esse número salta para mais de 1,1 milhão de jovens matriculados na educação profissional.

Na Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, na cidade de Assis, estado de São Paulo, onde desenvolvemos nossa investigação, no primeiro semestre de 1998, somavam-se um total de 121 alunos matriculados em três distintos cursos, a saber, técnico em Administração, Contabilidade e Mecânica. Já em 2004, era possível contar mais três cursos, técnico em Meio Ambiente, Enfermagem e Assessoria de Gerenciamento Empresarial e apontar para 465 alunos matriculados. (HEMÉRITAS; MAIA, p. 442)

Atualmente, a citada escola, só nos cursos técnicos, num total de cinco, Administração, Mecânica, Meio Ambiente, Enfermagem e Informática, somam 497 alunos. Outro dado interessante é que a escola conta com os dois cursos mais procurados no Brasil em 2010. Nesse ano, o curso de Enfermagem foi o curso com maior número de matrículas na rede privada de ensino, enquanto que o de Informática foi o que mais teve matrículas na rede pública de ensino, segundo dados do MEC/Inep/DEED.

A única publicação que tivemos acesso e que tratava de dados colhidos no questionário socioeconômico de candidatos inscritos no período de 1995 a 2004 tenta traçar um perfil socioeconômico dos candidatos aprovados no “vestibulinho”, modo como é chamado o processo seletivo das escolas do Centro Paula Souza, e oferece-nos uma análise de três elementos, dentre os muitos que auxiliaram-nos a compor o perfil atual do alunado da Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, na cidade de Assis, a saber, “renda familiar”, “faixa etária” e “alunos trabalhadores”. Baseados nos dados que obtivemos, faremos uma tentativa de análise comparando os dados de Heméritas & Maia, de 2005, com os nossos dados.

Para os autores acima citados, a conclusão é que “o conjunto do alunado do Centro Paula Souza é hoje (2005), em relação ao ano de 1997, mais pobre, mais velho e constituído por mais pessoas que trabalham”, (op cit, p.81 grifo nosso).

O primeiro dado que surge no estudo de Heméritas e Maia (2005), que doravante chamaremos de estudo A, com o único objetivo de facilitar nosso processo de análise e descrição dos dados, é sobre a renda familiar. Nesse estudo, os autores propõem uma escala, como a que segue:

**Tabela 6 – Quadro comparativo do SM – 2004/2011**

Escala utilizada - Heméritas/Maia – 2004*	Valores em 2011**
0 a 5 SM → 0 – R\$ 1300,00	0 – R\$ 2.725,00
6 a 10 SM → R\$ 1300,00 – R\$ 2.600,00	R\$ 3.270,00 – R\$ 5.450,00
11 a 20 SM → R\$ 2.860,00 – R\$ 5.200,00	R\$ 5.995,00 – R\$ 10.900,00
21 a 30 SM → R\$ 5.460,00 – R\$ 7.800,00	R\$ 11.445,00 – R\$ 16.350,00
Mais de 30 SM → acima de R\$ 7.800,00	Acima de R\$ 16.350,00

\* Salário Mínimo em 2004 = R\$ 260,00

\*\*Salário Mínimo em 2011 = R\$ 545,00

Fazendo uma analogia com as classes sociais, simples e com ausência de outras considerações, teremos que a escala utilizada no estudo A corresponde às classes socioeconômicas do estudo de Jannuzzi e Baeninger (1996), que, por iguais motivos, serão doravante denominadas de estudo B.

A tabela que reproduziremos a seguir, emprestada do estudo B, servirá para demonstrar que o critério ABIPEME, ao valorizar itens de bem estar social e a escolaridade do chefe de família, alcança resultados fidedignos, que não diferem daqueles índices cuja variável definidora é a renda familiar do chefe de família.

**Tabela 7: Tabela comparativa de Classe/salário**

Classe	Até 1 SM	De 1 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM*
<b>A</b>	4,0%	6,1%	13,3%	<b><u>76,6%</u></b>
<b>B</b>	1,9%	11,8%	24,4%	<b><u>61,9%</u></b>
<b>C</b>	1,6%	37,2%	39,1%	22,1%
<b>D</b>	3,7%	65,1%	24,7%	6,5%
<b>E</b>	11,4%	78,2%	8,9%	1,5%

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

\*Salário mínimo em 01/01/1993 = Cr\$ 1.250.700,00

Algumas observações, necessariamente, devem ser feitas, quando se fala em índices ou valores relativos no Brasil. Houve um período em que a inflação galopante, obrigava o governo a atualizar o salário mínimo numa frequência muito grande, e em pouco espaço de tempo. Desse modo, em janeiro de 1993, o salário mínimo era de um milhão, duzentos e cinquenta mil e setecentos cruzados para em julho, saltar para quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil e oitocentos cruzados e, em dezembro do mesmo ano voltar para dezoito mil, setecentos e sessenta cruzados. O governo realizava cortes de zeros esperando que a economia se ajustasse a níveis suportáveis, mas por muitas razões, que não nos cabe analisar, o processo se repetiu muitas vezes sem nenhum resultado efetivo. Em fevereiro de 1994, portanto, dois meses depois, o salário mínimo atingia mais de quarenta e dois mil cruzados.

Na tabela acima, grifamos a incidência de concentração das classes socioeconômicas (critério ABIPEME) nas faixas salariais dos chefes de família, critério muito utilizado em outras escalas. Nota-se que nas classes A e B, ocorre uma concentração das pessoas que ganham mais de 10 salários mínimos, o que, atualmente, corresponderia a mais de R\$ 5.450,00.

Para que se tenha uma idéia dos acontecimentos, reproduzimos no anexo 5, uma tabela onde o salário mínimo é retratado durante décadas. Desde a sua implantação, o salário mínimo passou por muitas transformações e, ultimamente, temos vivido um grande período de estabilidade econômica e isso nos proporciona afirmar, com certa segurança, que esta ou aquela classe sócio-econômica é composta por determinadas

pessoas que, segundo o critério da ABIPEME, além de diversos itens de conforto, leva em conta também o nível de escolarização do chefe de família.

Segundo os dados obtidos e fazendo essa transposição, o alunado da Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto de Assis, pertencentes às classes socioeconômicas, segundo critério da ABIPEME, B e C, somam mais de 90%, também fariam parte dessas mesmas classes, caso tivéssemos utilizado outro critério que usasse a renda familiar como determinante da classe.

No estudo A, os autores afirmam que em 2004, 66,6% dos alunos apresentavam renda familiar entre 0 – 5 salários mínimos, algo em torno de R\$ 1.300,00. Hoje, podemos afirmar que mais de 90% dos alunos pesquisados se localizam nas classes B e C. Pela tabela que fizemos a correspondência, em 2004 a maioria dos alunos pertenceria a classe D, sendo que a classe B e C, que hoje desponta, estariam recebendo salários em torno de três a cinco mil reais, que corresponderia a faixa de 5 a 10 salários mínimos, pela tabela sugerida acima, ou seja, em 2004, a maioria dos alunos eram da classe D, e hoje estão na classe B e C.

Portanto, conclui-se, pelos dados por nós obtidos (critério ABIPEME), que os alunos da Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, em 2011, são oriundos de estratos sociais mais elevados do que em 2004.

O outro aspecto levado em consideração no estudo A, visando a construção do perfil do alunado refere-se à faixa etária. Nesse estudo, os autores concluem que os alunos (2004), em média, estão com idade superior a do ano de 1995. (op. cit p. 79)

Em 1995, 83% dos alunos apresentavam idade entre 15 e 17 anos, muito dentro da expectativa que se tem sobre a relação entre idade e seriação ideal. Notamos, por este estudo, que a população vai amadurecendo, com o passar dos anos, chegando em 2004 com 40,3%, ou seja, grande parte dos alunos matriculados na faixa etária entre 18 e 27 anos.

A média de idade dos alunos respondentes, em nossa investigação, é de 24 anos. Para que possamos ter uma visão geral desse quesito, adaptamos os dados obtidos recentemente, de modo que faremos uma tabela que mostrará a idade dos alunos desde o

primeiro levantamento até os dias de hoje. Os dados de 2011 são nossos e os adaptamos ao formato dos levantamentos anteriores para comparação.

**Tabela 8 - A Faixa Etária através dos anos.**

	<b>15 – 17 anos</b>	<b>18 – 27 anos</b>	<b>Mais de 27 anos</b>
<b>1995*</b>	83,00%	17,00%	--
<b>1998*</b>	22,00%	62,00%	16,00%
<b>2002*</b>	24,42%	57,01%	18,57%
<b>2003*</b>	33,46%	49,92%	16,62%
<b>2004*</b>	33,30%	40,30%	14,72%
<b>2011**</b>	21,45%	51,66%	26,88%

\*Heméritas e Maia 2005, p. 78 (Estudo A)

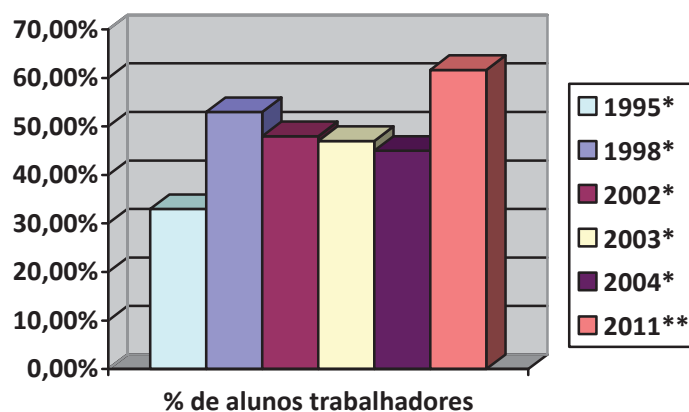
\*\*Dados nossos, adaptados ao formato do estudo citado, para mera comparação.

Um dado muito interessante e com óbvia explicação é o aumento gradual de pessoas acima de vinte sete anos. Observa-se que em 1995, não foi registrado sequer um aluno em tais condições. Em 2011, houve um significativo salto para além de 25% de alunos com idade superior a 27 anos. Isso pode ter ocorrido pelo fato de em 2008 ter sido sancionado pelo Presidente da República a Lei nº 11.741 (anexo 8) onde, resumidamente, desvincula-se os cursos técnicos do Ensino Médio, ou seja, o interessado pode cursar o Ensino Médio numa Instituição e, concomitantemente, o curso técnico em outra. Ou ainda, tê-lo já concluído (Ensino Médio) e se interessado por cursar uma modalidade de seu interesse atual.

Segundo os dados obtidos em nossa investigação, a idade média dos alunos hoje, é de 24 anos. Ao adaptar nossos dados ao formato adotado no estudo A, notamos, um envelhecimento dessa população, se comparada a 1995. É importante ressaltar que, de zero a mais de um quarto dos alunos com mais de 27 anos, em 15 anos, é um fato que o corpo docente e direção de escola nenhuma podem ignorar.

Usando o mesmo procedimento que utilizamos anteriormente, para fins de comparação com os dados do estudo A, elaboramos um gráfico de fácil compreensão e análise:

**Gráfico 2 - Alunos trabalhadores ao longo dos anos**



\*dados do estudo A

\*\*dados nossos, adaptados ao formato do estudo citado, para mera comparação.

Nos nossos dados optamos por juntar os que responderam afirmativamente que trabalhavam com carteira assinada (42,18%), com os que trabalham, porém, sem a carteira assinada (19,46%). Essa prática, apesar de contrária à legislação vigente, é muito comum no mercado de trabalho, principalmente quando se trata de menores de idade ou pessoas que apresentam necessidade de trabalhar, não se importando com as condições de trabalho, incluindo aí, a não formalização do contrato de trabalho.

Heméritas; Maia (2005), que por várias vezes chamamos de Estudo A concluem que “o aluno hoje (2004), em relação ao ano de 1997, é mais pobre, mais velho e constituído por mais pessoas que trabalham”. (p.81)

Diríamos que hoje (2011) o aluno que opta pelos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual Pedro D’Arcádia Neto, em Assis, é uma população com uma pequena superioridade numérica feminina, nascidos, em sua maioria, na cidade de Assis, com idade média em torno de 24 anos, que estudam no período noturno, são solteiros, sem filhos, moram com os pais, muito interessados nas novas tecnologias, que trabalham, não frequentam a biblioteca, são oriundos de escola pública, apresentam objetivos claros e esperam uma boa formação voltada para o mercado de trabalho. Pretendem, em

curto prazo, trabalhar e continuar estudos universitários; entendem que a Internet, os amigos e a televisão atendem suas necessidades de lazer e dependem financeiramente dos pais. Esses, por sua vez, apresentam o Ensino Médio completo como nível de escolarização e trabalham, em sua maioria, na área de serviços. Os respondentes caracterizam-se por pertencerem às classes socioeconômicas B e C.

Tentando resumir, como o fizeram Heméritas; Maia acima, o alunado hoje (2011) é, em relação a 2004, mais rico, mais velho e possui uma porcentagem maior de trabalhadores.

A título de especulações e tentando apontar possíveis ações objetivando, sempre, que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos preocupados não só com sua empregabilidade, mas cientes de seu protagonismo na construção de uma sociedade mais justa e digna e que sempre possa contar com uma educação pública e de qualidade, vamos tecer algumas considerações que julgamos oportunas.

O que mais nos causou impacto foi a questão da idade média elevada constatada através dos dados colhidos. Apesar de, durante o período de nossa pesquisa, ter sido aprovado por deputados e senadores o Plano Nacional da Juventude, que já em seu artigo primeiro estabelece a idade entre 15 e 29 anos como jovens, objeto da Lei (nº4.530/2004), causou-nos uma certa estranheza constatar que até pessoas com mais de quarenta anos estavam buscando escolarização. Nada contra, muito pelo contrário, achamos extremamente saudável pessoas rompendo barreiras, buscando a educação formal, se fazendo presente onde, antes, era um território exclusivo de pessoas com idade entre 15 e 18 anos. O fato de nos causar estranhamento, já é um indicativo de que a escola deva se ater ao assunto com mais dedicação. Ora, pelos anos vividos em contato com a população mais jovem, talvez a escola não esteja sabendo lidar com esse novo aluno. Os interesses de um jovem, aos quinze anos é muito diferente de um adulto aos quarenta. Talvez a escola não esteja preparada para tal evento ou até nem esperava que isso acontecesse, e, pelos números obtidos em nossa pesquisa, a escola deve preparar-se para esse novo fenômeno. Portanto, é um tema que sugeriríamos para estudos. Além de necessários, urgente.

Outro aspecto que ressaltaríamos é a qualidade da escola técnica atualmente. Historicamente, como já assinalado no início, o ensino profissionalizante foi criado para

os trabalhadores e seus filhos. Esse fato já se tornava abonador das mazelas educacionais existentes na escola pública. Hoje, além da conscientização política dos menos favorecidos, e isso pode ser constatado na conquista de direitos do cidadão que, antigamente, só se via em filmes ou notícias internacionais, a própria escola se atualizou e, em muitas, já se constata melhor organização no oferecimento dos serviços a população. A escola onde realizamos nossa investigação é dotada de uma série de equipamentos, antes, inexistentes ou fora do alcance dos alunos. É possível constatar que toda sala de aula possui ar condicionado, multimídia, tela para projeção, carteiras novas, cortinas, pintura recente nas paredes, enfim, para uma pessoa menos avisada, poderia afirmar tratar-se de um retrato de uma escola particular. É salutar ressaltar que o avanço da qualidade dos serviços oferecidos estendeu-se também para ensino, pois como já ressaltado anteriormente, trata-se de escola muito bem colocada nas avaliações realizadas pelos órgãos do MEC. E talvez preocupado com a qualidade do Ensino Profissionalizante o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, decidiu, através da deliberação CEE nº 105/2011 (conforme anexo 11), que somente os CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o SENAC/SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o SENAI/SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e a FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), poderão emitir parecer técnico para o funcionamento de cursos de Educação Profissional, presencial ou a distância.

Preocupa-nos também o fato de que muitas pessoas estão investindo tempo, dinheiro e, em muitas situações, até colocando em risco relações de casamento, empregos, na busca de uma escolarização que se apresenta como redentora e que facilitaria a ascensão social, através da conquista de novos cargos, melhor remuneração, maior empregabilidade, termo que antes era muito técnico, e que hoje já se transformou em senso comum, pois, como alardeado pela imprensa, quanto maior a qualificação do trabalhador maior será seu potencial de empregabilidade. Ou seja, os patrões continuam a escolher, dentro do exército de trabalhadores reservas, aqueles mais baratos e que possam gerar mais lucros.

Mas, além de pesquisador, somos educadores preocupados com o atual momento social, político e educacional que vivenciamos. Existem vagas no mercado de trabalho formal que não estão sendo preenchidas por pura falta de formação do



postulante a ela, e isso é notícia diária. Ora, não serão os cursos técnicos, isoladamente, a despeito do esforço de seu corpo docente, sempre muito pontual e interessado, que resolverão os problemas estruturais de uma nação como o Brasil. E também não é verdade, como alardeado pela imprensa, que cursar o Ensino Técnico é certeza de empregabilidade. NÃO! Não é verdade. Isso acontece com poucos.

Por fim, a escola pública deve fazer parte das responsabilidades da Universidade, pois ela (a escola pública) sempre nos serviu como um grande laboratório, onde se mapeia toda uma problemática e que pouco se produz no sentido prático. Não devemos nos propor tutores e sim colaboradores, pois não é difícil visualizar que a Escola Técnica atualmente, em muitos casos, está mais bem administrada e sabendo caminhar por estradas, onde a criatividade e competência de seus dirigentes fizeram a diferença.

Não nutrimos a ilusão de conseguir fazer deste, um trabalho voltado para as soluções na escola técnica, mas sentir-nos-emos satisfeitos se provocarmos uma reflexão que possa produzir ações no sentido de despertar a responsabilidade que cada um tem na construção de um mundo mais justo, de uma escola mais competente.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. 10. Ed. Porto Alegre: Arte Médicas, 1992.

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ARAÚJO, Luis César G. **Teoria Geral da Administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras**. Ed. Atlas, SP, 2004.

BIAGINI, Jussara. *Revisitando momentos da história do ensino técnico*. Disponível em: <<http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu1713.htm>>. **visitado em 10 de abril de 2012**.

BOCK, A. M. B. et al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BOCK, S. D. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BOURDIEU, P. A influência do jornalismo. In: \_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. **Educação Profissional; um projeto para o desenvolvimento sustentado**. SEFOR/MTB. Brasília, agosto de 1995.

BRASIL. **Reforma do Ensino Técnico**. MEC/MTB. Brasília, março de 1996.

CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**. Campinas: Papirus, 1983.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, M. M. M. J. de. **Orientação profissional em grupo**. Campinas: Psy, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1993.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. 2ª Ed.- São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. 2ª Ed. - São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: FLACSO. 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo**. 2ª Ed. – São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONSECA, Sônia Maria IN <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>, visitado em 11 de abril de 2012.

FEIJÓ, A. A. **Fatores determinantes de motivação/desmotivação de alunos do curso técnico em Informática do Colégio Agrícola de Camboriú**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FRANÇA, Robson Luiz e RAMOS, Alicia Felisbino. **Educação Profissional: políticas públicas para o ensino técnico profissionalizante**. IN <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC20>, visitado em 11 de abril de 2012.

FERRETTI, Celso João. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90**. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/97, p. 225-269.

GAY, P. **Freud para historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, A. A. Considerações sobre evasão escolar no ensino superior. **Nuances** Presidente Prudente, v. 6, p. 90-106, 2000.

[http://portalsaude.vilabol.uol.com.br/4119\\_1962.htm](http://portalsaude.vilabol.uol.com.br/4119_1962.htm) acesso em: 11 jan. 2012.

<http://www.abmeseduca.com/?p=560> acesso em: 10 jan. 2012.

<http://www.abopbrasil.org.br/> acesso em: 12 dez. 2008.

<http://www.pol.org.br> acesso em: 11 jan. 2012.

<http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1312160-16022,00-REAQUECIMENTO+DO+MERCADO+DE+TRABALHO.html> acesso em: 21 set. 2009.

[http://users.femanet.com.br/~etea/pedro\\_darcadia.asp](http://users.femanet.com.br/~etea/pedro_darcadia.asp) acesso em: 08 set. 2009.

<http://redefederal.mec.gov.br/>, acesso em 17 de abril de 2012.

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/137571>, sobre a Constituição Federal de 1937, visitado em 13 de abril de 2012.

<http://www.viverbem.fmb.unesp.br/docs/classificacaobrasil.pdf> acesso em: 5 abr. 2009.

JORNAL da Segunda. Assis, n. 747, p. 3, 5 mar. 2007

HEMÉRITAS, A. B.; MAIA, L. C. Z. **Reflexos da reforma da educação profissional nas Escolas Técnicas de São Paulo**. Campinas: Editora Komedi, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. v. 1.

LEVENFUS, R. S. **Vestibular: derrubando o Mito**. Porto Alegre: Age, 1993.

\_\_\_\_\_, SOARES, D. H. P. **Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

LUCCHIARI, D. H. P. S. (org.) **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: Sumus, 1993.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1982.

MACIEL, Lizete S. Bomura; SHIGUNOV, Alexandre. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, Editora UFPR, 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "MEC/USAID" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002,

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>, visitado em 26/4/2012.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo** (1921-1981). São Paulo: Impress, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Notícias SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, nº 173, 20 a 26/08/2007, Brasília, DF, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, 2009.

MULLER, M. **Descubrir el camino**: nuevos aportes educacionales y clínicos de orientación vocacional. Buenos Aires: Bonum, 1994.

\_\_\_\_\_. **Orientação vocacional**: contribuições clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, S.G. **Orientação Vocacional e Decisão – Estudo crítico da situação no Brasil**. 2a ed. São Paulo. Editora Loyola, 1981.

PORTO, S. (org.) **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora da UnB, 2002.

RIVAS, F. **Psicologia Vocacional**: enfoques del asesoramiento. Madrid: Morata, 1988.

SABLICH, Cynthia. **Os sistemas educacionais do Brasil e da Coréia do Sul: Uma avaliação da Valorização do Capital Humano como Fator Determinante para o Crescimento Econômico Ocorrido a Partir da Década de 70**. 2007. Monografia (graduação em Economia) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SANTOS, Osvaldo de Barros. **Psicologia aplicada à orientação e seleção profissional**. 9ª ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIOTTI, E. B. **Doutores 2010**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

[www.centropaulasouza.sp.gov.br/Vestibulinho/manual\\_Vestibulinho\\_2s\\_09.pdf](http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Vestibulinho/manual_Vestibulinho_2s_09.pdf)  
acesso em: 10 set. 2009.

[www.fuvest.com.br](http://www.fuvest.com.br), acessado em 20 de julho de 2008

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) acesso em: 26 de jun. 2008.

[www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br), visitado em 20 de dezembro de 2011.

[www.mtecbo.gov.br/busca.asp](http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp) acesso em: 25 de jun. 2008.

[www.unesp.br](http://www.unesp.br), acessado em 20 de agosto de 2008.

[www.usp.br](http://www.usp.br), acessado em 18 de agosto de 2008.

[www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br) acesso em: 28 de ago. 2008.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, n. 4, 1981.

books.google.com

## Anexo 1

Profissão de Psicólogo - Lei nº 4.119, de agosto de 1962

**DECRETO nº 53.464 de 21/01/1964**

**Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo.**

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art.87, item I da Constituição, decreta:

**TÍTULO I - Do Exercício Profissional**

Art. 1º- É livre em todo o território nacional o exercício da Profissão de Psicólogo, observadas as exigências previstas na legislação em vigor e no presente Decreto.

Parágrafo único - A designação profissional de Psicólogo é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 2º- Poderão exercer a profissão de Psicólogo:

- 1) Os possuidores de diploma de Psicólogo expedido no Brasil por Faculdade de Filosofia oficial ou reconhecida nos termos da Lei número 4.119, de 27 de agosto de 1962.
- 2) Os diplomados em Psicologia por Universidade ou Faculdade estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor.
- 3) Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, com base nas Portarias Ministeriais nº 328, de 13.5.1946, e nº 274, de 11-7-1961, após estudos em cursos regulares de formação de Psicólogos, com duração mínima de quatro anos, ou estudos regulares em Cursos de Pós-Graduação, com duração mínima de dois anos.
- 4) Os atuais possuidores do título de Doutor em Psicologia e de Doutor em Psicologia Educacional, bem como aqueles portadores do título de Doutor em Filosofia, em Educação ou em Pedagogia que tenham defendido tese sobre assunto concernente à Psicologia.
- 5) Os funcionários públicos efetivos que, em data anterior ao dia 5 de setembro de 1962, tenham sido providos em cargos ou funções públicas, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico.
- 6) Os militares que, em data anterior ao dia 5.9.1962, tenham obtido diplomas conferidos pelo Curso criado pela portaria n.º 171, de 25 de outubro de 1949, do Ministério da Guerra.
- 7) As pessoas que, até o dia 5 de setembro de 1962, já tenham exercido por mais de cinco anos, atividades profissionais de Psicologia Aplicada.

Art. 3º- Condição indispensável para o exercício legal de profissão de Psicólogo é a obtenção prévia do registro profissional de Psicólogo na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e



## Cultura.

Parágrafo único - Os portadores de diplomas, expedidos por estabelecimentos de ensino superior, deverão providenciar o devido registro do seu diploma no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4º - São funções do psicólogo:

1) Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

2) Dirigir serviços de Psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

3) Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor.

4) Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Psicologia.

5) Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

6) Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de Psicologia.

## TÍTULO II - Da Formação

Art. 5º - A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia na forma da legislação vigente e deste Regulamento.

Art. 6º - As Faculdades de Filosofia poderão instituir Cursos de Graduação de Bacharelado e Licenciado em Psicologia e de Psicólogo.

Parágrafo único - As disciplinas lecionadas em outros Cursos da Faculdade ou da Universidade e que sejam as mesmas do currículo dos Cursos de Bacharelado e Licenciado em Psicologia e de Psicólogo poderão ser ministradas em comum.

Art. 7º - A autorização para o funcionamento e o reconhecimento legal dos Cursos de Psicologia processar-se-á em consonância com os preceitos gerais da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e as determinações por ela não revogadas do Decreto-lei nº 421, de 11.5.1933, e do Decreto-lei nº 2.076, de 8.3.1940, completados pelas seguintes exigências e expressas na Lei nº 4.119, de 27.8.1962:

a) As Faculdades de Filosofia que solicitarem a autorização para o funcionamento de um dos Cursos de Psicologia deverão fornecer provas de sua capacidade didática, apresentando um corpo docente devidamente habilitado em todas as disciplinas de cada um dos Cursos, cuja instalação for pleiteada por elas.

b) As Faculdades, ao requererem autorização para o funcionamento de Curso de Psicólogo, deverão possuir serviços clínicos e serviços de aplicação à Educação e ao Trabalho, abertos ao público, gratuitos ou remunerados, de acordo com o tipo de formação que pretendam oferecer nesse nível de Curso.

Parágrafo único - Nas Universidades em que existam serviços idôneos e equivalentes aos previstos na letra b, a Faculdade de Filosofia poderá cumprir a exigência prevista no citado item pela apresentação de um convênio que lhe permita a utilização eficiente desses serviços.

Art. 8º - As Faculdades de Filosofia que mantinham Cursos de Graduação em Psicologia na data da publicação da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, terão o prazo de noventa dias, a partir da

publicação deste Decreto, para requerer ao Governo Federal o respectivo reconhecimento.

§ 1º - Os Cursos de Graduação não enquadrados nas especificações deste artigo deverão requerer dentro de noventa dias, a partir da data da publicação deste Decreto, seu reconhecimento.

§ 2º - Os Cursos que não tiverem seus pedidos de reconhecimento encaminhados dentro desse prazo estarão automaticamente proibidos de funcionar, estendendo-se esta proibição àqueles a que for negado o reconhecimento.

Art. 9º - Os cursos de Pós-Graduação em Psicologia e em Psicologia Educacional, regulamentados pelas Portarias Ministeriais nº 328, de 13 de maio de 1946 e nº 274, de 11 de julho de 1961, não poderão admitir matrículas iniciais a partir de 1967.

Parágrafo único - As mesmas disposições deverão ser obedecidas pelos Cursos de Especialização ou Pós-Graduação em Psicologia que não se enquadrem neste artigo.

Art. 10 - Os Cursos de Bacharelado, Licenciado e Psicólogo deverão obedecer ao currículo mínimo e duração fixados de acordo com a Lei nº 4.024, de 20.12.1961, pelo egrégio Conselho Federal de Educação.

### **TÍTULO III - Da Vida Escolar**

Art. 11 - O candidato à matrícula no Curso de Bacharelado deverá satisfazer todas as condições exigidas para a matrícula em qualquer um dos Cursos da Faculdade de Filosofia.

Art. 12 - Os atuais alunos dos Cursos mencionados no artigo 8º e em seu Parágrafo 1º poderão prosseguir o Curso passando a obedecer às adaptações que este tenha sofrido com o reconhecimento, desde que suas matrículas tenham sido regularmente processadas.

Art. 13 - Os alunos matriculados nos Cursos de que trata o artigo 9º e seu Parágrafo único poderão prosseguir o Curso obedecendo ao currículo original até o prazo previsto neste Regulamento.

Art. 14 - Os alunos que tiverem cursado em nível superior, no Brasil ou no estrangeiro, disciplinas constantes do currículo dos Cursos de Psicologia, poderão ser dispensados dessas disciplinas, desde que obtenham parecer favorável dos órgãos técnicos da Faculdade aprovado pelo Conselho Universitário, no caso de Universidades, e pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no caso de estabelecimentos isolados.

Parágrafo único - A dispensa de disciplinas será no máximo, de 6 (seis) no Curso de Bacharelado, de 2 (duas) no de Licenciado e de 5 (cinco) no de Psicólogo.

Art. 15 - De acordo com a amplitude das dispensas referidas no artigo anterior, os Cursos de Bacharelado e de Psicólogo poderão ser abreviados, respeitada a duração mínima de dois anos em cada Curso.

### **TÍTULO IV - Dos Diplomas**

Art. 16- Ao aluno que concluir o Curso de Bacharelado será conferido o diploma de Bacharel em Psicologia.

Art. 17- Ao aluno que concluir o Curso de Licenciado será conferido o diploma de Licenciado em Psicologia.

Art. 18- Ao aluno que concluir o Curso de Psicólogo será conferido o diploma de Psicólogo.

Art. 19- Os portadores de diplomas expedidos por Universidades ou Faculdades estrangeiras que não sejam equivalentes aos nacionais, poderão completar sua formação em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos.

#### **TÍTULO V - Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 20- As Diretorias de Pessoal dos Ministérios, das Autarquias de quaisquer outros órgãos da administração federal, estadual ou municipal apostilarão os títulos de nomeação dos servidores que tenham sido providos, em data anterior ao dia 5 de setembro de 1962, em cargos ou funções sob a denominação de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, garantindo-lhe o exercício dos cargos e das funções respectivas, assim como as vantagens daí decorrentes.

Art. 21- Os portadores do título de Doutor, obtido em Faculdade de Filosofia e que tenham defendido tese sobre tema específico de Psicologia, ao requererem o registro profissional de Psicólogo, deverão instruir a petição com os seguintes documentos:

- a) carteira de Identidade;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) título eleitoral;
- d) diploma de Doutor devidamente registrado na Diretoria do Ensino Superior do MEC;
- e) um exemplar da tese de doutoramento.

Parágrafo único - Os títulos de Doutor obtidos mediante concurso de cátedra ou de Livre Docência, serão válidos para o mesmo fim, desde que acompanhados dos documentos exigidos neste artigo e de uma declaração da Faculdade de que a cadeira a que se refere o concurso foi a de Psicologia ou a de Psicologia Educacional.

Art. 22- A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura encaminhará os requerimentos e sua respectiva documentação à Comissão de que trata o artigo 23 da Lei nº 4.119, a fim de que a mesma emita parecer justificado.

§ 1º - O parecer de que trata este artigo deverá ser homologado pelo Diretor do Ensino Superior.

§ 2º - Homologado o parecer, no caso de ser o mesmo pela concessão do registro, providenciará a Diretoria do Ensino Superior o efetivo registro profissional de Psicólogo do requerente, a fim de que produza seus efeitos legais.

Art. 23 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 24 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**Brasília (DF), em 21 de janeiro de 1964**

João Goulart

Júlio Furquim Sambaguy

**I - LEI nº 4.119 de 27-08-1962**

**Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo**

**CAPÍTULO I - Dos Cursos**

Art. 1º- A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciado e Psicólogo.

Art. 2º- (Vetado) .

Art. 3º- (Vetado).

Parágrafo único - (Vetado).

Art. 4º- (Vetado).

§ 1º- (Vetado).

§ 2º- (Vetado).

§ 3º- (Vetado).

§ 4º- (Vetado).

§ 5º- (Vetado).

§ 6º- (Vetado).

**CAPÍTULO II - Da vida escolar**

Art. 5º- Do candidato à matrícula no curso de bacharelado exigir-se-á idade mínima de 18 anos, apresentação do certificado de conclusão do ciclo secundário, ou curso correspondente, na forma da lei de exames vestibulares.

Parágrafo único - Ao aluno que concluir o curso de bacharelado será conferido o diploma de Bacharel em Psicologia.

Art. 6º- Do candidato à matrícula nos cursos de licenciado e Psicólogo se exigirá a apresentação do diploma de Bacharel em Psicologia.

§ 1º- Ao aluno que concluir o curso de licenciado se conferirá o diploma de Licenciado em Psicologia.

§ 2º - Ao aluno que concluir o curso de Psicólogo será conferido o diploma de Psicólogo.

Art. 7º- Do regimento de cada escola poderão constar outras condições para matrícula nos diversos cursos de que trata esta lei.

Art. 8º- Por proposta e a critério do Conselho Técnico Administrativo (C.T.A.) e com aprovação do Conselho Universitário da Universidade, poderão os alunos, nos vários cursos de que trata esta lei, ser dispensados das disciplinas em que tiverem sido aprovados em cursos superiores, anteriormente realizados, cursos esses oficiais ou devidamente reconhecidos.

§ 1º - No caso de Faculdades isoladas, a dispensa referida neste artigo depende de aprovação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º - A dispensa poderá ser de, no máximo, seis disciplinas do curso de bacharelado, duas do curso de licenciado e cinco do curso de Psicólogo.

§ 3º - Concedida a dispensa do número máximo de disciplinas previstas no parágrafo anterior, o aluno

poderá realizar o curso de bacharelado em dois anos e, em igual tempo, o curso de Psicólogo.

Art. 9º- Reger-se-ão os demais casos da vida escolar pelos preceitos da legislação do ensino superior.

### **CAPÍTULO III - Dos direitos conferidos aos diplomados**

Art.10 - Para o exercício profissional é obrigatório o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art.11 - Ao portador do diploma de Bacharel em Psicologia, é conferido o direito de ensinar Psicologia em cursos de grau médio, nos termos da legislação em vigor.

Art.12 - Ao portador do diploma de Licenciado em Psicologia é conferido o direito de lecionar Psicologia, atendidas as exigências legais devidas.

Art.13 - Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.

§ 1º- Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

§ 2º- É da competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Art.14 - (Vetado).

### **CAPÍTULO IV - Das condições para funcionamento dos cursos**

Art.15 - Os cursos de que trata a presente lei serão autorizados a funcionar em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, mediante decreto do Governo Federal, atendidas as exigências legais do ensino superior.

Parágrafo único - As escolas provarão a possibilidade de manter corpo docente habilitado nas disciplinas dos vários cursos.

Art.16 - As Faculdades que mantiverem cursos de Psicólogo deverão organizar serviços clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso, abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

Parágrafo único - Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras Instituições da localidade, a critério dos Professores do curso.

### **CAPÍTULO V - Da revalidação de diplomas**

Art.17 - É assegurada, nos termos da legislação em vigor, a revalidação de diplomas expedidos por

Faculdades estrangeiras que mantenham cursos equivalentes aos previstos na presente lei.  
Parágrafo único - Poderão ser complementados cursos não equivalentes, atendendo-se aos termos do art. 8º e de acordo com instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

#### **CAPÍTULO VI - Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 18 - Os atuais cursos de Psicologia, legalmente autorizados, deverão adaptar-se às exigências estabelecidas nesta lei, dentro de um ano após sua publicação.

Art. 19 - Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de Psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos, e ao exercício profissional.

§ 1º - O registro deverá ser requerido dentro de 180 dias, a contar da publicação desta lei.

§ 2º - Aos alunos matriculados em cursos de especialização a que se refere este artigo, anteriormente à publicação desta lei, serão conferidos após a conclusão dos cursos, idênticos direitos desde que queiram o registro profissional no prazo de 180 dias.

Art. 20 - Fica assegurado aos funcionários públicos efetivos o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, em que já tenham sido providos na data de entrada em vigor desta lei.

Art. 21 - As pessoas que, na data da publicação desta lei, já venham exercendo ou tenham exercido, por mais de cinco anos, atividades profissionais de Psicologia Aplicada, deverão requerer no prazo de 180 dias, após a publicação desta lei, registro profissional de Psicólogo.

Art. 22 - Para os efeitos do artigo anterior, ao requerimento em que solicita registro, na repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, deverá o interessado juntar seus títulos de formação, comprovantes de exercício profissional e trabalhos publicados.

Art. 23 - A fim de opinar sobre os pedidos de registro, o Ministério da Educação e Cultura designará uma comissão de cinco membros, constituída de dois professores universitários de Psicologia Educacional e três especialistas em Psicologia Aplicada. (vetado).

Parágrafo único - Em cada caso, à vista dos títulos de formação, obtidos no País ou no estrangeiro, comprovação do exercício profissional e mais documentos, emitirá a comissão parecer justificado, o qual poderá concluir pela concessão pura e simples do registro, pela sua denegação, ou pelo registro condicionado à aprovação do interessado em provas teóricopráticas.

Art. 24 - O Ministério da Educação e Cultura expedirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, as instruções para sua execução.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Brasília, 27 de agosto de 1962;**  
141º da Independência e 74º da República.

## Anexo 2

# **ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORIENTADORES PROFISSIONAIS ABOP**

## **APROVAÇÃO DE SEUS ESTATUTOS E ELEIÇÃO DE SUA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL**

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Porto Alegre, a Avenida Alberto Bins, No.514 (quinhentos e quatorze) reuniram-se os seguintes cidadãos: Marilú Diez Lisboa -RG 5020002076 SSP-RS, Adriana Arienti Humpert -RG 3720431 SSP-SP, Claudia Maria Carvalho 5.470633 -SSP-SP, Maria de Lourdes Silveira -RG 9522703 SSP-SP, Deborah Pecchio Castello- RG 8458233 SSP-SP, Eliane Arbex Rodrigues -RG 4382463 -SSP-SP, Tânia Amélia Cabral Baron -RG 1001303435 SSP-RS, Carolina Bonatti -RG 2588288-0 SSP, Maria Célia P. Lassance -RG 7153801- SSP-RS, Armando Marocco -RG 5000872019- SSP-RS, Mariene Campos Cardoso -RG 2214137- IE, Tabajara Dias de Andrade -RG 6412272 -SSP-SP, Regina Sonia Gattas F. do Nascimento -RG 3477969 -SSP-SP, Gerald Gregory Junior -RG 5751732 -SSP-SP, Tânia Maria Pinheiro, Maria Paulina Hummes P6lking RG 3009011044, Dilva Rosa dos Santos - RG 7664754, Katia de Castro -IE 800903771, Ursula Nachtigall -IE 9005600169, Marilene Betta -1E-3R/755632, Zenie Neitzke -1E-3R/1118416, Helena Maria da Silva de Miranda Games -1E-3R/109423, Berenice Vallota Pantaleao -1E-11794555, Marisa Donetiello Alves de Lima -1E-15598727-6, Agnes Françoise Steraggiotti Silva -1E-4001320326, Maia do Carmo Job Junqueira -RG-2034758876-SSP-RS, Regina Crestoni -1E-7033002309, Maria de Lourdes P. Marinho Aidar -RG-1977212-SSP- SP, Silvia Guena de Albuquerque Touno -RG 3305789 -SSP-SP, Flavia Renata Bertonha Manoel Bertao -RG 17652426 -SSP-SP, Maria da Graça Coral -RG - 117982 -SSP-SC, Regina Gioconda de Andrade -RG- 3337185-SSP-PR, Marta Regina dos Santos Wolf- 1/R 640083- SSI-SC, Iuri Novaes Luna -1/R-2048826, IE, Cristine Moecke -IE 1378469, Lauraci Donde da Silva -Reg. 1174-MEC, Cecilia Reverbel de Moura, Iara Maria Silva Rojas -IE 1010924676, Urania Maria Games, ~icera Rodrigues Yoshimoto -CRP-06/41971-9, Sandra Eiko Murahara, Irineu Maciel Paes Barreto -RG ME -051504202-6, Maximiliano Franke Bier -CRP 07/6294, Marli Tereza Ross~to -Reg.4106 -MEC, Maria Amelia Rangel de Carvalho Aranha -RG 300404010-SSP-SP, Sandra Frischenbruder -CRP 07/03797, Rosane Schotgues Levenfus -CRP 07/03989, Ciane Pompermayer -CRP 07/05992, Suzymara Trintinaglia -CRP 07/04283, e Nelson Antonio Ferreira -CRP 05/18094, com a finalidade de criar, como de fato 'criaram, uma Associação sem fins lucrativos, denominada Associação Brasileira de Orientadores Profissionais .

Os trabalhos foram instalados pelo Senhor Professor Doutor André Jacquemin, que convidou a Senhora Professora); J.Maria Célia Pacheco Lassance para presidir a Assembléia, a qual, por sua vez, convidou a mim Claudia Maria Carvalho para secretariar os trabalhos, a que fiz.

A Senhora Presidente da Assembléia fez breve explanação sobre a necessidade de uma Associação que reunisse os profissionais da área de Orientação Profissional , bem como as finalidades da entidade. Propôs, então, formalmente sua criação, a que foi aprovado



por unanimidade. Assim, fundada a Associação Brasileira de Orientadores Profissionais, a Senhora Presidente propôs a discussão e aprovação dos estatutos que deverão regê-la. A proposta dos estudos foi devidamente examinada e aprovada pelos presentes, com o seguinte teor:

## **ESTATUTOS SOCIAIS**

### **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORIENTADORES PROFISSIONAIS -ABOP.**

#### **CAPÍTULO I -Da denominação- sede social. duração e finalidades.**

**Artigo 1º** -A Associação Brasileira de Orientadores Profissionais -ABOP e uma sociedade civil de Direito Privado, constituída na forma da lei, sem fins lucrativos e que se regeza pelos presentes Estatutos.

**Artigo 2º** -A ABOP terá sua sede social em Cotia, Estado de São Paulo, a Rua Primo Baptistoni, 145, Bairro Portão, podendo manter núcleos em qualquer ponto do território nacional.

**Artigo 3º**- Seu tempo de duração e indeterminado, podendo extinguir-se nos termos destes Estatutos.

**Artigo 4º**- A ABOP tem por finalidades:

- a) Construir uma identidade de Orientador Profissional junto a todos profissionais de Nível Superior atuantes na área de Orientação Profissional, comprometidos eticamente com o rigor científico, que deve caracterizar a área.
- b) Construir como consequência, um grupo de profissionais que seja agente e co-responsável pela saúde pessoal e social, no sentido mais amplo;
- c) Gerar e consolidar a discussão e a prática de Orientação num âmbito inter disciplinar, respeitando as identidades inter disciplinares e sustentando a mais ampla liberdade de pensamento e expressão, desde que dentro de paradigmas ideológicos que garantam o engrandecimento individual e social;
- d) Abrir e consolidar um espaço para promover a comunicação entre os diferentes Orientadores, para que possam desenvolver projetos conjuntos que levem a integração de seus esforços, com vistas ao desenvolvimento da sociedade;
- e) Favorecer, apoiar, estimular e promover as atividades científicas de investigação e de ação orientadora, respeitando as identidades e liberdades pessoais e sócio-culturais;
- f) Fomentar a atuação dos profissionais de Orientação na área da Educação, defendendo, enaltecendo e lutando pelo desenvolvimento da Escola Pública e Privada enquanto lugar de formação, cujo compromisso deve ser com o desenvolvimento total do ser humano e da sociedade;

- g) Promover o aperfeiçoamento dos profissionais de Orientação, através do mais amplo intercambio cultural e científico;
- h) Impulsionar a investigação e a ação científicas da Orientação desenvolvendo um banco de informações atualizado em todos os seus campos e estabelecendo, para isto, os seguintes foros de trabalho em Orientação: educação, saúde, trabalho, pensamento científico, criação artística e artesanal, economia, política e meios de comunicação.

## **CAPITULO II -Dos Sócios**

**Artigo 5º** -Poderão ser sócios da ABOP, todos os profissionais de Nível Superior atuantes na área de Orientação Profissional comprometidos eticamente com o rigor científico que deve caracterizar a área.

**Parágrafo Único** -a critério da diretoria da ABOP poderão ser admitidas no quadro social instituições educacionais;

**Artigo 6º**- Os sócios não respondem individualmente pelos atos da sociedade.

**Artigo 7º** -Haverá uma única categoria de sócios sendo comum a todos os direitos e deveres aqui estabelecidos.

## **CAPITULO III -Dos Direitos e deveres dos Sócios -Exclusão**

**Artigo 8º**- São direitos dos sócios da ABOP:

- a) Participar da Assembléia, reuniões, debates e eventos promovidos pela entidade;
- b) Votar e ser votado para todos os cargos e comissões;
- c) Ter acesso a todos os livros e documentos da sociedade;
- d) Participar de delegações e representações em qualquer nível;
- e) Interpelar a diretoria, coletiva ou individualmente, sobre qualquer ato que diga respeito à Associação;
- f) Fiscalizar livros e/ou documentos;
- g) Requisitar material para consulta;
- h) Fiscalizar as contas e balanços.

**Artigo 9º** -São deveres dos sócios da ABOP:

- a) Manter conduta ética inatacável em relação à profissão e a seu exercício;

- b) Atender, sempre que solicitado, as pessoas interessadas que o requeiram, dentro do quadro específico de sua especialidade;
- c) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos;
- d) Comparecer as Assembléias e reuniões sempre que convocado; e) Pagar as anuidades estipuladas pela Assembléia geral;
- t) Integrar os órgãos dirigentes da ABOP sempre que indicado ou eleito, salvo motivo de força maior .

**Artigo 10º** -O sócio será excluído da ABOP quando:

- a) Tiver comportamento antiético ou atentatório aos objetivos da ABOP;
- b) Não cumprir os Estatutos;
- c) Desrespeitar decisões emanadas dos órgãos dirigentes da Associação;
- d) For condenado por sentença que lhe prive o exercício profissional;
- e) Deixar de pagar duas anuidades consecutivas.

**Artigo 11º**- A exclusão do sócio será decidida pelo Conselho de Orientação e Ética de ofício ou a pedido de qualquer sócio ou, ainda, por representação de órgãos da Sociedade Civil;

**Parágrafo Único** -Facilitado o amplo direito de defesa, o excluído deverá recorrer da decisão a Assembléia Geral da ABOP.

#### **CAPITULO IV** -Dos Órgãos Dirigentes

**Artigo 12º**- São órgãos dirigentes e executivos da ABOP:

- a) a Assembléia Geral;
- b) o Conselho de Orientação e Ética; c) a Diretoria Executiva. .

**Parágrafo Único** -Um Conselho Fiscal será órgão assessor que emitira parecer sobre as contas da Associação.

**Artigo 13º**- A Assembléia Geral e um orgao supremo da Associação e suas decisoes sao irrecorriveis.

**Artigo 14º** -A Assembléia Geral se reúne a cada dois anos, em caráter ordinário, em primeira convocação com a metade mais um dos associados quites com a tesouraria, ou em segunda convocação, uma hora após, com a presença de qualquer numero de associados, sendo admitida procuração não cumulativa;

**Parágrafo Único** -As instituições associadas se farão representadas pelo delegado devidamente credenciado e com direito a um (hum) voto.

**Artigo 15º**- A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que necessário por convocação da Diretoria, do Conselho de Orientação e Ética ou por solicitação de no mínimo um décimo de sócios quites com a tesouraria. Os sócios terão ciência da convocação da Assembléia Geral Extraordinária com 15 (quinze) dias de antecedência, por carta e publicação na imprensa.

**Artigo 16º**- A Assembléia Geral Extraordinária, se reúne em primeira convocação com a presença de metade mais um dos sócios e, em segunda convocação uma hora após, com a presença de qualquer numero de associados.

**Artigo 17º** -A Assembléia Geral deliberara por maioria simples de votos, salvo nos casos de alienação patrimonial, extinção ou fusão da sociedade, quando serão necessários os votos de dois terços dos associados.

**Artigo 18º**- Compete a Assembléia Geral:

- a) apreciar o relatório das atividades da Diretoria;
- b) apreciar as contas e decidir sobre O parecer do Conselho Fiscal;
- c) aprovar o orçamento Anual da Associação e fixar as anuidades dos sócios; d) eleger a Diretoria, o Conselho de Orientação e Ética e o Conselho Fiscal; e) aprovar as diretrizes gerais para política da ABOP;
- f) examinar recursos e rever decisões do Conselho de Orientação e Ética.

**Artigo 19º** -A Diretoria será composta por seis membros, sendo eles: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretario, 2º Secretario, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Artigo 20º** -O Conselho de Orientação e Ética será integrado:

- a) pelos ex-presidentes, com mandato vitalício;
- b) por 5 ( cinco) membros eleitos, juntamente com a diretoria, pela Assembléia Geral, entre sócios no pleno exercício de seus direitos;

**Artigo 21º**- O Conselho Fiscal será composto de 2(dois) membros e 2 (dois) suplentes.

**Artigo 22º** -O mandato da Diretoria do Conselho de orientação e Ética e do Conselho Fiscal, será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por 1 (um) período.

## CAPITULO V -Das atribuições da Diretoria - seus membros. e do Conselho de Orientação e Ética

**Artigo 23º** -Compete a Diretoria:

- a) a administração geral da Associação;
- b) firmar convênios com entidades congêneres nacionais e internacionais; c) administrar o patrimônio da Associação;
- d) decidir sobre questões omissas nestes Estatutos ou que lhe venham a ser propostas;
- e) admitir sócios e deliberar sobre a admissão de instituições no quadro social.

**Artigo 24º**- Compete ao Presidente

- a) representar a Associação em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente; b) firmar contratos de qualquer natureza; c) admitir e demitir funcionários;
- d) assinar em conjunto com um dos Tesoureiros, cheques, requisições de talões de cheques, extratos de contas correntes, aplicações financeiras, pagamentos de qualquer natureza, aquisição de material necessário ao bom funcionamento da Associação;
- e) representar a Associação junto a organismos internacionais a que a mesma pertença ou venha a pertencer;
- f) representar a Associação junto as Autoridades Publicas em geral; g) fazer cumprir e aplicar os Estatutos;
- h) acolher denúncias de eventuais atentados à Ética Profissional e encaminhá-las ao Conselho de orientação e Ética.

**Artigo 25º**- Compete ao Vice-Presidente, pela ordem:

- a) substituir o Presidente nos impedimentos temporários ou definitivos. No caso de impedimento definitivo, o Vice-Presidente que assumir, completara o tempo restante do mandato;
- b). Auxiliar e representar o Presidente, sempre que para isto for requisitado;

**Artigo 26º**- compete ao Secretario:

- a) secretariar reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, lavrando a competente ata em livro especial;
- b) organizar e manter em dia a documentação da Associação; c) organizar e manter o fichário do quadro associativo; d) manter a correspondência em dia.
- e) zelar pela biblioteca da Associação e pelos documentos confiados a sua guarda;

**Artigo 27º**- Compete ao 2º (segundo) Secretário:

a) substituir o secretário nos seus impedimentos com as mesmas atribuições.

**Artigo 28º**- Compete ao Tesoureiro:

- a) efetuar a cobrança das anuidades dos sócios;
- b) assinar, em conjunto com o Presidente, cheques e demais documentos de natureza bancária;
- c) efetuar o balancete mensal, da situação financeira da ABOP; d) notificar os sócios em falta com a tesouraria;
- e) informar a Presidência sobre a situação de sócios inadimplentes e propor as medidas necessárias;
- f) zelar pelo patrimônio da Associação.

**Artigo 29º**- Compete ao 2º (segundo) Tesoureiro

a) substituir o Primeiro Tesoureiro nos seus impedimentos com as mesmas atribuições.

**Artigo 30º**- Compete ao Conselho de Orientação e Ética:

- a) traçar a estratégia política da Associação a ser aplicada pela Diretoria;
- b) zelar pela manutenção dos princípios éticos dos associados, advertindo-os quando for o caso;
- c) apreciar os pedidos de exclusão de sócios;
- d) assessorar a Diretoria em tudo quanto diga respeito à Associação e de seus membros;
- e) dirimir dúvidas e pronunciar-se sobre consultas da Diretoria.

**Artigo 31º**- O Presidente da ABOP preside o Conselho de Orientação e Ética.

**Artigo 32º** -Compete ao Conselho Fiscal a apreciação das contas da Entidade emitindo sobre as mesmas parecer para apreciação da Assembléia Geral.

**Parágrafo Único** -O Conselho Fiscal elegera um Presidente entre seus membros.

## CAPITULO VI -Do Patrimônio:

**Artigo 33º**- O patrimônio da Associação e constituído:

a) de aportes voluntários de sócios e não sócios;

- b) de contribuições de instituições nacionais e internacionais;
- c) de rendas de qualquer natureza legal;
- d) de legados;
- e) das anuidades dos sócios.

**Artigo 34º** -O patrimônio da associação só poderá ser alienado com a aprovação de dois terços dos sócios quites com a tesouraria.

**Artigo 35º** -A ABOP não prestara aval. Fiança, ou garantia, nem assumira qualquer compromisso que implique em ônus real.

#### **CAPITULO VII -Da extinção ou fusão:**

**Artigo 36º** -A ABOP só poderá ser extinta por deliberação de dois terços dos associados quites com a tesouraria, caso em que seu patrimônio revertera em benefício de Instituições Educacionais.

**Artigo 37º** -Fusão ou incorporação da ABOP por outra entidade dependera da aprovação de dois terços de seus associados.

**Parágrafo Único** -A ABOP poderá encampar ou absorver outras entidades, desde que isto se adeque aos seus interesses e não colida com seus estatutos.

#### **CAPITULO VIII -Das disposições transitórias:**

**Artigo 38º**- Serão considerados sócios fundadores aqueles que, ate 90 (noventa) dias após a Assembléia de constituição se inscreveram como sócios

**Artigo 39º** -O presente estatuto poderá ser reformulado, no todo ou em parte, na primeira Assembléia Geral da associação, por maioria simples dos associados, para isto, especialmente convocados. Após este período os estatutos só poderão ser reformulados pela maioria de dois terços dos sócios presentes a Assembléia Geral Extraordinária para isto convocada.

**Artigo 40º** -Os casos omissos no presente estatuto serão dirimidos pelas leis vigentes aplicadas no que for pertinente.

A seguir a Senhora Presidente de acordo com o artigo 1º dos estatutos, propôs a eleição da Diretoria, assim composta:

Presidente: MARILU DIEZ LISBOA (SP).  
Vice-Presidente: ADRIANA ARIENTI HUMPERT (SP).  
Primeira Secretaria: CLAUDIA MARIA CARVALHO (SP).

Segunda Secretaria: MARIA DE LOURDES SILVEIRA (SP).

Primeira Tesoureira: DEBORH PECCHIO CASTELLO (SP).

Segunda Tesoureira: ELIANE ARBEX RODRIGUES (SP).

### **CONSELHEIROS:**

ANDRE JACQUEMIN -Ribeirão Preto (SP).

MARIA CÉLIA LASSANCE (RS).

ARMANDO MAROCCO (RS).

REGINA SONIA G. NASCIMENTO (SP).

DULCE LUCCHIARI (SC).

T ABAJARA DIAS DE ANDRADE -Campinas (SP).

TANIA AMELIA C. BARON (RS)

CAROLINA BONATTI (PR).

MARILENE BERRA (RJ).

MARIENE CAMPOS CARDOSO (RJ).

Os nomes foram aprovados por unanimidade e os eleitos tomaram posse no ato. A seguir a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos, do qual se lavrou a presente ata assinada pelos presentes na qualidade de fundadores da associação Brasileira de Orientadores Profissionais, conforme lista anexa.

MARIA CELIA PACHECO LASSANCE-RG: 7.153.801-SSP-SP

Presidente



### Anexo 3



Home » Cursos Superiores de Tecnologia

## Cursos Superiores de Tecnologia

Follow @paulasouza.sp

O Centro Paula Souza mantém **51 Faculdades de Tecnologia (Fatecs)**, distribuídas em 47 municípios paulistas. As Fatecs ministram 60 cursos de graduação tecnológica, que têm uma carga horária de 2.400 horas, com três anos de duração. Diversos cursos estão passando por uma atualização para se adequar ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC).

- 01 - Agroindústria
- 02 - Agronegócio
- 03 - Alimentos
- 04 - Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- 05 - Automação Aeronáutica
- 06 - Automação de Escritórios e Secretariado
- 07 - Automação Industrial
- 08 - Banco de Dados
- 09 - Biocombustíveis
- 10 - Comércio Exterior
- 11 - Construção Civil - Modalidade Edifícios
- 12 - Construção Civil - Movimento de Terra e Pavimentação
- 13 - Construção de Edifícios
- 14 - Construção Naval
- 15 - Controle de Obras
- 16 - Eletrônica Automotiva
- 17 - Eletrônica: Materiais, Processos e Componentes Eletrônicos
- 18 - Estruturas Leves
- 19 - Eventos
- 20 - Fabricação Mecânica
- 21 - Gestão Ambiental
- 22 - Gestão Comercial
- 23 - Gestão Empresarial
- 24 - Gestão Financeira
- 25 - Gestão da Produção Industrial - Calçados
- 26 - Gestão de Tecnologia da Informação
- 27 - Gestão de Recursos Humanos
- 28 - Gestão de Turismo
- 29 - Hidráulica e Saneamento Ambiental
- 30 - Informática para Negócios
- 31 - Jogos Digitais



### Centro Paula Souza divulga lista de 250 alunos de Etecs e Fatecs que farão Intercâmbio nos EUA

Primeira turma embarca entre abril e junho. Governo do Estado de São Paulo investe R\$ 6,32 milhões no segundo ano do Programa que beneficiará 500 estudantes e 100 professores em 2012. Neste ano, Inglaterra foi incluída como destino de um dos grupos de professores.

### Notícias

#### Centro Paula Souza capacita trabalhadores do setor sucroalcooleiro

Comecem nesta semana novas turmas de cursos rápidos de qualificação profissional para trabalhadores da cana-de-açúcar oferecidos pelo Centro Paula Souza em parceria com usinas.

#### Curso capacita cuidadores de pessoas com deficiência

Parceria do Centro Paula Souza com Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, qualificação rápida e a distância destina-se a profissionais e parentes. Serão oferecidas 100 vagas.

#### Fatec de Jaú abre inscrições para curso de condutores fluviais

Técnicos e tecnólogos podem candidatar-se a uma vaga para a qualificação, que dura três meses e confere uma bolsa-auxílio de R\$ 300 mensais.

#### Ganhadores do Top Espanha embarcam para Madri

Três alunos das Fatecs Americana, Itapetininga e Carapicuíba e uma professora Fatec Jundiaí e Zona Sul, em São Paulo, ganharam bolsas para estudar espanhol durante três semanas na Universidade de Salamanca.

#### Governo entrega novas

- 32 - Logística
- 33 - Logística Aeroportuária
- 34 - Manufatura Aeronáutica
- 35 - Manutenção de Aeronaves
- 36 - Manutenção Industrial
- 37 - Materiais (Poliméricos, Cerâmicos ou Metálicos)
- 38 - Mecânica de Precisão
- 39 - Mecânica - Modalidade Processos de Produção
- 40 - Mecânica: processos de soldagem
- 41 - Mecânica - Modalidade Projetos
- 42 - Mecanização em Agricultura de Precisão
- 43 - Mecatrônica Industrial
- 44 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 45 - Polímeros
- 46 - Processos Metalúrgicos
- 47 - Processos Químicos
- 48 - Produção Industrial
- 49 - Produção Fonográfica
- 50 - Produção Têxtil
- 51 - Projetos Mecânicos
- 52 - Radiologia
- 53 - Redes de Computadores
- 54 - Secretariado
- 55 - Segurança da Informação
- 56 - Silvicultura
- 57 - Sistema de Navegação
- 58 - Sistemas Biomédicos
- 59 - Sistemas para Internet
- 60 - Soldagem
- 61 - Transporte Terrestre










 Tweet 2

Follow @cpaulsouzap

#### Instalações da Fatec de São José dos Campos

Nova sede foi construída pela prefeitura e já recebeu R\$ 1,9 milhão em mobiliário e equipamento do Governo do Estado. Outros R\$ 2 milhões serão aplicados nos laboratórios da área aeronáutica.

#### Estado cria Fatec Itaquera, terceira faculdade de tecnologia da Zona Leste

Decreto foi assinado ontem pelo governador Geraldo Alckmin. A unidade tem previsão de iniciar suas atividades no segundo semestre de 2012.

#### Centro Paula Souza vai certificar alunos do Conservatório de Tatuí

Parceria firmada entre as duas instituições prevê que estudantes de instrumento musical e lutens (fabricação de instrumentos) complementem a formação do Conservatório no Centro Paula Souza e conquistem diploma de técnico.

#### Semáforo para deficientes visuais é projetado por estudantes da Etec de Mogi das Cruzes

Alunos agregam sinal sonoro e dispositivo escrito em Braille para indicar se semáforo está aberto ou fechado.

#### Etecs estão na final da Febrace 2012

Vinte e três projetos desenvolvidos por alunos de 15 Escolas Técnicas (Etecs) estaduais foram classificados para a final da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, Criatividade e Inovação (Febrace), que será realizada entre 13 e 15 de março de 2012 na Universidade de São Paulo (USP). Eles vão competir com mais de 300 trabalhos de estudantes dos ensinos Fundamental (8ª e 9ª série), Médio e Técnico de todo o país, selecionados entre cerca de 1.500 inscritos.

#### Alunos da Fatec São Paulo automatizam cadeiras de rodas

Turma do 6º semestre do curso superior tecnológico de Mecânica de Precisão desenvolve protótipos com motor e controle manual.

#### Aluno da Etec de Adamantina vence concurso da USP

Participantes do V Prêmio Econoteem discutem impactos da Copa e das Olimpíadas no Brasil a partir de conceitos da Economia.

#### Vídeo de aluno da Etec Roberto Marinho é finalista do Festival do Minuto

A animação "O Menino e o Bodequê" já foi primeiro lugar na categoria tema livre e agora concorre a melhor vídeo do ano.

#### Etecs são reconhecidas com o Selo Escola Solidária

Escolas escolhidas desenvolvem projetos que buscam melhorar a qualidade de vida da

comunidade utilizando os conhecimentos produzidos nas unidades de ensino.

#### Alunos da Etec Vila Formosa desenvolvem sistema para rastrear bagagem extraviada

Por meio de recursos eletrônicos e de informática, o "Rastrear" é capaz de localizar a bagagem e, caso não seja encontrada, calcular a indenização a ser paga pelos responsáveis pelo extravio.

#### Mais notícias

### Mapa do Site

<p><b>Quem Somos</b></p> <p>Perfil e história Missão, Visão, Objetivos e Diretrizes Soc. Desenvolvimento Parcerias Departamentos Assessoria de Comunicação Fale Conosco Agenda Nova Paula Souza</p>	<p><b>Etec</b></p> <p>Cursos Eletos Vestibulinho Projetos Enem Formação Pedagógica Regimento Comum Concursos</p>	<p><b>Fatec</b></p> <p>Cursos Faculdades Vestibular Cesiv Concursos Projetos Enem</p>	<p><b>Ensino Básico</b></p>	<p><b>Pós-Graduação</b></p> <p>Geral Lato Sensu Workshops Trabalhos Acadêmicos</p>
<p><b>Avaliação</b></p> <p>Observatório Escolar SAI Projeto Camêbar</p>	<p><b>Publicações</b></p> <p>Revista Guia de Internet Manchetes Etec Falec Falece Livros e Software Perfil de Cursos das Etec e Fatec</p>	<p><b>Notícias</b></p> <p>Mais Notícias Relaxem Clipping</p>	<p><b>Capacitações</b></p>	<p><b>Licitações</b></p> <p>Concorrência Pública Tomadas de Preços Convênios Leilão Pregão Registro de Preços Cadastro Caixaep</p>

© Copyright 2011 - Centro Paula Souza - Todos os direitos reservados - Desenvolvido por AssCom



Home » Cursos Técnicos

## Cursos Técnicos

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

O Centro Paula Souza mantém 203 Escolas Técnicas (Etecs) estaduais, distribuídas por 152 municípios paulistas. As Etecs atendem mais de 218 mil estudantes nos Ensinos Técnico e Médio. Atualmente, são oferecidos 101 cursos técnicos para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços. Este número inclui 3 cursos técnicos oferecidos na modalidade semipresencial, 7 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 2 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diversos cursos tiveram a **nomenclatura atualizada** para se adequar ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). A cada processo seletivo (Vestibulinho), é preciso conferir quais os cursos oferecidos em cada unidade.

- 01 - Açúcar e Alcool
- 02 - Administração
- 03 - Agenciamento de Viagem (substitui Turismo)
- 04 - Agente Comunitário de Saúde
- 05 - Agricultura
- 06 - Agrimensura
- 07 - Agroecologia (substitui Agricultura Familiar)
- 08 - Agroindústria
- 09 - Agronegócio
- 10 - Agropecuária
- 11 - Alimentos
- 12 - Análise e Produção de Açúcar e Alcool
- 13 - Automação Industrial
- 14 - Avicultura
- 15 - Biotecnologia
- 16 - Cafeicultura (substitui Produção e Comercialização de Café)
- 17 - Calçados (substitui Gestão da Produção de Calçados)
- 18 - Canto
- 19 - Celulose e Papel
- 20 - Comércio (substitui Assessoria Empresarial, Gestão Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios)
- 21 - Comunicação Visual (substitui Design Gráfico)
- 22 - Contabilidade
- 23 - Cozinha
- 24 - Cuidador de Idosos
- 25 - Curtimento
- 26 - Dança
- 27 - Dança Esportiva
- 28 - Desenho de Construção Civil (substitui Edificações com Ênfase em Projetos)
- 29 - Design de Interiores
- 30 - Design de Móveis (substitui Produtos de Design de Móveis)
- 31 - Edificações
- 32 - Eletroeletrônica
- 33 - Eletromecânica
- 34 - Eletrônica
- 35 - Eletrotécnica
- 36 - Enfermagem
- 37 - Eventos
- 38 - Farmácia
- 39 - Florestas (substitui Florestal)
- 40 - Gestão da Produção de Enxovais e Decoração
- 41 - Gestão Pública
- 42 - Hidrologia (substitui Recursos Hídricos)
- 43 - Hospedagem (substitui Hotalaria)
- 44 - Industrial Madeiro
- 45 - Informática



### Centro Paula Souza divulga lista de 250 alunos de Etecs e Fatecs que farão Intercâmbio nos EUA

Primeira turma embarca entre abril e junho. Governo do Estado de São Paulo investe R\$ 6,32 milhões no segundo ano do Programa, que beneficiará 500 estudantes e 100 professores em 2012. Neste ano, Inglaterra foi incluída como destino de um dos grupos de professores.

### Notícias

#### Centro Paula Souza capacita trabalhadores do setor sucroalcooleiro

Comecem nesta semana novas turmas de cursos rápidos de qualificação profissional para trabalhadores da cana-de-açúcar oferecidos pelo Centro Paula Souza em parceria com usinas.

#### Curso capacita cuidadores de pessoas com deficiência

Parceria do Centro Paula Souza com Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, qualificação rápida e a distância destina-se a profissionais e parentes. Serão oferecidas 100 vagas.

#### Fatec de Jaú abre inscrições para curso de condutores fluviais

Técnicos e tecnólogos podem candidatar-se a uma vaga para a qualificação, que dura três meses e confere uma bolsa-auxílio da Marinha no valor de R\$ 300 mensais.

#### Ganhadores do Top Espanha embarcam para Madri

Três alunos das Fatecs Americana, Itapetininga e Carapicuíba e uma professora Fatecs Jundiaí e Zora Sui, em São Paulo, ganharam bolsas para estudar espanhol durante três semanas na Universidade de Salamanca.

#### Governo entrega novas

- 46 - Informática para Internet (substitui Web Design)
- 47 - Instrumentação e Equipamentos Industriais
- 48 - Laser
- 49 - Logística
- 50 - Manufatura Automotiva (substitui Automotilística)
- 51 - Manutenção de Aeronaves (substitui Manutenção Aeronáutica)
- 52 - Manutenção de Equipamentos fora de Estrada (substitui Manutenção Eletromecânica)
- 53 - Manutenção e Suporte em Informática
- 54 - Marketing (substitui Marketing e Vendas)
- 55 - Mecânica
- 56 - Mecânica - Projetos (substitui Projetos de Mecânica)
- 57 - Mecatrônica
- 58 - Meio Ambiente
- 59 - Metalurgia (Produção de Peças Metálicas)
- 60 - Metalurgia (Siderurgia)
- 61 - Mineração
- 62 - Modelagem do Vestuário
- 63 - Multimídia
- 64 - Museu
- 65 - Música
- 66 - Nutrição e Dietética
- 67 - Paisagismo
- 68 - Processos Fotográficos
- 69 - Produção de Áudio e Vídeo
- 70 - Produção de Cana de Açúcar
- 71 - Prótese Dentária
- 72 - Química
- 73 - Redes de Computadores
- 74 - Regência
- 75 - Saneamento (substitui Saneamento e Controle Ambiental)
- 76 - Saúde Bucal (Substitui Higiene Dental)
- 77 - Secretariado
- 78 - Segurança do Trabalho
- 79 - Seguros
- 80 - Serviços de Restaurante e Bar
- 81 - Tecelagem (substitui Têxtil)
- 82 - Técnico Jurídico
- 83 - Telecomunicações
- 84 - Transações Imobiliárias (Substitui Serviços Imobiliários)
- 85 - Transporte Ferroviário
- 86 - Transporte Rodoviário (Substitui Operações Rodoviárias e Trânsito)
- 87 - Turismo Receptivo
- 88 - Vestuário
- 89 - Zootecnia

### Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

- 01 - Administração
- 02 - Agropecuária
- 03 - Agropecuária (Modalidade Alternância)
- 04 - Informática
- 05 - Informática para Internet
- 06 - Mecatrônica
- 07 - Química

### Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (EJA)

- 01 - Administração
- 02 - Calçados

### Cursos Técnicos- Modalidade Semipresencial - Telecurso TEC

- 01 - Administração Empresarial
- 02 - Gestão de Pequenas Empresas
- 03 - Secretariado e Assessoria

4 6 10 15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100

Totem 15

2

Folhe @paulosouza.sp

### Instalações da Fatec de São José dos Campos

Nova sede foi construída pela prefeitura e já recebeu R\$ 1,9 milhão em mobiliário e equipamento do Governo do Estado. Outros R\$ 2 milhões serão aplicados nos laboratórios da área aeronáutica.

### Estado cria Fatec Itaquera, terceira faculdade de tecnologia da Zona Leste

Decreto foi assinado ontem pelo governador Geraldo Alckmin. A unidade tem previsão de iniciar suas atividades no segundo semestre de 2012.

### Centro Paula Souza vai certificar alunos do Conservatório de Tatuí

Parceria firmada entre as duas instituições prevê que estudantes de instrumento musical e luteria (fabricação de instrumentos) complementem a formação do Conservatório no Centro Paula Souza e conquistem diploma de técnico.

### Semáforo para deficientes visuais é projetado por estudantes da Etec de Mogi das Cruzes

Alunos agregam sinal sonoro e dispositivo escrito em Braille para indicar se semáforo está aberto ou fechado.

### Etecs estão na final da Febrace 2012

Vinte e três projetos desenvolvidos por alunos de 15 Escolas Técnicas (Etecs) estaduais foram classificados para a final da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, Criatividade e Inovação (Febrace), que será realizada entre 13 e 15 de março de 2012 na Universidade de São Paulo (USP). Eles vão competir com mais de 300 trabalhos de estudantes dos ensinos Fundamental (8ª e 9ª série), Médio e Técnico de todo o país, selecionados entre cerca de 1.500 inscritos.

### Alunos da Fatec São Paulo automatizam cadeiras de rodas

Turma do 6º semestre do curso superior tecnológico de Mecânica de Precisão desenvolve protótipos com motor e controle manual.

### Aluno da Etec de Adamantina vence concurso da USP

Participante do V Prêmio Econotecn discute impactos da Copa e das Olimpíadas no Brasil a partir de conceitos de Economia.

### Video de aluno da Etec Roberto Marinho é finalista do Festival do Minuto

A animação "O Merino e o Bodeque" já foi primeiro lugar na categoria tema livre e agora concorre a melhor vídeo do ano.

### Etecs são reconhecidas com o Selo Escola Solidária

Escolas escolhidas desenvolvem projetos que buscam melhorar a qualidade de vida da

comunidade utilizando os conhecimentos produzidos nas unidades de ensino.

**Alunos da Etec Vila Formosa desenvolvem sistema para rastrear bagagem extraviada**

Por meio de recursos eletrônicos e de informática, o "Rastrear" é capaz de localizar a bagagem e, caso não seja encontrada, calcular a indenização e ser paga pelos responsáveis pelo extravio.

**Mais notícias**

**Mapa do Site**

<p><b>Quem Somos</b>                  Perfil e histórico                  Missão, Visão, Objetivos e Diretrizes                  Setor Desenvolvimento                  Parcerias                  Departamentos                  Assessoria de Comunicação                  Fale Conosco                  Agência                  Universidade Paula Souza</p>	<p><b>Etec</b>                  Cursos                  Escolas                  Vestibulinho                  Projetos                  Enem                  Formação Pedagógica                  Regimento Comum                  Concursos</p>	<p><b>Fatec</b>                  Cursos                  Faculdades                  Vestibular                  Ceru                  Concursos                  Projetos                  Enem</p>	<p><b>Ensino Básico</b></p>	<p><b>Pós-Graduação</b>                  Geral                  Lato Sensu                  Workshops                  Trabalhos Acadêmicos</p>
<p><b>Avaliação</b>                  Observatório Social                  SAI                  Projeto Caminhar</p>	<p><b>Publicações</b>                  Revista                  Guia da Internet                  Manchetes Etec                  Fotos Fatec                  Livros e Software                  Perfil de Cursos das Etecs e Fatecs</p>	<p><b>Notícias</b>                  Hora Notícias                  Releases                  Clipping</p>	<p><b>Capacitações</b></p>	<p><b>Licitações</b>                  Consórcio Público                  Tomadas de Preço                  Convites                  Lances                  Propostas                  Registro de Preço                  Cadastro Qualificação</p>

© Copyright 2011 - Centro Paula Souza - Todos os direitos reservados - Desenvolvido por **AasCom**

- 01 - Açúcar e Álcool
- 02 - Administração
- 03 - Administração integrado a EJA
- 04 - Agenciamento de Viagem (substitui Turismo)
- 05 - Agente Comunitário de Saúde
- 06 - Agricultura
- 07 - Agrimensura
- 08 - Agroecologia (substitui Agricultura Familiar)
- 09 - Agroindústria
- 10 - Agronegócio
- 11 - Agropecuária (substitui Pecuária)
- 12 - Agropecuária - integrado ao Ensino Médio
- 13 - Alimentos
- 14 - Análise e Produção de Açúcar e Álcool
- 15 - Aquicultura (substitui Piscicultura)
- 16 - Automação Industrial
- 17 - Avicultura
- 18 - Bioquímica
- 19 - Cafeicultura (substitui Produção e Comercialização de Café)
- 20 - Calçados (substitui Gestão da Produção de Calçados)
- 21 - Comércio (substitui Assessoria Empresarial, Gestão Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios)
- 22 - Comunicação Visual (substitui Design Gráfico)
- 23 - Contabilidade
- 24 - Canto
- 25 - Cozinha
- 26 - Curtimento
- 27 - Dança
- 28 - Desenho de Construção Civil (substitui Edificações com Ênfase em Projetos)
- 29 - Desenho de Produtos de Enxovais e Decoração
- 30 - Design de Interiores



- 031 - Design de Móveis (substitui Produtos de Design de Móveis)
- 032 - Edificações
- 033 - Eletroeletrônica
- 034 - Eletromecânica
- 035 - Eletrônica
- 036 - Eletrotécnica
- 037 - Enfermagem
- 038 - Farmácia
- 039 - Florestas (substitui Florestal)
- 040 - Gestão de Produção de Enxovais e Decoração
- 041 - Hidrologia (substitui Recursos Hídricos)
- 042 - Higiene Dental
- 043 - Hospedagem (substitui Hotelaria)
- 044 - Imagem Pessoal
- 045 - Industrial Madeireiro
- 046 - Informática
- 047 - Informática Industrial
- 048 - Informática para Internet (substitui Web Design)
- 049 - Instrumentação e Equipamentos Industriais
- 050 - Jurídico
- 051 - Laboratorista Industrial
- 052 - Logística
- 053 - Manutenção Automotiva (substitui Automobilística)
- 054 - Manutenção de Aeronaves (substitui Manutenção Aeronáutica)
- 055 - Manutenção de Equipamentos fora de Estrada (substitui Manutenção Eletromecânica)
- 056 - Marketing (substitui Marketing e Vendas)
- 057 - Mecânica
- 058 - Mecânica - Projetos (substitui Projetos de Mecânica)
- 059 - Mecatrônica
- 060 - Meio Ambiente

- ▣61 - Metalurgia
- ▣62 - Mineração
- ▣63 - Modelagem de Vestuário
- ▣64 - Museu
- ▣65 - Música
- ▣66 - Nutrição e Dietética
- ▣67 - Operações Rodoviárias
- ▣68 - Órteses e Próteses
- ▣69 - Paisagismo
- ▣70 - Processamento de Carnes
- ▣71 - Produção de Cana de Açúcar
- ▣72 - Prótese Dentária
- ▣73 - Química
- ▣74 - Redes de Computadores
- ▣75 - Regência
- ▣76 - Saneamento (substitui Saneamento e Controle Ambiental)
- ▣77 - Secretariado
- ▣78 - Segurança do Trabalho
- ▣79 - Seguros
- ▣80 - Serviços Imobiliários
- ▣81 - Tecelagem (substitui Têxtil)
- ▣82 - Telecomunicações
- ▣83 - Trânsito
- ▣84 - Transporte Ferroviário
- ▣85 - Turismo Receptivo

**Anexo 4**

## Cursos mais procurados

Confira os 10 cursos mais procurados no Vestibulinho Etec - 1º SEM/12.

#	Unidade	Curso	Período	Inscritos	Vagas	Demanda
1	200.00S - Etec Takashi Morita	Ensino Médio	Manhã	1031	40	25,78
2	085.00S - Etec Martin Luther King	Mecatrônica - Integrado ao Ensino Médio	Integral	991	40	24,78
3	045.00S - Etec Carlos de Campos	Enfermagem	Manhã	896	40	22,40
4	159.00S - Etec Parque da Juventude	Informática para Internet - Integrado ao Ensino Médio	Integral	814	40	20,35
5	253.00S - Etec Jornalista Roberto Marinho	Produção de Áudio e Vídeo	Noite	785	40	19,63
6	085.00S - Etec Martin Luther King	Administração - Integrado ao Ensino Médio	Integral	698	40	17,45
7	061.00S - Etec Guaracy Silveira	Edificações	Noite	693	40	17,33
8	227.00S - Etec São Mateus	Ensino Médio	Manhã	1219	80	15,24
9	238.00S - Etec Capela do Socorro	Administração - Integrado ao Ensino Médio	Integral	609	40	15,23
10	118.00S - Etec de Guaianazes	Informática - Integrado ao Ensino Médio	Integral	603	40	15,08

<http://www.vestibulinhoetec.com.br/cursos-mais-procurados/?processo=1> acessado em 10/01/2012

**ENEM 2010**

## AS 50 MELHORES ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Posição	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	REDE	MÉDIA TOTAL
1	SÃO PAULO	ETEC DE SÃO PAULO	PÚBLICA	706,90
2	SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - CAMPUS CUBATÃO	PÚBLICA	679,71
3	SÃO PAULO	GUARATINGUETA COLEGIO TÉCNICO E INDUSTRIAL DE - LINESP	PÚBLICA	673,73
4	SÃO PAULO	ETEC PARQUE DA JUVENTUDE	PÚBLICA	662,88
5	SÃO PAULO	ETEC DR VASCO ANTÔNIO VENCHIARUTTI	PÚBLICA	662,48
6	SÃO PAULO	COL TEC INDUSTRIAL PROF ISAAC PORTAL ROLDAN UNESP	PÚBLICA	660,4
7	SÃO PAULO	ETEC LAURO GOMES	PÚBLICA	658,44
8	SÃO PAULO	ETEC PROF BASILIDES DE GODOY	PÚBLICA	655,78
9	SÃO PAULO	PALLINIA ESCOLA TÉCNICA DE	PÚBLICA	653,91
10	SÃO PAULO	ETEC PRESIDENTE VARGAS	PÚBLICA	652,48
11	SÃO PAULO	ETE DE SÃO ROQUE	PÚBLICA	651,25
12	SÃO PAULO	ETEC GETÚLIO VARGAS	PÚBLICA	651,18
13	SÃO PAULO	ETEC PROF RUBENS DE FARIA E SOUZA	PÚBLICA	651,06
14	SÃO PAULO	ETEC CONSELHEIRO ANTÔNIO PRADO	PÚBLICA	649,63
15	SÃO PAULO	ETEC DR JULIO CARDOSO	PÚBLICA	647,92
16	SÃO PAULO	ETEC ANTONIO DEVISATE	PÚBLICA	647,08
17	SÃO PAULO	ETEC GUARACY SILVEIRA	PÚBLICA	647,06
18	SÃO PAULO	ETEC JULIO DE MESQUITA	PÚBLICA	646,94
19	SÃO PAULO	ETEC ROBA PERRONE SCAVONE	PÚBLICA	645,6
20	SÃO PAULO	ETEC PROF ARMANDO BAYEUX DA SILVA	PÚBLICA	643,38
21	SÃO PAULO	ETEC DR EMILIO HERNANDEZ AGUILAR	PÚBLICA	642,7
22	SÃO PAULO	ETEC JORGE STREET	PÚBLICA	642,29
23	SÃO PAULO	ETEC CEL. FERNANDO FEBELIANO DA COSTA	PÚBLICA	640,57
24	SÃO PAULO	ETEC ANTONIO DE PADUA CARDOSO	PÚBLICA	639,82
25	SÃO PAULO	ETEC BENTO QUIRINO	PÚBLICA	639,47
26	SÃO PAULO	ETEC PROF CAMARGO ARANHA	PÚBLICA	636,71
27	SÃO PAULO	COLEGIO TÉCNICO DE LORENA	PÚBLICA	636,29
28	SÃO PAULO	ETEC PROFA ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ	PÚBLICA	636,13
29	SÃO PAULO	ETEC PROF APRIGIO GONZAGA	PÚBLICA	636,08
30	SÃO PAULO	ETEC MARTIN LUTHER KING	PÚBLICA	636,08
31	SÃO PAULO	ETEC JOSE BENTO CONEGO	PÚBLICA	633,78
32	SÃO PAULO	LIMEIRA COLEGIO TÉCNICO DE UNICAMP	PÚBLICA	630,93
33	SÃO PAULO	ETEC PHILADELPHO GÓLVEA NETTO	PÚBLICA	629,87
34	SÃO PAULO	ETEC PEDRO FERREIRA ALVES	PÚBLICA	629,25
35	SÃO PAULO	ETEC PEDRO BADRAN	PÚBLICA	628,13
36	SÃO PAULO	ETEC ZONA SUL	PÚBLICA	628,1
37	SÃO PAULO	ETEC MARTINHO DI CIERO	PÚBLICA	627,5
38	SÃO PAULO	ETEC RIBEIRAO PIRES	PÚBLICA	626,66
39	SÃO PAULO	ETEC FERNANDO PRESTES	PÚBLICA	625,5
40	SÃO PAULO	FERRAZ DE VASCONCELOS ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL	PÚBLICA	623,24
41	SÃO PAULO	ETEC ANDRE BOGASIAN PROFESSOR	PÚBLICA	620,8
42	SÃO PAULO	ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA	PÚBLICA	620,47
43	SÃO PAULO	ETEC ARISTOTELES FERREIRA	PÚBLICA	618,44
44	SÃO PAULO	ALCINA DANTAS FELIÃO PROP. ESCOLA MUN DE ENSINO	PÚBLICA	618,27
45	SÃO PAULO	ETEC TRAJANO CAMARGO	PÚBLICA	617,4
46	SÃO PAULO	ETEC ADOLPHO BEREZINI	PÚBLICA	617,23
47	SÃO PAULO	ETEC ALBERTO FERES PREFEITO	PÚBLICA	616,26
48	SÃO PAULO	ETEC DEPUTADO SALIM SEDEH	PÚBLICA	615,18
49	SÃO PAULO	ETEC DR DOMINGOS MINICUCCI FILHO	PÚBLICA	610,57
50	SÃO PAULO	ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL	PÚBLICA	610,02

## AS 50 MELHORES ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Posição	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	REDE	MEDIA TOTAL
1	SÃO PAULO	VERTICE COLEGIO UNID II	PRIVADA	743,75
2	SÃO PAULO	OBJETIVO COLEGIO INTEGRADO	PRIVADA	715,95
3	SÃO PAULO	JUAREZ DE SIQUEIRA BRITTO WANDERLEY ENG COLEGIO	PRIVADA	714,01
4	SÃO PAULO	IMACULADA INSTITUTO EDUCACIONAL	PRIVADA	711,86
5	SÃO PAULO	ETEC DE SÃO PAULO	PUBLICA	706,66
6	SÃO PAULO	ALBERT SABIN COLEGIO	PRIVADA	699,15
7	SÃO PAULO	PORTO SEGURO VISCONDE COLEGIO UNID II	PRIVADA	697,98
8	SÃO PAULO	ETAPA COLEGIO DE EFM	PRIVADA	697,75
9	SÃO PAULO	ETAPA COLEGIO	PRIVADA	696,56
10	SÃO PAULO	ANGILO LEONARDO DA VINCI COLEGIO	PRIVADA	695,34
11	SÃO PAULO	MENDEL COLEGIO AGOSTINIANO	PRIVADA	693,6
12	SÃO PAULO	OBJETIVO JUNIOR COLEGIO	PRIVADA	692,84
13	SÃO PAULO	PROGRESSAO COLEGIO UNID PINDAMONHAGABA ENSINO MEDIO	PRIVADA	692,3
14	SÃO PAULO	CINCO INSTITUTO DE ENSINO	PRIVADA	691,85
15	SÃO PAULO	HENRIQUETA VIALTA SAAD ESCOLA EI EF E MEDIO	PRIVADA	691,17
16	SÃO PAULO	LEONARDO DA VINCI COLEGIO DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO	PRIVADA	690,76
17	SÃO PAULO	PROGRESSO CAMPINEIRO COLEGIO	PRIVADA	689,53
18	SÃO PAULO	LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO ESCOLA TECNICA	PRIVADA	689,51
19	SÃO PAULO	SÃO LUIS COLEGIO EFM	PRIVADA	688,93
20	SÃO PAULO	TERMOMECANICA COLEGIO	PRIVADA	688,75
21	SÃO PAULO	BATISTA DE BAURU COLEGIO EFM	PRIVADA	688,47
22	SÃO PAULO	LLIMA CAROLINA COLEGIO	PRIVADA	687,09
23	SÃO PAULO	DINAMICA DE NOVA GRANADA COLEGIO	PRIVADA	686,95
24	SÃO PAULO	ANGILO - LEONARDO DA VINCI COLEGIO	PRIVADA	686,39
25	SÃO PAULO	RIO BRANCO COLEGIO	PRIVADA	686,28
26	SÃO PAULO	PRUDENTE DE MORAES COLEGIO	PRIVADA	686,23
27	SÃO PAULO	JOSE CESARIO PIMENTEL ESC MODELO DE ENS FUND E MEDIO	PRIVADA	686,2
28	SÃO PAULO	BRUNO GIORGI DE EDUCACAO BASICA E EDUC PROFISSIONAL COLEGIO	PRIVADA	686,19
29	SÃO PAULO	ANGILO - LEONARDO DA VINCI COLEGIO	PRIVADA	685,31
30	SÃO PAULO	ADV COLEGIO UNIDADE II	PRIVADA	685,18
31	SÃO PAULO	COMUNITARIA DE CAMPINAS ESCOLA	PRIVADA	684,7
32	SÃO PAULO	POLIEDRO COLEGIO	PRIVADA	684,69
33	SÃO PAULO	FLORESTA COLEGIO	PRIVADA	683,34
34	SÃO PAULO	SANTA CLARA COLEGIO	PRIVADA	682,72
35	SÃO PAULO	OBJETIVO DO LITORAL CENTRO EDUCACIONAL UNID II	PRIVADA	682,48
36	SÃO PAULO	UIRAPURU COLEGIO	PRIVADA	682,38
37	SÃO PAULO	WALTER BELIAN ESCOLA TECNICA	PRIVADA	681,64
38	SÃO PAULO	COOLIDGE COLEGIO	PRIVADA	681,15
39	SÃO PAULO	CEDESO INSTITUTO DE EDUC E CULTURA	PRIVADA	680,94
40	SÃO PAULO	KUARUP COLEGIO	PRIVADA	680,65
41	SÃO PAULO	LARANJAL COLEGIO DE ENS FUND E MEDIO	PRIVADA	679,99
42	SÃO PAULO	COLEGIO MONTEIRO LOBATO S S LTDA	PRIVADA	679,71
43	SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO - CAMPUS CUBATA	PUBLICA	679,71
44	SÃO PAULO	INTEGRADO DE MOGI DAS CRUZES OBJETIVO COLEGIO	PRIVADA	679,11
45	SÃO PAULO	MAGNO COLEGIO	PRIVADA	678,95
46	SÃO PAULO	LEONARDO ANGLO COLEGIO	PRIVADA	678,86
47	SÃO PAULO	COC UNIVERSITARIO DE SANTOS COLEGIO	PRIVADA	678,59
48	SÃO PAULO	GUILHERME DE ALMEIDA COLEGIO UNID I	PRIVADA	677,85
49	SÃO PAULO	INTEGRAL COLEGIO ESCOLA DE EDUCACAO BASICA UNIDADE CAMBUÍ	PRIVADA	677,85
50	SÃO PAULO	ANGILO ITATIBA CURSO E COLEGIO	PRIVADA	677,72

### Classificação das Etecs entre as escolas públicas do Estado de São Paulo

GRUPO	MUNICÍPIO	ETECs	COLOCAÇÃO ENTRE AS PÚBLICAS DO ESTADO	MÉDIA TOTAL	TAXA DE PARTICIPAÇÃO
1	São Paulo - Bom Retiro	SÃO PAULO	1	705,00	88,4
1	São Paulo - Santana	PARQUE DA JUVENTUDE	5	662,08	87,4
1	Jundiaí	VASCO ANTONIO VENCIGARUTTI DE	6	662,80	86
1	São Bernardo do Campo	LAURO GOMES	8	658,43	86,7
1	São Paulo - Vila Leopoldina	BASILÍDIS DE GODOY PROF	9	663,76	87,8
1	Moji das Cruzes	PRESIDENTE VARGAS	11	652,48	86,5
1	São Roque	SÃO ROQUE	12	651,25	86,2
1	São Paulo - Itaquera	GETULIO VARGAS	13	651,19	86,9
1	Sorocaba	RUBENS DE FARIA E SOUZA PROF	14	651,00	85,1
1	Comodoro	ANTONIO PRADO CUNHEIRO	23	642,55	86,3
1	Francisco	FULIO CARDOSO DR	26	647,63	86,0
1	Marília	ANTONIO DEVSATZ	27	647,08	87,5
1	São Paulo - Pinheiros	GUARACY SILVEIRA	28	647,00	88,7
1	Sertãozinho	JULIO DE MISQUITA	19	646,94	88,1
1	Itatiba	ROSA FLEDRINE SCAYONE	20	645,8	85,5
1	Rio Claro	ARMANDO BAYeux DA SILVA PROF	21	644,38	85
1	Francisco de Rocha	EMILIO HERNANDEZ AGUILAR DE	22	643,7	87,9
1	São Carlos do Sul	JORGE STREET	24	642,29	86,4
2	São Paulo - Casa Verde	ALBERT EVATTIN	25	642,05	73,4
1	Piracicaba	FERNANDO FERREIANO DA COSTA CEI	25	640,57	88,2
1	Saltinho	ANTONIO DE PADUA CARDOSO	26	639,83	92,5
1	Comodoro	BENTO QUERINO	27	638,47	87,9
1	São Paulo - Moji	CAMARGO ARANHA PROF	28	636,71	76,7
1	Aratungá	ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ PROFª	30	631,13	82,5
1	São Paulo - Penha	AFRÍDIO CORZAGA PROF	31	625,06	84,1
1	São Paulo - Tatuapé	MARTIN LUTHER KING	32	625,06	74,8
1	Jacupirã	JOSE BENTO CONEGO	33	621,78	86,7
1	São José do Rio Preto	PHILADLPHO GOUVEA NETTO	35	620,87	90,3
1	Moji Mirim	PEDRO FERREIRA ALVES	36	620,25	91,7
1	São Manuel da Barra	PEDRO SACRAN	37	620,13	86,3
1	São Paulo - Jd São Luiz	ZONA SUL	38	620,1	83,1
2	Marília	HORTOLÂNDIA	39	621,58	67,3
1	Itu	MARTINHO D. CERO	40	622,5	85,8
1	Ribeirão Preto	RIBEIRÃO PRETO	41	623,65	88,8
1	Sorocaba	FERNANDO PRATES	42	623,5	89
1	Ferraz de Vasconcelos	FERRAZ DE VASCONCELOS	43	623,24	79,8
2	São Paulo - Vila Guilherme	HORACIO AUGUSTO DA SILVEIRA PROF	44	623,19	72,0
1	Osasco	ANDRÉ BOGASIAN PROFESSOR	45	620,8	78,8
1	Aperibá	POLIVANTINI DE AMERICANA	46	620,47	80,3
1	Santos	ARISTÓTELES FERREIRA	47	618,44	81,3
1	Limpeira	IRAJAJO CÂMARGO	48	617,4	96,8
1	Mongaguá	ADOLPHO BEREZIN	50	617,33	88,1
1	Araras	ALBERTO FERES PREFEITO	51	616,25	85,8
1	Limpeira	SALIM SPERH DEPUTADO	52	615,26	86,7
2	São Paulo - Vila Prudente	JOSE ROCHA MENDES	53	613,54	67,3
2	São Paulo - Brás	CARLOS DE CAMPOS	54	611,86	70,8
1	Baturoca	DOMINGOS MINICUCCI FILHO DR	55	610,67	80,2
1	Itaú	JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL	57	610,67	85,1
2	São Paulo - Itaquera	ITAQUERA	58	609,93	72,5
1	Barra Bonita	JOAO RAYS COMENDADOR	59	605,07	88,8
1	Taubaté	JOÃO RUIES DA SILVA DR	60	608,77	86,5
1	Itanhaém	ITANHAÉM	61	607,43	83,3
1	Ourinhos	JACINTO FERREIRA DE SA	62	607,24	75,8
1	Guarapuá	DADIMA	65	604,7	89,1
1	Itapira	DEMÉTRIO AZEVEDO JUNIOR DR	67	604,22	84,7
1	São Paulo - Caporace	GUAJARAIS	68	602,93	81
1	Aratiba	CARMINE BIAGIO TUNDISI PROF	70	603,68	77,8
1	Mococa	JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FERREIRO	71	602,59	91,2
2	Tatuí	SALES GOMES	72	602,48	88,8
2	Pindamonhangaba	JOAO GOMES DE ARAUJO	73	601,7	74,3
1	São Carlos	PAULINO BOTELHO	74	601,38	87,2
1	Aracatuba	ARACATUBA	75	601,77	79,0
1	Jundiaí	BENEDITO STORANI	76	601,08	85,5
1	Assis	PEDRO D ARCADIA NETO	77	600,97	85
1	Orlândia	ALDO DE SOUZA PRADO PROF	78	600,09	91,8
1	Pirassununga	GUSTAVO XAVIER TENENTE AVIADOR	79	599,25	86,1
1	Taubaté	GERALDO JOÃO RODRIGUES ALEXMIN DR	80	598,29	77,3
1	Fernandópolis	FERNANDOPOLIS	82	594,17	86,3
3	Guararã	JOSE SANT'ANA DE CASTRO PROF	86	593,63	72,4
1	Santa Bárbara d'Oeste	JOSE SAGNON DR PROF	95	592,74	87,2
2	Guaratinguetá	ALFREDO DE SANTIAGO SANTOS PROF	92	592,7	79
1	Angatã	JOAO BELA EMÍLIO	94	592,08	85,5



1	Bauru	RODRIGUES DE ABREU	96	591,8	79,8
1	Caçapava	MACHADO DE ASSIS	97	581,65	82,7
1	São José do Rio Preto	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	109	689,73	88,5
1	Cubatão	EURATAO	115	588,82	85
1	Presidente Venceslau	PRESIDENTE VENCESLAU	117	588,14	86,8
2	Catanduva	ELIAS NECHAB	118	587,7	89,7
1	Tiraju	WALDYR DURON JUNIOR	121	586,8	94,9
2	Theodoro Sampaio	NAIR LUCCAS RIBEIRO	123	586,59	99
1	Tupã	MASSUYUKI KAWANO	126	586,14	98,2
1	Oswaldo Cruz	ANIM JUNDI	132	585,46	89,9
1	Avare	AVARE	131	585,41	81,4
1	Vargem Grande do Sul	VARGEM GRANDE DO SUL	137	584,23	76,9
2	Capão Bonito	CELSO CHARURI DR	145	582,08	71,1
2	Itussu	PEDRO LEME BRISOLLA SOBRINHO PROF	172	578,12	73,5
2	Ilha Solteira	ILHA SOLTEIRA	209	573,73	86,3
1	Matão	SILVIO DE MATTOS CARVALHO PROF DR	228	572,08	79,4
2	Cabrália Paulista	ASTOR DE MATTOS CARVALHO	230	571,89	72,1
2	São Manuel	SEBASTIANA DE BARROS DONA	259	570,48	68,4
1	Guatujá	ALBERTO SANTOS DUMONT	280	569,17	78,6
1	Adamantina	EUDECO LUIZ VICENTE PROF	301	567,92	79,7
1	Barretos	RAFAEL BRANDAO CEL	405	563,3	86,9
1	Garça	ANTONIO MAGLIANO MONSENHOR	408	563,21	84,3
1	Lins	LINS	414	563,04	85,8
2	Cela Branca	FRANCISCO NOGUEIRA DE LIMA DR	456	561,48	56,8
1	Bebedouro	BEBEDOURO	467	561,21	80,8
2	Taquariva	DARIO FACHECO PEDROSO DR	518	559,81	87,8
2	Presidente Prudente	ANTONIO EUFRASIO DE TOLEDO PROF DR	795	554	71,8
2	Jales	JOSE LUIZ VIANA COUTINHO DR	791	552,07	71
2	Cafelândia	HELICY MOREIRA MARTINS AGUIAR PROFA	799	552,56	70,8
1	Minococa	FRANCISCO GARCIA	813	552,37	76,7
2	Caçoeira Paulista	MANCOS UCHOAS DOS SANTOS PINCHEL PROF	871	551,27	67,2
1	Taquarubá	TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS PROFA	897	550,6	82,9
1	São Simão	FRANCISCO DOS SANTOS PROF	906	550,36	77,8
3	Duarta	LUIZ CESAR COU TO DR	1082	547,25	54,2
1	Cândido Mota	LUIZ PIRES BARROSA PROF	1186	544,83	88,8
2	BHÍGÍ	RENATO CORDEIRO DOUTOR	1250	543,82	57,1
2	Cerqueira Cesar	JOSE ESTEVES PREFEITO	1283	543,62	84,1
2	Repinunga	EDSON GALVAO PROF	1338	538,55	58,8
1	Santa Rita do Passa Quatro	MÁRCIO DOS REIS ARAUJO	1708	535,68	90
1	Paraguape Paulista	AUGUSTO TORTOLERO ARAUJO	1788	534,74	80,8
1	Monte Apraxinael	JOSE NUNES DIAS PADRE	1870	532,78	77,8
1	Miguelópolis	LAURINDO ALVES QUEIROZ	2139	527,17	40
1	Santa Cruz do Rio Preto	ORLANDO GUAGUATO	2160	526,7	43,1
2	Igarapava	ANTONIO JUNQUEIRA DA VEIGA	2181	526,32	56,1
1	Rio das Pedras	JOSE EDURY DR	2371	522,7	83
1	Espírito Santo do Pinhal	CAROLINO DA MOTTA E SILVA DR	2611	516,96	92,6
1	Franca	CARMELINDO CORREA JR PROF	2730	512,88	83,3
2	Verá Cruz	PAULO GUERREIRO FRANCO	2815	510,89	55,8
2	Mirassol	MATHEUS LEITE DE ABREU PROF	3052	500,8	50
2	Garça	PAULO ORNELLAS CARVALHO DE BARROS DEP	3129	499,79	73,3
3	Ravocharia	FRANCISCO FRANCO DEPUTADO	3191	484,98	26
3	Dracena	CARMELINA BARBOSA PROFA	3198	484,21	56,7
1	Vinhopiranga	ARNALDO MARIA DE ITAPORANGA FREI	3266		38
1	Adamantina	HERVAL BELLUSCI ENGENHEIRO	3292		31,1
1	Pernópolis	JOAO JORGE GERAISSE	3299		29,7
4	Andradina	SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAIS	3663		7,4
4	Jau	URIAS FERREIRA PROF	3683		18

## Anexo 5

Salário Mínimo Brasileiro:

VIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL	VALOR
04/07/40	DL 2.162/40	240 mil réis
01/01/43	DL 5.670/43	Cr\$300,00
01/12/43	DL 5.977/43	Cr\$380,00
01/01/52	D 30.342/51	Cr\$1.200,00
04/07/54	D 35.450/54	Cr\$2.400,00
01/08/56	D 39.804/56	Cr\$3.800,00
01/01/59	D 45.106-A/58	Cr\$6.000,00
18/10/60	D 49.119-A/60	Cr\$9.600,00
16/10/61	D 51.336/61	Cr\$13.440,00
01/01/63	D 51.631/62	Cr\$21.000,00
24/02/64	D 53.578/64	Cr\$42.000,00
01/02/65	D 55.803/65	CR\$66.000,00
01/03/66	D 57.900/66	Cr\$84.000,00
01/03/67	D 60.231/67	NCr\$105,00
26/03/68	D 62.461/68	NCr\$129,60
01/05/69	D 64.442/69	NCr\$156,00
01/05/70	D 66.523/70	NCr\$187,20
01/05/71	D 68.576/71	Cr\$225,60
01/05/72	D 70.465/72	Cr\$268,80
01/05/73	D 72.148/73	Cr\$312,00
01/05/74	D 73.995/74	Cr\$376,80
01/12/74	Lei 6.147/74	Cr\$415,20
01/05/75	D 75.679/75	Cr\$532,80
01/05/76	D 77.510/76	Cr\$768,00
01/05/77	D 79.610/77	Cr\$1.106,40
01/05/78	D 81.615/78	Cr\$1.560,00
01/05/79	D 84.135/79	Cr\$2.268,00
01/11/79	D 84.135/79	Cr\$2.932,80
01/05/80	D 84.674/80	Cr\$4.149,60
01/11/80	D 85.310/80	Cr\$5.788,80
01/05/81	D 85.950/81	Cr\$8.464,80
01/11/81	D 86.514/81	Cr\$11.928,00

01/05/82	D 87.139/82	Cr\$16.608,00
01/11/82	D 87.743/82	Cr\$23.568,00
01/05/83	D 88.267/83	Cr\$34.776,00
01/11/83	D 88.930/83	Cr\$57.120,00
01/05/84	D 89.589/84	Cr\$97.176,00
01/11/84	D 90.301/84	Cr\$166.560,00
01/05/85	D 91.213/85	Cr\$333.120,00
01/11/85	D 91.861/85	Cr\$600.000,00
01/03/86	DL 2.284/86	Cz\$804,00
01/01/87	Portaria 3.019/87	Cz\$964,80
01/03/87	D 94.062/87	Czr1.368,00
01/05/87	Portaria 3.149/87	Cz\$1.641,60
01/06/87	Portaria 3.175/87	Cz\$1.969,92
10/08/87	DL 2.351/87	Cz\$1.970,00
01/09/87	D 94.815/87	Cz\$2.400,00
01/10/87	D 94.989/87	Cz\$2.640,00
01/11/87	D 95.092/87	Cz\$3.000,00
01/12/87	D 95.307/87	Cz\$3.600,00
01/01/88	D 95.479/87	Cz\$4.500,00
01/02/88	D 95.686/88	Cz\$5.280,00
01/03/88	D 95.758/88	Cz\$6.240,00
01/04/88	D 95.884/88	Cz\$7.260,00
01/05/88	D 95.987/88	Cz\$8.712,00
01/06/88	D 96.107/88	Cz\$10.368,00
01/07/88	D 96.235/88	Cz\$12.444,00
01/08/88	D 96.442/88	Cz\$15.552,00
01/09/88	D 96.625/88	Cz\$18.960,00
01/10/88	D 96.857/88	Cz\$23.700,00
01/11/88	D 97.024/88	Cz\$30.800,00
01/12/88	D 97.151/88	Cz\$40.425,00
01/01/89	D 97.385/88	NCz\$63,90
01/05/89	D 97.696/89	NCz\$81,40
01/06/89	Lei 7.789/89	NCz\$120,00
03/07/89	D 97.915/89	NCz\$149,80
01/08/89	D 98.003/89	NCz\$192,88
01/09/89	D 98.108/89	NCz\$249,48

01/10/89	D 98.211/89	NCz\$381,73
01/11/89	D 98.346/89	NCz\$557,31
01/12/89	D 98.456/89	NCz\$788,12
01/01/90	D 98.783/89	NCz\$1.283,95
01/02/90	D 98.900/90	NCz\$2.004,37
01/03/90	D 98.985/90	NCz\$3.674,06
01/04/90	Portaria 191-A/90	Cr\$3.674,06
01/05/90	Portaria 289/90	Cr\$3.674,06
01/06/90	Portaria 308/90	Cr\$3.857,66
01/07/90	Portaria 415/90	Cr\$4.904,76
01/08/90	Portaria 429/90 e 3.557/90	Cr\$5.203,46
01/09/90	Portaria 512/90	Cr\$6.056,31
01/10/90	Portaria 561/90	Cr\$6.425,14
01/11/90	Portaria 631/90	Cr\$8.329,55
01/12/90	Portaria 729/90	Cr\$8.836,82
01/01/91	Portaria 854/90	Cr\$12.325,60
01/02/91	MP 295/91 (Lei 8.178/91)	Cr\$15.895,46
01/03/91	Lei 8.178/91	Cr\$17.000,00
01/09/91	Lei 8.222/91	Cr\$42.000,00
01/01/92	Lei 8.222/91 e Port. 42/92 - MEFP	Cr\$96.037,33
01/05/92	Lei 8.419/92	Cr\$230.000,00
01/09/92	Lei 8.419/92 e Port. 601/92 - MEFP	Cr\$522.186,94
01/01/93	Lei 8.542/92	Cr\$1.250.700,00
01/03/93	Port. Interministerial 04/93	Cr\$1.709.400,00
01/05/93	Port. Interministerial 07/93	Cr\$3.303.300,00
01/07/93	Port. Interministerial 11/93	Cr\$4.639.800,00
01/08/93	Port. Interministerial 12/93	CR\$5.534,00
01/09/93	Port. Interministerial 14/94	CR\$9.606,00
01/10/93	Port. Interministerial 15/93	CR\$12.024,00
01/11/93	Port. Interministerial 17/93	CR\$15.021,00
01/12/93	Port. Interministerial 19/93	CR\$18.760,00
01/01/94	Port. Interministerial 20/93	CR\$32.882,00
01/02/94	Port. Interministerial 02/94	CR\$42.829,00
01/03/94	Port. Interministerial 04/94	URV 64,79 = R\$64,79

01/07/94	MP 566/94	R\$64,79
01/09/94	MP 637/94	R\$70,00
01/05/95	Lei 9.032/95	R\$100,00
01/05/96		R\$112,00
01/05/97		R\$120,00
01/05/98		R\$130,00
01/05/99		R\$136,00
03/04/00	MP 2019 de 23/03/00 e 2019-1 de 20/04/00 Convertidas na Lei nº 9971, de 18/05/2000.	R\$151,00
01/04/01		R\$180,00
01/04/02	Medida Provisória nº 35 publicada no D.O.U. em 28.03.2002	R\$ 200,00
01/04/03	Lei nº 10.699, de 09.07.2003 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 240,00
01/05/04	Lei nº 10.888, de 24.06.2004 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 260,00
01/05/05	Lei nº 11.164, de 18.08.2005 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 300,00
01/04/2006	Lei nº 11.321, de 07.07.2006 - <a href="#">Clique aqui</a> -  <a href="#">Leia matéria aqui</a>	R\$ 350,00
01/04/2007	Lei nº 11.498, de 28.06.2007 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 380,00
01/03/2008	Lei nº 11.709, de 19.06.2008 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 415,00
01/02/2009	Lei nº 11.944, de 28.05.2009 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 465,00
01/01/2010	Lei nº 12.255, de 15.06.2010 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 510,00
01/03/2011	Lei nº 12.382, de 25.02.2011 - <a href="#">Clique aqui</a> -	R\$ 545,00

<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm> visitado em 21/09/2010.

## Anexo 6



Questionário sobre perfil de estudantes de cursos técnicos

1

1. Sexo:

1 ( ) Masculino                      2 ( ) Feminino

2. Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_ anos.

3. Onde você nasceu?

A. Cidade: \_\_\_\_\_

B. Estado: \_\_\_\_\_

4. Qual curso você estuda?

1 ( ) Açúcar e álcool                      3 ( ) Informática                      5 ( ) Meio ambiente  
2 ( ) Administração                      4 ( ) Mecânica                      6 ( ) Enfermagem

5. Qual série você estuda? \_\_\_\_\_

6. Em qual período você estuda?

1 ( ) manhã                      2 ( ) tarde                      3 ( ) noite

7. Qual é a sua situação conjugal?

1 ( ) casado(a)                      2 ( ) solteiro(a)                      3 ( ) outros

8. Você tem filhos?

1 ( ) sim                      2 ( ) não

9. Você mora com:

1 ( ) os pais                      4 ( ) casa de amigos  
2 ( ) pensão/hotel/pensionato                      5 ( ) com o cônjuge  
3 ( ) "República" mantida pela família                      6 ( ) outros. Onde? \_\_\_\_\_

10. Você tem computador onde mora?

1 ( ) sim, com acesso a Internet  
2 ( ) sim, sem acesso a Internet  
3 ( ) não

11. Você tem Orkut?

1 ( ) sim  
2 ( ) não

12. Você tem Messenger (MSN)?

1 ( ) sim  
2 ( ) não

13. Você tem email?

1 ( ) sim  
2 ( ) não

14. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à escola?

1 ( ) a pé/carona/bicicleta  
2 ( ) ônibus  
3 ( ) carro/moto

15. Você trabalha?

1 ( ) sim, de vez em quando (bico)  
2 ( ) sim, com carteira assinada  
3 ( ) não

**16. Você frequenta a biblioteca da escola? E por qual motivo?**

A. Frequenta a biblioteca?		B. Qual o motivo?
1 ( ) poucas vezes		1 ( ) somente para realizar trabalhos exigidos pelo curso
2 ( ) muitas vezes		2 ( ) para realizar trabalhos do curso e por outros interesses também (leitura, curiosidade, etc.)
3 ( ) nunca frequento		

**17. Você cursou o Primeiro Grau:**

- 1 ( ) em escola pública
- 2 ( ) em escola particular
- 3 ( ) maior parte na escola pública
- 4 ( ) maior parte na escola particular

**18. Assinale ATÉ TRÊS motivos principais que o levaram a escolher o seu curso:**

- 1 ( ) adequação às aptidões pessoais
- 2 ( ) disponibilidade de vagas no mercado de trabalho
- 3 ( ) possibilidades de ganho salarial
- 4 ( ) baixa concorrência no vestibulinho
- 5 ( ) possibilidade de realização pessoal
- 6 ( ) possibilidade de contribuir com a sociedade
- 7 ( ) por exclusão, já que os outros cursos não o agradavam
- 8 ( ) por exclusão, já que o curso que você queria não era oferecido
- 9 ( ) influência da família
- 10 ( ) por ser gratuito
- 11 ( ) pela qualidade do curso oferecido
- 12 ( ) pela proximidade com a residência da família
- 13 ( ) por ser um curso voltado para a prática

**19. O que você mais espera do curso? Assinale uma única opção.**

- 1 ( ) cultura geral para melhor entender o mundo
- 2 ( ) formação profissional voltada para o mercado de trabalho
- 3 ( ) formação voltada para a continuidade dos estudos
- 4 ( ) somente que me dê o diploma

**20. O que você pretende fazer ao concluir seu curso? Assinale uma única opção.**

- 1 ( ) trabalhar na área
- 2 ( ) trabalhar em qualquer área
- 3 ( ) não sei
- 4 ( ) prosseguir com os estudos (tentar a Universidade)
- 5 ( ) trabalhar e prosseguir estudando

21. O que você mais faz nas horas de lazer? Assinale uma única opção.

- 1 ( ) leio um livro, uma revista, um jornal  
 2 ( ) pratico esporte  
 3 ( ) fico com os amigos  
 4 ( ) fico na Internet (MSN, Orkut, etc)  
 5 ( ) Televisão

22. Qual é a pessoa que mais contribui com dinheiro na sua casa?

- 1 ( ) você mesmo    3 ( ) sua mãe  
 2 ( ) seu pai        4 ( ) outros. Quem? \_\_\_\_\_

23. Qual o grau de instrução de sua mãe?

1	( ) analfabeto/ até 3ª. série fundamental
2	( ) até 4ª. série fundamental
3	( ) fundamental completo
4	( ) médio completo
5	( ) superior completo

24. Qual o grau de instrução do seu pai?

1	( ) analfabeto/ até 3ª. série fundamental
2	( ) até 4ª. série fundamental
3	( ) fundamental completo
4	( ) médio completo
5	( ) superior completo

25. Na casa de sua família tem (marque com um X a quantidade nos quadradinhos):

....	Itens	Quantidade de Itens				
		0	1	2	3	4 ou mais
1	Televisão em cores	0	1	2	3	4 ou mais
2	Rádio (não vale o rádio do carro)	0	1	2	3	4 ou mais
3	Banheiro	0	1	2	3	4 ou mais
4	Automóvel	0	1	2	3	4 ou mais
5	Empregada mensalista	0	1	2	3	4 ou mais
6	Máquina de lavar (não vale tanquinho)	0	1	2	3	4 ou mais
7	Videocassete e/ou DVD	0	1	2	3	4 ou mais
8	Geladeira	0	1	2	3	4 ou mais
9	Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	1	2	3	4 ou mais

26. Qual a profissão da sua mãe? \_\_\_\_\_

27. Qual a profissão do seu pai? \_\_\_\_\_

**Anexo 7**

---

# Qualificação socioeconômica e demográfica das classes da escala Abipeme

---

Paulo de Martino Jannuzzi  
Rosana Baeninger

O emprego de técnicas de macro-segmentação de mercados é atividade básica e preliminar na formulação de qualquer estratégia mercadológica. Pela utilização de diferentes variáveis e critérios de segmentação pode-se aprofundar o conhecimento das características quantitativas e qualitativas dos mercados produtor e/ou consumidor e identificar segmentos ou nichos de maior interesse.

Nesse sentido, os critérios de segmentação socioeconômica têm destacado papel em *Marketing*, ocupando número significativo de pesquisadores, como mostra a extensa revisão bibliográfica dos estudos de estratificação em *Marketing* elaborada por Mattar (1994). Renda, ocupação, escolaridade, estrutura de despesas familiares, posse de bens de consumo, estilo de vida e combinação dessas variáveis (na operacionalização de classes socioeconômicas) têm sido exaustivamente utilizadas na segmentação do mercado consumidor para o entendimento de diferentes níveis e padrões de consumo. Segundo Mattar, parece não haver consenso na literatura internacional com relação a qual dessas variáveis de segmentação é a mais apropriada, em qualquer situação, para discriminar os variados estereótipos de consumidor encontrados na prática. Há quem defenda que critérios sociodemográficos, como ciclos de vida, por exemplo, são mais reveladores do comportamento do consumidor do que os baseados unicamente em fatores socioeconômicos.

As controvérsias com relação à forma de entender o comportamento social não são diferentes na Sociologia, disciplina que inaugurou a linha de pesquisas de estratificação social e continua fornecendo o substrato teórico-metodológico para os estudos realizados em sua área e em outras ciências sociais aplicadas, como o *Marketing*. Na realidade as divergências são ainda maiores já que os comportamentos sociais estudados não se restringem apenas aos associados ao consumidor.

Como mostra Miller (1977), nos Estados Unidos há número significativo de diferentes escalas e tipologias utilizadas para que se possa entender os fenômenos sociais. Especificamente para classe ou *status* social há, pelo menos, cinco diferentes escalas entre as mais conceituadas. No Brasil, em que pese o esforço de vários pesquisadores, não

Os autores agradecem à Maria Paula Ferreira pelas sugestões para o delineamento deste trabalho.

Recabida em julho/95

---

Paulo de Martino Jannuzzi é Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Analista de Projetos da Fundação SEADE.

Fax: (011) 229-5259

E-mail: jannuzzi@zeus.puccamp.br

Rosana Baeninger, Socióloga, é Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas.

Fax: (019) 239-8150

E-mail: baeninger@turing.unicamp.br

existem escalas socioeconômicas suficientemente consolidadas, seja para estudo de fenômenos sociais mais amplos, seja para aplicações em *Marketing*<sup>(1)</sup>. A estratificação por renda, apesar de os reconhecidos problemas de captação, é ainda muito difundida nas análises do comportamento social<sup>(2)</sup>.

Não se objetiva discutir neste texto vantagens e limitações da estratificação por nível de renda, nem de outros critérios de estratificação socioeconômica, mas apresentar as caracterizações social, econômica e demográfica da escala desenvolvida por Almeida & Wickerhauser (1991), conhecida como o Critério Abipeme de cinco estratos, a partir dos resultados obtidos de pesquisa amostral recente realizada no estado de São Paulo<sup>(3)</sup>. Trata-se, pois, de um primeiro trabalho prospectivo que deverá ser seguido de análises mais críticas e aprofundadas.

De qualquer forma, este trabalho poderá fornecer informações atualizadas acerca do mercado consumidor paulista, preenchendo a lacuna gerada pelo atraso na publicação de resultados do Censo Demográfico 1991 e de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios. Presta-se também à divulgação de resultados qualitativos acerca das classes socioeconômicas Abipeme, dados que em geral são tratados de forma sigilosa por agências de pesquisa de mercado.

Inicia-se com a apresentação da escala já referida, passando-se à sucinta descrição da pesquisa empírica realizada. Em seqüência, pela inserção de várias tabelas, procede-se à qualificação do Critério Abipeme segundo diversas variáveis.

## O CRITÉRIO ABIPEME

O sistema atual de classificação da Abipeme tem suas origens em esforços metodológicos desenvolvidos desde os anos 70 por pesquisadores ligados à instituição, para a construção de uma escala de estratificação socioeconômica a ser utilizada em projetos mercadológicos de fácil operacionalização nos diversos mercados regionais do País.

Seguindo a metodologia empregada na construção da escala ABA/Abipeme de 1978, Almeida & Wickerhauser (1991) propuseram um critério de estratificação baseado no nível da renda familiar, usando como variáveis preditoras: escolaridade do chefe, presença ou não de empregada doméstica, nível de conforto doméstico e posse de determinados bens duráveis. A partir de análise de regressão, com a renda familiar como variável dependente tomada de uma amostra de 1.363 famílias de cinco grandes capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte), os autores identificaram os coeficientes mais significativos das variáveis introduzidas no modelo estatístico. Tais coeficientes deram origem aos

pontos associados às respostas dos quesitos (escolaridade, bens etc.), como mostrado no quadro 1. Somando-se esses pontos, obter-se-ia a posição socioeconômica da família entrevistada, conforme visualizado no quadro 2<sup>(4)</sup>.

Quadro 1

### Formulário Abipeme para Classificação Social

Grau de Instrução do Chefe de Família	Pontuação
Não estudou — Primário incompleto	0
Primário completo — Ginásial incompleto	5
Ginásial completo — Colegial incompleto	10
Colegial completo — Universitário incompleto	16
Universitário completo	21

Item	Número de Itens Possuídos						
	0	1	2	3	4	5	6 e +
Aparelho de videocassete	0	10	10	10	10	10	10
Máquina de lavar roupa	0	8	8	8	8	8	8
Geladeira	0	7	7	7	7	7	7
Aspirador de pó	0	6	6	6	6	6	6
Carros	0	4	9	13	18	22	26
TV em cores	0	4	7	11	14	18	22
Banheiros	0	2	5	7	10	12	15
Empregada mensalista	0	5	11	16	21	26	32
Rádios	0	2	3	5	6	8	9

Quadro 2

### Classificação Segundo o Total de Pontos

Classe	A	B	C	D	E
Pontos	89 ou mais	59 a 88	35 a 58	20 a 34	0 a 19

A introdução desse critério levou a mudanças significativas na segmentação socioeconômica da população brasileira com relação à apontada pelo Critério da ABA/Abipeme. Como mostra-se na tabela 1, a classe A teria caído, segundo classificação pelo novo critério, de 11% para 4% da população de 5 a 65 anos. A classe E representaria não apenas 5%, mas 25% da população. Nas demais classes a mudança seria menos intensa.

**Tabela 1**

**Segmentação da População de 5 a 65 Anos Segundo os Critérios ABA/Abipeme (Antigo) e Abipeme (Novo) Brasil — 1989**

Classe Socioeconômica	ABA/Abipeme %	Abipeme %
A	11,0	4,0
B	20,0	13,0
C	32,0	25,5
D	32,0	32,4
E	5,0	25,1

Fonte: Mattar, 1993; Folha de S. Paulo, 8 ago. 1991, p.3-12

#### A PESQUISA EMPÍRICA EMPREGADA

Para caracterizar as classes socioeconômicas Abipeme empregou-se os resultados da pesquisa amostral realizada no âmbito do Projeto Migração, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo. A investigação contou com levantamento de campo em 12.320 domicílios em 150 municípios do estado, realizado entre setembro e dezembro de 1993. Com tal delineamento

amostral, o universo da pesquisa compreendeu aproximadamente 78% da população estadual.

A amostra regionalizada permitiu cobertura em todos os municípios das áreas metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos), nas sedes regionais (em número de 41) e em um pequeno município de cada Região de Governo (40 regiões), como demonstrado no quadro 3. A regionalização adotada beneficiou-se de estudos recentes acerca dos processos de redistribuição espacial das atividades econômicas e de população no estado de São Paulo<sup>(5)</sup>.

O questionário utilizado contou com mais de 200 quesitos, coletando dados sobre escolaridade, características da inserção da população no mercado de trabalho, condições de habitação, acesso aos serviços e equipamentos urbanos, características demográficas, condição migratória, composição familiar, além de avaliações subjetivas do respondente com relação a questões nacionais, motivações para mudança de residência etc.

É importante observar que, embora não explorados neste trabalho, a pesquisa traz dados inéditos para a caracterização da população em várias micro-regiões do estado.

#### QUALIFICAÇÃO DO CRITÉRIO ABIPEME

Com base no conjunto de variáveis levantadas na pesquisa é possível traçar um perfil descritivo das classes socioeconômicas Abipeme. É o que se fará a seguir, apre-

**Quadro 3**

**Municípios e Número de Domicílios Pesquisados em Diversas Regiões do Estado de São Paulo**

Região	Municípios	Número de Domicílios
Região Metropolitana de São Paulo	Todos	4.108
Região de Governo de Campinas	Todos	982
Região de Governo de Santos	Todos	929
Região Polarizada 1	Sorocaba, Itapetininga, Botucatu, Avaré, Itapeva e Registro	665
Região Polarizada 2	Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Bragança Paulista, Limeira, Rio Claro e São João da Boa Vista	1.259
Região Polarizada 3	Ribeirão Preto, Franca, Barretos, São Joaquim da Barra, São Carlos e Araraquara	897
Região Polarizada 4	São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis, Jales, Votuporanga, Araçatuba e Andradina	737
Região Polarizada 5	São José dos Campos, Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté e Caraguatatuba	696
Região Polarizada 6	Bauru, Jau, Lins, Marília e Ourinhos	550
Região Polarizada 7	Presidente Prudente, Dracena, Adamantina, Tupã e Assis	438
Pequenos Municípios	Conjunto de municípios com população menor do que 20 mil habitantes nas Regiões de Governo	1.467

Nota: O total constante no quadro é de 12.728 domicílios pesquisados, já que 408 do município de Campinas entraram na composição das amostras da Região de Governo de Campinas e da Região Polarizada 2.

sentando tabelas cruzadas com estimativas de proporções e erro amostral inferior, em geral, a 30%.

A tabela 2 demonstra a segmentação socioeconômica do universo pesquisado. Como pode ser observado, a classe A congrega o menor número de famílias da amostra (1,2%). Famílias das classes C e D têm maior participação no conjunto, totalizando 27,5% e 31,3%, respectivamente. Situada no extremo inferior, a classe E reúne 25,6% das famílias pesquisadas. Em que pesem limitações metodológicas de comparabilidade da distribuição de classes no estado de São Paulo e no Brasil, em períodos de referência distintos, é interessante observar a proximidade das proporções.

**Tabela 2**

**Distribuição das Famílias Segundo o Critério Abipeme — Estado de São Paulo\* e Brasil**

Classe	Estado de São Paulo — 1993	Brasil — 1989
	%	%
A	1,2	1,6
B	14,4	17,6
C	27,5	24,5
D	31,3	32,1
E	25,6	24,2
Total	100,0	100,0

\* Conforme amostra descrita anteriormente.

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

Considerando a caracterização das classes socioeconômicas segundo algumas variáveis demográficas, observa-se resultados bastante interessantes, em parte descritos para o conjunto da população brasileira por Jannuzzi (1995). Pelo que se pode observar na tabela 3, predominam as famílias de três a quatro pessoas em todas as classes socioeconômicas, refletindo acentuado processo de transição ao se considerar a fecundidade, atingindo todas as classes sociais no País. Destaca-se a participação de famílias unipessoais ou de até duas pessoas em ordem crescente da classe A para a E, fato que pode decorrer da forma como foi construída a escala — a partir da posse e da quantidade de alguns bens duráveis, independentemente do número de pessoas que deles se utilizam. É também digno de nota o aumento da participação de famílias com seis pessoas ou mais, da classe B para a E.

**Tabela 3**

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo o Tamanho da Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Tamanho da Família (Número de Pessoas)				Total %
	1 a 2 %	3 a 4 %	5 a 6 %	6 e + %	
A	8,6	46,0	41,1	4,3	100,0
B	12,9	55,9	29,0	2,2	100,0
C	20,1	49,9	25,6	4,4	100,0
D	22,2	47,6	24,6	5,6	100,0
E	30,5	39,3	22,0	8,2	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

Com relação ao estado conjugal dos chefes de família, nota-se alta proporção de casados/unidos em todas as classes (tabela 4). Na classe E destacam-se, também, as categorias de solteiros e viúvos, com 9,0% e 14,8%, respectivamente.

**Tabela 4**

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo o Estado Conjugal do Chefe de Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Estado Conjugal					Total %
	Solteiro %	Casado Unido %	Divorciado Separado %	Viúvo %	Outros %	
A	0,6	89,0	5,6	4,8	-	100,0
B	3,5	89,7	2,7	4,1	-	100,0
C	5,6	82,7	3,8	7,6	0,3	100,0
D	5,5	78,9	6,2	9,2	0,2	100,0
E	9,0	68,2	7,8	14,8	0,2	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

A caracterização das classes segundo a idade dos chefes de família (tabela 5) aponta para a existência de diferenças interclasses quanto ao estágio do ciclo de vida das famílias. Na classe A predominam famílias em ciclo de vida mais adiantado (chefes com idade acima de 46 anos),



enquanto nas demais classes a maioria dos chefes de família se distribuí entre as faixas 31-45 e 46-65 anos. Nas classes D e E há maior participação tanto de famílias em ciclo mais adiantando como de famílias mais jovens (com chefes entre 16 e 30 anos).

**Tabela 5**

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo a Idade do Chefe de Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Grupos de Idade				Total %
	16-30 %	31-45 %	46-65 %	65 e + %	
A	1,7	34,1	56,9	7,3	100,0
B	7,9	42,8	41,8	7,7	100,0
C	11,8	37,8	38,7	11,7	100,0
D	17,5	35,0	34,7	12,8	100,0
E	18,2	31,0	35,8	15,0	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

Na tabela 6 consta o *status* migratório (migrante ou não-migrante<sup>(6)</sup>) dos chefes de família entrevistados. Com relação à distribuição dos migrantes segundo a classificação socioeconômica, observa-se 25,5% deles no total da amostra relativa à classe E; para as demais classes, essa participação representou entre 15,5% e 19,7%. Deve-se observar que tais números corroboram a hipótese de que houve mudança significativa na composição e no sentido dos fluxos migratórios na última década, ou seja, atualmente a migração não ocorre apenas entre os pobres, como em décadas anteriores, mas também nos grupos sociais com características socioeconômicas mais elevadas, quer em busca de melhor qualidade de vida, quer de empregos qualificados. Se a pesquisa tivesse sido realizada nos anos 70, provavelmente poder-se-ia detectar proporção maior de migrantes nas classes D e E.

A classificação socioeconômica do chefe de família caracterizada segundo a cor é apresentada na tabela 7 e reflete maior participação de brancos nas classes mais altas; em contraposição, há percentuais mais significativos de pretos e pardos nas classes D e E. De fato, enquanto 96,6% dos chefes de família da classe A eram brancos, essa proporção na classe E era de 57,5%. Os valores alcançados pelas várias medidas de associação calculadas corroboram a forte relação entre classe e cor

**Tabela 6**

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo o Status Migratório do Chefe de Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Chefes de Família		Total %
	Migrantes %	Não-migrantes %	
A	18,4	81,6	100,0
B	16,0	84,0	100,0
C	15,5	84,5	100,0
D	19,7	80,3	100,0
E	25,5	74,5	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

**Tabela 7**

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo a Cor do Chefe de Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Cor do Chefe de Família				Total %
	Branca %	Preta %	Parda %	Outras %	
A	96,6	-	0,6	2,8	100,0
B	88,2	1,7	5,0	5,1	100,0
C	81,1	4,0	12,2	2,7	100,0
D	69,9	6,1	22,8	1,2	100,0
E	57,5	8,8	33,2	0,5	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

do chefe (Coeficiente Phi = 0,30; Coeficiente de Contingência = 0,29; Coeficiente de Cramer = 0,17).

A classificação socioeconômica Abipeme apresenta também forte associação com a escolaridade do chefe de família, como esperado, já que a instrução do chefe é um dos componentes da escala (tabela 8). Enquanto a classe A reúne famílias cujos chefes têm, predominantemente, pelo menos o Segundo Grau completo, a classe E congrega aproximadamente 94% de famílias nas quais o chefe sequer completou o Primeiro Grau. Nas classes intermediárias esse perfil educacional é mais heterogêneo. Na classe B, cerca de 80%

dos chefes de família têm Segundo Grau, curso superior ou pós-graduação. Na C, distribuem-se por níveis educacionais médios. Já na classe D, apresentam escolaridade média inferior aos da C, mas superior aos da classe E. O valor assumido pelas diferentes medidas de associação nominal corroboram a forte relação entre classe e escolaridade do chefe (Coeficiente Phi = 0,79; Coeficiente de Contingência = 0,62; Coeficiente de Cramer = 0,40).

Tabela 8

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo a Escolaridade do Chefe de Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Grau de Instrução						Total
	Analfabeto %	Primeiro Grau Incompleto %	Primeiro Grau Completo %	Segundo Grau Completo %	Terceiro Grau Completo %	Outros / Não Sabe %	
A	-	1,1	3,5	20,1	74,8	0,5	100,0
B	0,1	7,8	12,2	40,3	39,5	0,1	100,0
C	1,6	41,5	26,2	23,5	7,1	0,1	100,0
D	4,3	68,0	20,2	7,0	0,3	0,2	100,0
E	19,9	74,5	5,0	0,4	-	0,2	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

Na tabela 9 visualiza-se uma das mais fortes associações verificadas entre as classes Abipeme e os recortes analíticos aqui apresentados (Coeficiente Phi = 0,65; Coeficiente de Contingência = 0,55; Coeficiente de Cramer = 0,38), resultado que não causa surpresa já que renda familiar é a variável definidora, em primeira instância, da escala construída. Perto de 77% dos chefes de família da classe A têm rendimento da ocupação principal igual ou superior a dez salários mínimos, porcentual que cai para 61,9% entre os chefes da classe B e para 22,1% entre os da C. Nesta última, 77,9% dos chefes têm rendimento menor que dez salários mínimos. Na classe E a maioria (89,6%) recebe até cinco salários mínimos.

Tabela 9

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo o Rendimento da Ocupação Principal do Chefe de Família Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Faixas de Salário Mínimo (setembro/93)				Total %
	Até 1 %	De 1 a 5 %	De 5 a 10 %	10 e + %	
A	4,0	6,1	13,3	76,6	100,0
B	1,9	11,8	24,4	61,9	100,0
C	1,6	37,2	39,1	22,1	100,0
D	3,7	65,1	24,7	6,5	100,0
E	11,4	78,2	8,9	1,5	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

A condição de habitação do imóvel em que a família reside mostra-se diferenciada pelas classes Abipeme. Na classe A, a quase totalidade das famílias detém a posse do imóvel (tabela 10). Nas demais, há aumento da proporção de famílias que residem em habitações alugadas ou cedidas, em especial na classe E.

Tabela 10

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo a Condição de Ocupação da Residência Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Condição de Ocupação				Total %
	Própria %	Alugada %	Cedida %	Invasa %	
A	91,8	7,9	0,3	-	100,0
B	81,6	15,6	2,8	-	100,0
C	74,3	18,9	6,8	-	100,0
D	64,5	23,6	11,5	0,4	100,0
E	53,7	25,1	19,2	2,0	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

O tamanho da residência, calculado por número de cômodos disponíveis, está fortemente associado com a classificação Abipeme (Coeficiente Phi = 0,58; Coeficiente de Contingência = 0,50; Coeficiente de Cramer = 0,33). Como apresentado na tabela 11, a maioria das famílias das classes A e B reside em habitações de seis ou mais cômodos. Residências de famílias das classes C, D e E são geralmente menores. Observe-se que há expressivo contingente de famílias da classe E vivendo em moradias com condições mínimas de habitabilidade (na melhor das hipóteses, habitações com divisão funcional entre sala, banheiro e cozinha).

Tabela 11

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo o Tamanho da Residência Estado de São Paulo — 1993**

Classe	Número de Cômodos			Total %
	1 a 3 %	4 a 6 %	6 ou + %	
A	0,0	0,1	99,9	100,0
B	0,3	25,0	74,7	100,0
C	4,2	54,9	40,9	100,0
D	15,3	66,1	18,6	100,0
E	36,4	55,5	8,1	100,0

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

Dentre os serviços convencionais da vida cotidiana, o acesso a bancos próximos é o que se apresenta com maior diferenciação entre as classes socioeconômicas (tabela 12). Cerca de 2/3 das famílias da classe A revelaram existir agências bancárias próximas à residência, proporção bem superior à levantada nas classes D e E. Padarias e farmácias guardam maior proximidade com as residências das famílias de todas as classes, comparativamente a supermercados, como já era previsto.

**ROBUSTEZ E VALIDADE EXTERNA DA ESCALA**

Os manuais de Metodologia da Pesquisa Social dispõem que toda medida indicadora de conceito, grandeza ou **constructo** teórico deve apresentar duas propriedades básicas: robustez de aferição (ou replicabilidade) e validade externa (propriedade de indicar, de fato, a dimensão social para a qual a medida foi inicialmente idealizada).

Tabela 12

**Caracterização das Classes Socioeconômicas Segundo a Proximidade do Domicílio a Serviços Estado de São Paulo — 1993 Porcentagem sobre Total de Domicílios Pesquisados**

Classe	Proximidade do Domicílio a Serviços			
	Banco %	Farmácia %	Padaria %	Supermercado %
A	64,9	84,8	88,6	80,2
B	56,4	89,8	93,0	78,2
C	42,3	89,1	92,7	79,6
D	30,2	84,0	86,8	76,1
E	24,7	76,4	80,0	69,9

Fonte: Pesquisa Fapesp/Nesur/Nepo-Unicamp

A julgar pela forte associação entre os rendimentos do chefe de família e a escala Abipeme, a validade externa parece estar garantida: o indicador — escala Abipeme — mostra-se significativamente associado com a variável a que se propõe indicar ou **substituir** — poder aquisitivo da família.

**O sistema atual de classificação da Abipeme tem suas origens em esforços metodológicos desenvolvidos desde os anos 70 por pesquisadores ligados à instituição.**

A robustez ou replicabilidade da medida pode ser constatada pelos resultados da tabela 13. A intensidade de associação entre a renda do chefe de família e a escala Abipeme é alta não só para o conjunto da amostra, mas também para as diversas subamostras de análise. À exceção do subconjunto dos Pequenos Municípios, os coeficientes de associação escala *versus* renda têm valores elevados e próximos entre si.

Tabela 13

**Coefficientes de Associação entre a Escala Abipeme e a Renda do Chefe de Família nos Subconjuntos de Análise da Pesquisa**

Região	Coefficiente Phi	Coefficiente de Contingência	Coefficiente de Cramer
Região Metropolitana de São Paulo	0,66	0,55	0,38
Região de Governo de Campinas	0,62	0,52	0,36
Região de Governo de Santos	0,63	0,53	0,37
Região Polarizada 1	0,68	0,56	0,39
Região Polarizada 2	0,62	0,53	0,36
Região Polarizada 3	0,70	0,57	0,40
Região Polarizada 4	0,71	0,58	0,41
Região Polarizada 5	0,65	0,55	0,38
Região Polarizada 6	0,70	0,57	0,40
Região Polarizada 7	0,69	0,57	0,40
Pequenos Municípios	0,52	0,46	0,30

Assim, sem desconsiderar a validade das críticas feitas à escala Abipeme em função da perda de seu poder discriminatório pela massificação do consumo de bens duráveis, é preciso reconhecer-lhe a robustez e a validade externa aqui apontadas. Considerando-se o valor dos coeficientes de associação — altos, porém inferiores ao grau máximo —, a escala subestima o poder aquisitivo de famílias mais ricas e superestima o de outras, efetivamente mais pobres. No entanto, pelo fato de tal distorção reproduzir-se de forma semelhante em diferentes unidades espaciais de análise, há relativa garantia de que a escala possa ser usada para fins de comparabilidade *cross-sectional*.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício exploratório aqui proposto — caracterização da escala Abipeme segundo determinados recortes sociais, econômicos e demográficos — permite

algumas constatações importantes. A escala guarda forte associação com renda e escolaridade do chefe de família. É possível verificar, também, que famílias da classe A estão em ciclo vital mais adiantado, formadas por três a seis pessoas, com chefes casados/unidos, de elevado grau de escolaridade e alta renda, residindo em casa própria de seis ou mais cômodos, localizada próxima aos centros prestadores de serviços bancários, supermercados, padarias e farmácias. Famílias da classe E têm maior dispersividade em tamanho familiar, situação conjugal do chefe e ciclo vital. Comparativamente às demais classes, há maior proporção de migrantes, de chefes de família menos instruídos e de menor rendimento. Residem em moradias menores, de até seis cômodos — próprias, alugadas ou cedidas —, nas proximidades de padarias e farmácias.

**À medida que os bens duráveis usados na sua construção sejam massificados pela população, a escala perderá seu poder discriminatório.**

A escala parece conter as propriedades fundamentais para qualquer instrumento de medida: robustez de aferição e validade externa, ou seja, a propriedade de medir a dimensão social ou econômica original (renda familiar).

Observe-se, no entanto, que a replicabilidade e a validade da escala não são por si só suficientes para a sua aplicação. Em *Marketing*, o seu uso justifica-se à medida que a dimensão por ela reproduzida, isto é, a renda familiar, seja de fato um recorte analítico importante para diferenciar os variados tipos de consumidor e entender os hábitos de compra existentes no mercado.

Outro fator que deve ser considerado refere-se à forma de construção da escala (segundo posse e quantidade de bens): o tamanho da família parece ter efeito composição na classificação. Finalizando, à medida que os bens duráveis usados na sua construção sejam massificados pela população, a escala perderá seu poder discriminatório.

São questões instigantes que demandam novos estudos. ♦

NOTAS

- (1) Vale registrar aqui a escala sócio-ocupacional de Valle e Silva (1986), as escalas desenvolvidas pela equipe técnica da Pesquisa Migrações, Emprego e Projeções Demográficas no Nesur/Nepo-Unicamp e aquelas elaboradas pela equipe da Pesquisa de Condições de Vida na Fundação SEADE.
- (2) É importante que se diga que a captação da informação de renda vem sendo aprimorada continuamente nos Censos Demográficos e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). No Censo de 1960 informações sobre renda eram coletadas por um quesito com faixas predeterminadas. A partir de 1980 tal levantamento passou a ser realizado por respostas a sete questões, segundo as diversas fontes (Médici, 1984). Com relação à qualidade efetiva da informação, talvez não haja posição tão consensual. Alguns autores apontam para certo grau de subestimação da renda nos Censos e PNADs, em especial nos estratos populacionais situados nos extremos de renda. "Em relação ao primeiro estrato, é usual que não existam dados sobre produção para autoconsumo, salários em espécie, recebimentos regulares de transferências ou doações de renda e de outras rendas diretas ou indiretas propiciadas pelo Estado. (...) Por sua vez, há sonegação nos estratos mais ricos — voluntária ou não — associada às rendas de propriedades, salários indiretos, juros, lucros e rendas ocasionais" (Cacciarnali, 1988). Diversas pesquisas citadas por Hoffmann (1977), além do estudo de Lluch (1982), já apontavam tais tendências para o Censo de 1970.
- (3) Pesquisa amostral, desdobramento do Projeto Migração, Emprego e Projeções Demográficas, desenvolvida pelo Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur) e pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
- (4) Os pontos de corte das classes foram obtidos a partir da combinação de outros procedimentos estatísticos multivariados.
- (5) Veja-se, entre outros, Baeringer (1994) e Patarra *et alii* (1992).
- (6) Definiu-se como migrante o chefe de família que tinha realizado, pelo menos, uma mudança de residência, de um para outro município, no período de 1980 a 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, P.M. & WICKERHAUSER, H. *O critério ABA/ABIPEME: em busca de uma atualização*. 1991. [Mimeo]
- BAENINGER, R. Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo: o papel dos pólos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9. *Anais*. Caxambu — MG, 1994. v.1, p.473-498.
- CACCIARNALI, M.C. Observações sobre a questão da distribuição de renda no Brasil. In: MONTORO Fo., A.F. *et alii*. *Manual de Economia*. São Paulo, Saraiva, 1988, p.347-363.
- FOLHA DE S. PAULO. Edição de 8 ago. 1991, p.3-12.
- HOFFMANN, R. Informações necessárias para análise da distribuição pessoal da renda no Brasil. *Estudos CEBRAP*, n.21, p.159-187, 1977.
- JANNUZZI, P.M. A nova estrutura demográfica do mercado consumidor nacional. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.1, p.8-45, 1995.
- LLUCH, C. Sobre medições de renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.12, n.1, p.133-148, 1982.
- MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. São Paulo, Atlas, 1993.
- \_\_\_\_\_. Os estudos de estratificação sócio-econômica em marketing e pesquisas de marketing. ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 18. *Anais*. Curitiba, 1994. v.7, p.307-325.
- MÉDICI, André C. Notas interpretativas sobre a variável renda nos censos demográficos. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Censos, censos, contra-censos*. Ouro Preto, ABEP, 1984. p.75-132.
- MILLER, D. *Handbook of research design and social measurement*. New York, Longman, 1977.
- PATARRA, N. *et alii*. *O Censo de 1991 e a nova realidade regional de São Paulo*. NESUR/NEPO/UNICAMP, 1992. [Mimeo]
- VALLE E SILVA, N. *Posição social das ocupações*. 1986. [Mimeo]

**Anexo 8**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008.**

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 37, 39, 41 e 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 37.** .....

.....

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento." (NR)

**Art. 39.** A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação." (NR)

**Art. 41.** O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

**Parágrafo único.** (Revogado)." (NR)

**Art. 42.** As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade." (NR)

Art. 2º O **Capítulo II do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, passa a vigorar acrescido da **Seção IV-A**, denominada "Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio", e dos seguintes arts. 36-A, 36-B, 36-C e 36-D:

**"Seção IV-A**  
**Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

**Art. 36-A.** Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

**Art. 36-B.** A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

- I - articulada com o ensino médio;
- II - subseqüente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

- I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

**Art. 36-C.** A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
  - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
  - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
  - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto



pedagógico unificado.

**Art. 36-D.** Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho."

**Art. 3º** O Capítulo III do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a ser denominado "Da Educação Profissional e Tecnológica".

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se os §§ 2º e 4º do art. 36 e o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Brasília, 16 de julho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

*Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.7.2008*

Anexo 9



imprimir

## Curso técnico encurta caminho para emprego

Confira a lista completa dos 185 cursos técnicos disponíveis no Brasil.



Se você colocou na cabeça que a melhor solução para o sucesso profissional é entrar na faculdade imediatamente, pare para pensar. Quem ajuda você é o consultor de empresas Max Gehringer. Ele mostra agora que existe um caminho mais curto para você entrar no mercado de trabalho.

O que está acontecendo com o mercado de trabalho? De um lado, há um batalhão de candidatos, principalmente jovens entre 17 e 25 anos, com formação superior, que

não conseguem emprego. Do outro lado, as empresas estão dizendo que as vagas existem, mas faltam candidatos qualificados.

"A maior dificuldade é achar a mão-de-obra que está dentro das nossas expectativas técnicas", revela Michael Bauer, presidente de empresa.

A realidade é que estão sobrando candidatos com curso superior e faltando candidatos de nível técnico. Foi isso o que fez Ronald da Silva desistir da faculdade de economia para começar um curso técnico em cerâmica no Senai.

"Ia estudar uma coisa que ia ficar quatro anos e meio estudando aquilo, e depois como é que eu ia conseguir mercado? Não ia ter mercado para eu trabalhar", comenta Ronald da Silva, estudante do curso técnico em cerâmica.

Formado pelo Senai, Kleber Teixeira desenvolve projetos de potes e tampas plásticas numa fábrica em São Paulo. Em apenas dez meses na empresa, ele já foi promovido e passou a ganhar um ótimo salário.

"O técnico, após o seu estágio, é contratado por salários de R\$ 2.500. Que primeiro emprego você consegue começar com esse salário?", pergunta Cláudia Cunha, gerente da fábrica.

A faculdade ficou para o ano que vem. "Se já tivesse embarcado na engenharia logo depois

de ter terminado o ensino médio, eu acredito que nesse salário que eu estou hoje em dia, não estaria lá", avalia Kleber Teixeira, técnico em plástico.

Atualmente, informática é o setor que mais está oferecendo vagas. Estima-se que nos próximos cinco anos haverá uma falta de cem mil técnicos em informática. O mercado também está à procura de técnicos em logística, um curso em alta no momento.

"Hoje o mercado está aquecido para esse profissional de logística. A grosso modo, o salário varia de R\$ 1 mil a R\$ 1,1 mil para o operacional, começando, e o gerencial está na faixa de R\$ 2 mil a R\$ 2,5 mil", comenta Diogo Teixeira, coordenador do curso de logística do Senac/SP.

No outro extremo do mercado de trabalho de trabalho haverá um excesso de dezenas de milhares de bacharéis de direito, jornalistas e psicólogos.

No Brasil ainda é forte a cultura do bacharel. Aquela impressão de que um diploma de curso superior, qualquer que seja, irá resultar em muito mais oportunidades do que um diploma de curso técnico.

Qual é a vantagem de ter feito técnico antes de fazer a faculdade?

"Experiência. Você ganha muita experiência. Acaba saindo na frente de muita gente que faz faculdade e não tem essa experiência de trabalho mesmo, de vivência, de rotina, e isso a gente consegue ter com o técnico", responde Milena Ferreira, técnica em química.

A falta de técnicos é tão acentuada que muitas empresas estão fazendo parcerias com escolas profissionalizantes. Uma recente pesquisa, da Confederação Nacional das Indústrias, mostra que 61% das empresas pesquisadas estão capacitando seus próprios técnicos.

É o caso de uma multinacional alemã que produz máquinas para a indústria automobilística em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo.

"E 90% dos engenheiros recém-formados que vêm aqui acabam não dando certo porque eles não conseguem entender os problemas da fábrica. Tanto que nós temos uma escola, um centro de treinamento aqui, de dois anos de duração. Nós formamos nossos próprios técnicos", conta Michael Bauer, presidente da empresa.

Dez alunos com idade entre 14 e 15 anos têm aulas de 7h às 16h dentro da empresa. Uma rotina puxada para Caio Monteiro, que ainda frequenta o ensino médio à noite. Mas ele acha que vale a pena o esforço.

"Esse curso técnico vai ser muito bom para mim no futuro, vai me abrir muitas portas de emprego", acredita Caio, 15 anos.

E vai mesmo: quase todos os alunos formados pelo curso, oferecido em parceria com o Senai, são contratados.

"O curso técnico te dá o empurrão. Você consegue uma profissão, um salário razoável, que dá para você pagar a faculdade", diz Adriano de Deus, estudante de desenho de projetos.

O caminho mais indicado é dar um passo de cada vez. Fazer um curso técnico, conseguir um bom emprego e depois investir em cursos de especialização, incluindo o curso superior mais adequado.

Para mais informações sobre o tema, clique aqui e veja uma lista completa dos 185 cursos técnicos disponíveis no Brasil, elaborada pelo Ministério da Educação.

E veja também: conheça a rede federal de educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação e visite o site do Senai.

Vamos falar, no próximo episódio, sobre outra alternativa para você entrar no mercado de trabalho: o curso de tecnólogo, mais curto do que uma faculdade convencional. Quais são as vantagens e as armadilhas?

---

<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL752324-15607,00.html>

2000-2012 Globo.com. Todos os direitos reservados. Política de privacidade

## Sem alunos, 400 vagas gratuitas em cursos técnicos sobram nas escolas

Estado e município divergem quanto ao nº de matriculados. Cotip deixa de abrir turma por falta de interessados.

26/01/2012 - 08:02

EPTV.com - Suzana Arayuni

Das 1.100 vagas de cursos técnicos gratuitos disponibilizadas pelo Estado de São Paulo para Piracicaba, no interior de São Paulo, 400 não foram ocupadas por falta de alunos. Em algumas instituições, há cursos que não serão abertos porque não houve número de inscritos suficientes para formar uma turma. Prefeitura e Secretaria da Educação do Estado divergem quanto aos dados de matriculados. Com a baixa procura, a cidade deixa de receber R\$ 1,2 milhão. O prazo de inscrição já foi encerrado.

Os cursos têm nível médio e são oferecidos por meio da Rede de Ensino Médio Técnico (Retec). A pasta estadual informou que o programa abriu vagas na cidade para os cursos de meio ambiente, eletroeletrônica, eletrônica, mecânica, mecatrônica, administração, comércio, contabilidade, finanças, logística, qualidade, redes de computadores e técnico em plástico.

Eles são direcionados gratuitamente para matriculados na segunda série do ensino médio das escolas estaduais, em quatro instituições na cidade credenciadas pela Secretaria da Educação: Escolas Técnicas do Brasil (ETB) - Unidade Enfermap, Cotip/Fumep (Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba), Senai Mário Henrique Simonsen e Colégio PoliBrasil.



"O curso é totalmente prático e inclui até visitas a feiras e indústrias. Ele não só abre portas para o mercado de trabalho, como também proporciona uma inserção mais dinâmica nesse meio. Por isso é tão importante que o aluno frequente até o final", afirma o diretor geral do Colégio PoliBrasil, Luiz André Filho.

O colégio terá, entre seus alunos regulares e cursos disponibilizados, 273 matriculados pelo projeto. Serão 133 estudantes no curso de administração, 80 em logística, 32 em redes de computadores e 28 em contabilidade.

### Divergência

Questionada sobre os possíveis motivos desse desestímulo para os cursos técnicos de nível médio, a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (Semtre) de Piracicaba nega que o quadro

seja negativo ou apresente falta de alunos. O número total de vagas para os cursos divulgado pela Semtre diverge do número informado pela Secretaria da Educação.

Segundo informações da Semtre, enviadas por nota ao EP Piracicaba, "na fase final de matrículas, 599 alunos foram efetivamente matriculados para as 632 vagas disponíveis para a cidade". A secretaria reforçou, ainda, que os dados fornecidos foram enviados pela Diretoria Regional de Ensino de Piracicaba, órgão vinculado à Secretaria de Educação do Estado.

A Secretaria da Educação do Estado informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a baixa procura deve-se à novidade dos cursos, já que esta é a primeira edição no Estado. A secretaria disse ainda que vai analisar esta primeira oferta e verificar se haverá quantidade de vagas compatível para o próximo ano.

### Desperdício

Na Cotip, escola de ensino médio e educação profissional da Fumep, o curso de eletrônica teve apenas seis inscritos e não vai abrir turma, já que eram necessários 40 alunos. "A formação é muito importante para fazer estágio e conseguir um trabalho", avalia o coordenador técnico do curso citado da instituição, Marcos Joel Leite.

"Os cursos de mecânica, eletrônica e qualidade são voltados para atuação na indústria, na área de manutenção, qualidade e projetos. O interessante é ver a evolução do aluno que se desenvolve muito com o conteúdo educacional. O estímulo à pesquisa e as aulas práticas fazem com que haja o despertar de um interesse maior no aluno", analisa Leite.

A Cofep oferece, ainda, os cursos técnicos em comércio, finanças, qualidade, administração e mecânica. Segundo a diretora da instituição, Suzana Nobre, se o estudante não tiver feito sua inscrição no final do ano passado, não será possível matricular-se agora de forma gratuita.

#### Desperdício 2

Segundo informações de duas das instituições credenciadas para oferecer os cursos em Piracicaba, o Governo do Estado de São Paulo disponibilizou uma verba de cerca de R\$ 3 mil por aluno matriculado. O valor varia de acordo com o curso escolhido. No total, seriam transferidos, aproximadamente, R\$ 3,3 milhões do estado para o município, destinados aos cursos técnicos.

Entretanto, com a baixa procura pelos cursos, Piracicaba deixa de receber R\$ 1,2 milhão do estado, referente às 400 vagas que não foram preenchidas. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo não informou o valor que será investido pelo estado no município e também não disse a quantia total prevista no projeto para a cidade.



#### Na prática

Dos 60 funcionários que trabalham na fábrica da Tecnal, empresa de equipamentos para laboratórios de controles industriais, localizada em Piracicaba, 70% passaram pelo curso técnico de nível médio.

"A formação faz diferença na hora da contratação, porque o aluno já sai com uma boa base do curso. É lógico que cada empresa tem seu ramo, mas se o estagiário ou o funcionário tiver feito o curso, a capacitação para a função acaba sendo facilitada", justifica o diretor industrial da empresa, José Fernando Carvalho.

Segundo ele, muitos dos engenheiros contratados pela empresa também passaram pelo curso técnico antes da formação superior. Observação que confirma o posicionamento do diretor do Colégio PolíBrasil.

"O curso técnico de nível médio não é um fim em si mesmo, mas um degrau para que o aluno possa definir com mais clareza a área de trabalho em que quer atuar", observa Filho.

#### Estado

Nesse primeiro ano do programa, a Secretaria de Educação do Estado ofereceu 30.978 vagas. O modelo foi implantado nos 155 municípios paulistas com mais de 40 mil habitantes que, juntos, somam 1,3 milhão de estudantes matriculados no ensino médio da rede estadual.

O número de vagas por cidade no interior do estado variou de 30 a 1.355, com exceção de São Paulo que contou com 12.654. As instituições foram credenciadas para essa modalidade de educação profissional mediante chamada pública. Se todas as vagas forem preenchidas, o investimento final será de R\$ 600 milhões.

## ANEXO 10





## ANEXO 11



## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044  
CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

### DELIBERAÇÃO CEE Nº 105/2011

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e aprovação de Plano de Curso e emissão de Parecer Técnico para cursos de Educação Profissional Técnica, presencial ou a distância, e dá providências correlatas.

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, à vista da Indicação CEE nº 108/2011, aprovada na Sessão Plenária realizada em 02 de fevereiro de 2011.

#### DELIBERA:

Art. 1º - Os Pareceres Técnicos que integram o Plano de Curso de Educação Profissional Técnica, exigidos pela Indicação CEE Nº 8/2000, somente serão emitidos por instituições especialmente credenciadas para este fim, pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º - Ficam credenciadas as seguintes instituições:

I - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS;

II - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/SP;

III - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SP;

IV - Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP.

Parágrafo único - Poderão ser credenciadas outras instituições, obedecidos os critérios definidos na Indicação CEE Nº 108/11.

Art. 3º - Os cursos técnicos atualmente autorizados deverão solicitar nova aprovação de seus Planos de Curso, no prazo máximo de três anos a contar da vigência desta deliberação.

Parágrafo único - O Conselho Estadual de Educação estabelecerá cronograma para definir e organizar os pedidos previstos no *caput*.



PROC.CEE Nº 460/08 e 593/97 DELIBERAÇÃO CEE Nº 105/11

Art. 4º - A elaboração e apreciação dos Planos de Curso e a emissão dos Pareceres Técnicos deverão atender as diretrizes contidas na Indicação anexa.

Parágrafo único - As situações não previstas na presente norma serão objeto de novas manifestações deste Colegiado.

Art. 5º - Esta Deliberação entra em vigor na data da publicação de sua homologação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, a Deliberação CEE nº 79/2008.

#### **DELIBERAÇÃO PLENÁRIA**

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

Sala "Carlos Pasquale", em 09 de fevereiro de 2011.

**HUBERT ALQUERES**  
Presidente

Publicado no DOE em 10/02/2011

Res.SEE de 22/2, publ. no DOE de 23/2/11

Res.SEE de 22/2, republicada no DOE de 26/2/11

Seção I

Seção I

Seção I

Pág. 24

Pág.22

Págs.59 e 60



## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044  
CEP. 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

PROCESSOS CEE Nºs: 460/08 e 593/97  
INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação  
ASSUNTO: Diretrizes para elaboração e aprovação de Plano de Curso de Educação Profissional Técnica e emissão de Parecer Técnico de Especialista.  
RELATORES: Cons<sup>os</sup> Ana Luisa Restani, Arthur Fonseca Filho, Maria Auxiliadora Albergaria Pereira Raveli e Neide Cruz  
INDICAÇÃO CEE Nº : 108/2011 CE/CEB Aprovada em 02-02-2011

### CONSELHO PLENO

#### 1. JUSTIFICATIVA

O Conselho Estadual de Educação, desde 2008, tem se dedicado à análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional, especialmente em função da implementação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), normatizado pela Deliberação CEE 79/2008. Nesse período, deparou-se com a complexidade de situações apresentadas na educação profissional, decorrentes da especificidade dos cursos técnicos, o que indicou a necessidade de rever as diretrizes e os procedimentos para elaboração e aprovação dos Planos de Curso. Pretende o Conselho, com essas medidas, subsidiar os órgãos de supervisão do sistema e o próprio Conselho, na apreciação dos Planos de Curso e, fundamentalmente, uniformizar e deixar claro, para todos os envolvidos com a educação profissional, as normas e procedimentos a serem seguidos na elaboração, análise e apreciação dos Planos de Curso de Educação Profissional Técnica.

Desde a edição da Indicação CEE 8/2000, este Colegiado vem se preocupando com a questão da apreciação e aprovação dos Planos de Curso de Educação Profissional e, a partir dessa Indicação, passou a exigir parecer técnico de especialistas ou de instituição de reconhecida competência na área profissional, objeto do curso a ser autorizado.

Todavia ao analisar os Planos de Curso, em decorrência do disposto na Deliberação nº 79/2008, este Colegiado constatou que a maioria dos Pareceres Técnicos são emitidos por profissionais, nem sempre devidamente qualificados, ou por professores do próprio curso a ser oferecido. Ressalve-se, entretanto, que algumas escolas recorrem a especialistas de renomada competência, cujos Pareceres emitidos não deixam dúvidas quanto à proposta do curso, contribuindo para a formação de juízo dos órgãos de supervisão e deste Colegiado. Importante ressaltar que os Pareceres Técnicos, quando



bem fundamentados, são essenciais para a análise e decisão a ser tomada, inclusive para autorização em caráter experimental e futura inserção no CNCT.

No sentido de atender a essas demandas, de forma a assegurar a qualidade dos cursos técnicos ofertados no sistema de ensino do Estado de São Paulo, este Colegiado, através da presente Indicação, procurou estabelecer procedimentos para a emissão do Parecer Técnico e dos critérios para o credenciamento de instituições que se responsabilizarão pelo cadastro e indicação dos profissionais. A partir da sua publicação, os pareceres técnicos somente terão validade se emitidos por profissionais designados por instituição especialmente e previamente credenciada para esse fim por este Colegiado.

São requisitos para o credenciamento da instituição:

a) ser de reconhecida competência no eixo tecnológico a que se vincula o curso e/ou desenvolver atividades de gestão de projetos e programas de educação profissional na área objeto do Parecer Técnico;

b) atuar nas várias regiões do Estado de São Paulo, com possibilidade de gerenciar e de atender a demanda.

A vista do atendimento destes requisitos, ficam credenciadas inicialmente, quatro instituições Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/SP, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SP, e Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP. São instituições que possuem reconhecida experiência na educação profissional, tanto pela oferta de cursos, como pela gestão e desenvolvimento de projetos, além de capacidade para atuar em colaboração com este Conselho e com os órgãos de supervisão, na avaliação da oferta da educação profissional técnica. Outras instituições poderão ser credenciadas por este Conselho, desde que atendam os requisitos estabelecidos na presente Indicação. Por meio de convênio entre o Conselho e a Instituição a ser credenciada, será viabilizado e formalizado o credenciamento.

Com a presente Indicação, o Conselho Estadual de Educação também estabelece e uniformiza as diretrizes que devem ser observadas na organização do Plano de Curso e na emissão do Parecer Técnico. Essas diretrizes, a seguir expostas e agrupadas por temas, serão necessariamente observadas na análise dos documentos acima discriminados, quando da apreciação e aprovação do Plano de Curso.

No prazo de três anos, a contar da publicação da Deliberação anexa, todos os Planos de Curso, já aprovados, deverão ser submetidos a nova apreciação pelos órgãos competentes, nos termos das diretrizes ora estabelecidas.

## **2. DIRETRIZES GERAIS**

### **2.1 Plano de Curso**

A elaboração do Plano de Curso de Educação Profissional Técnica deverá atender às Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes, à Resolução CNE/CEB nº 3/08 que organiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e à Indicação CEE nº 08/2000.



PROC. CEE Nº 460/08 e 593/97      INDICAÇÃO CEE Nº 108/11

2.1.1 Cada curso deverá estar vinculado a um dos eixos tecnológicos e seu Plano, respeitadas as normas regimentais da escola, terá a seguinte estrutura:

I - Justificativa e objetivos - razões da instituição para a oferta do curso na região, fundamentada em estudos e pesquisas do setor produtivo e das ocupações existentes.

II - Requisitos de acesso - critérios de escolaridade, idade e condições para a admissão do candidato ao curso.

III - Perfil profissional de conclusão - competências requeridas para o exercício da profissão ou da ocupação.

IV - Organização curricular - estrutura básica do curso, contendo itinerários formativos e temas a serem desenvolvidos, coerentes com requisitos do perfil profissional de conclusão.

V - Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores - definição dos procedimentos de avaliação de conhecimentos e experiências adquiridos anteriormente pelo aluno.

VI - Critérios de avaliação - sistema de avaliação utilizado pela escola, bem como as formas de recuperação oferecidas para a superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

VII - Instalações e equipamentos - infraestrutura necessária para o curso.

VIII - Pessoal docente e técnico - quadro de pessoal envolvido no curso com a indicação da adequada formação e qualificação para a função.

IX - Certificados e diplomas - documentos a serem expedidos conforme a proposta pedagógica da escola e do curso.

X - Proposta de Estágio Supervisionado, quando for o caso, especificando sua natureza e modalidade, nos termos da Deliberação CEE 87/09.

2.1.2 O Plano de Curso será aprovado por um período de 5 (cinco) anos pelo respectivo órgão de supervisão, devendo ser referendado por parecer técnico de especialista na área do curso.

2.1.3 A contar da publicação da presente norma, no prazo de 3 (três anos) os cursos em funcionamento deverão solicitar aprovação de novo Plano de Curso.

2.1.4 As instituições que contam com supervisão delegada cumprirão o disposto nesta norma por meio de seu órgão supervisor.



## 2.2 Parecer Técnico

O Parecer Técnico de Especialista é peça fundamental para análise e aprovação do Plano de Curso e autorização de funcionamento, previsto desde a edição da Indicação CEE 8/2000.

O Parecer Técnico somente será aceito quando emitido por instituição de ensino devidamente credenciada por este Colegiado.

2.2.1. A escola deverá solicitar a emissão do Parecer Técnico junto a uma das instituições credenciadas por este Colegiado, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes dos serviços prestados.

2.2.2. A instituição designará o especialista que analisará a proposta do curso e fará vistoria *"in loco"* das instalações e equipamentos necessários ao desenvolvimento do curso, juntamente com o Supervisor de Ensino responsável pela escola.

2.2.3. O especialista não poderá pertencer à mesma instituição, cujo curso esteja sendo avaliado.

## 2.3 Cursos não previstos no CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

As instituições com propostas diferenciadas de cursos técnicos, presenciais ou a distância, não previstos no CNCT, deverão encaminhar seus Planos de Curso para análise prévia do órgão supervisor, e posteriormente para apreciação e aprovação do Conselho Estadual de Educação.

2.3.1 Os cursos que não constam do CNCT poderão ser autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, em caráter experimental nos termos do artigo 81 da Lei 9394/96, ou até que a proposta passe a integrar o CNCT.

2.3.2 Os pedidos de cursos, em caráter experimental, deverão fundamentar-se em resultados de pesquisa e estudos da região na qual serão ofertados, acompanhados de justificativa da denominação e da proposta do curso.

2.3.3 As instituições que contam com supervisão delegada deverão encaminhar os planos dos cursos experimentais ao Conselho Estadual de Educação para ciência e manifestação nos termos da Deliberação CEE 1/99 e na presente Indicação.





### 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Os cursos de Educação Profissional em suas diferentes modalidades e formas de organização curricular seguirão as normas vigentes. Todos os cursos técnicos, independentemente da modalidade, deverão ser protocolados no órgão de supervisão da região, para análise, manifestação ou aprovação, a saber:

3.1.1 Cursos Técnicos presenciais - obedecem as orientações e prazos para protocolo, apreciação e decisão quanto à aprovação do Plano de Curso e autorização de funcionamento, previstos na Deliberação CEE 1/99.

3.1.2 Cursos Técnicos a Distância - cada curso deverá estar contemplado em um Plano de Curso conforme Deliberação CEE 97/2010, acompanhado do respectivo Parecer Técnico de Especialista. Deverá ser protocolado na Diretoria de Ensino da região de jurisdição, para verificação da instrução do processo, manifestação prévia e encaminhamento ao CEE para apreciação.

3.2 Para a decisão sobre aprovação de cursos, por solicitação da Câmara, o Presidente do Conselho Estadual de Educação poderá solicitar a colaboração de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, incluídas as universidades e outros institutos educacionais, nos termos do item f, do inciso I, do artigo 20 do Decreto 9.887/77.

Esta Indicação e seu Projeto de Deliberação, ora submetidos ao plenário, resultam de diversas reuniões com Conselheiros da Câmara de Educação Básica, Assistência Técnica, educadores e representantes de instituições especializadas em Educação Profissional, que enriqueceram as discussões com sua experiência. Têm por objetivo básico normatizar, não apenas o Plano de Curso, mas especialmente o Parecer Técnico que o integra, peça fundamental para a decisão das autoridades de ensino.

### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, propõe-se ao Conselho Pleno a aprovação da presente Indicação e do anexo projeto de Deliberação.

São Paulo, 19 de janeiro de 2011

a) **Cons<sup>a</sup>. Ana Luisa Restani**  
*Relatora*

a) **Cons<sup>o</sup> Arthur Fonseca Filho**  
*Relator*

a) **Cons<sup>a</sup> Maria Auxiliadora Albergaria Pereira Raveli**  
*Relatora*

a) **Cons<sup>a</sup> Neide Cruz**  
*Relatora*



**CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO**  
**Portaria CEE/GP 537, de 13-12-2011**

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, com fundamento no disposto na Deliberação CEE 105/2011 e considerando a proposição da Comissão Especial de Educação Profissional e de Educação a Distância e do Grupo de Trabalho, constituídos por Portaria CEE/GP 116/2011, alterada pelas Portarias CEE/GP s 205 e 363/2011, resolve:

Art. 1º- Aprovar as orientações complementares anexadas à presente Portaria, relativas aos procedimentos decorrentes da Deliberação CEE 105/2011, elaboradas pela Comissão Especial de Conselheiros e pelo Grupo de Trabalho, com o objetivo de esclarecer as dúvidas encaminhadas pelas equipes de Supervisão da Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigência a partir de sua publicação.

São Paulo, 13-12-2011

Professor Hubert Alquéres

Presidente

**ANEXO À PORTARIA CEE/GP 537/2011**

Orientações Complementares da Comissão Especial de Educação Profissional e de Educação a Distância e do Grupo de Trabalho.

**I - Introdução**

O Conselho Estadual de Educação constituiu uma Comissão Especial de Conselheiros e um Grupo de Trabalho, responsáveis por discutir, analisar e propor medidas capazes de promover a melhoria dos cursos técnicos de nível médio, presenciais ou a distância, no sistema de ensino do Estado de São Paulo. O Grupo de Trabalho é composto por representantes das principais instituições credenciadas que se dedicam à formação profissional, além de representantes da Assistência técnica do próprio Colegiado e de membros indicados pelos órgãos centrais da Secretaria da Educação.

As orientações contidas no presente documento procuram responder as principais dúvidas sobre os procedimentos a serem adotados, a partir da Deliberação CEE 105/2011, encaminhadas por Supervisores de ensino. As orientações foram agrupadas por temas, já que as questões são recorrentes, tanto por parte das equipes de Supervisão, como das escolas. Nas respostas procurou-se incluir, também, as questões suscitadas pelas escolas e que chegaram ao Conselho por contato telefônico, por e-mail ou pela Central de Atendimento da Secretaria da Educação.

II - Principais leis e normas a serem consultadas:

a) No sistema federal de ensino. No Portal do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, além dos cursos organizados por eixos tecnológicos, encontram-se anexos contendo as normas que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como uma relação de perguntas frequentes.

Vide: <http://catalogonct.mec.gov.br/introducao.php>

- Lei Federal 9.394/96 (LDB), de 20-12-1996, com redação dada pela Lei Federal 11.741, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Vide: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

- Lei Federal 11.788, de 25-09-2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20-12-1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23-03-1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20-12-1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24-08-2001 e dá outras providências.

Vide: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)

b) No sistema estadual de ensino.

- Deliberação CEE 01/99, alterada pela Del. CEE 10/2000, que fixa normas para autorização de funcionamento de estabelecimentos e cursos de ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo.

- Indicação CEE 08/2000, que estabelece diretrizes para implementação da educação profissional de nível técnico no sistema de ensino do Estado de São Paulo.
- Indicação CEE 30/2003, que dispõe sobre a realização de estágio supervisionado para alunos do ensino médio, do curso normal e da educação profissional de nível técnico (vigente no que não contraria o disposto na Deliberação CEE 87/2009).
- Deliberação CEE 87/2009 e Indicação anexa, que dispõem sobre a realização de estágio supervisionado de alunos do ensino médio, da educação profissional e da educação superior e dá providências correlatas.
- Deliberação CEE 105/2011, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e aprovação de Plano de curso e emissão de Parecer técnico para cursos de educação profissional técnica, presencial ou a distância, e dá providências correlatas.
- Deliberação CEE 107/11, que dispõe sobre credenciamento de Instituições para avaliação de competências e expedição do diploma na educação profissional de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Portaria CEE/GP 219, de 18-05-2011- referente ao pagamento para obtenção do Parecer Técnico.
- Portaria CEE/GP 450, de 10-10-2011- referente ao cronograma a que se refere o Art. 3º da Deliberação CEE 105/2011.

### III - Onde e como protocolar o pedido para emissão do Parecer Técnico.

O pedido de Parecer Técnico pode ser protocolado diretamente pela instituição interessada em uma das instituições credenciadas e a seguir listadas. Observar que o pedido de autorização de funcionamento de curso continua a ser protocolado diretamente na Diretoria de Ensino, porém, somente após a emissão do Parecer Técnico.

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Responsável: Sebastião Mário dos Santos - Telefone: (11) 3327-3176

E-mail: [legisla.supervisao@centropaulasouza.sp.gov.br](mailto:legisla.supervisao@centropaulasouza.sp.gov.br)

Link do site – Parecer Técnico: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/emissao-de-parecer-tecnico>

- FUNDAP – FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Responsável: Andrea Shimura - Telefone: (11) 3066.5876

E-mail para contato: [protecno@fundap.sp.gov.br](mailto:protecno@fundap.sp.gov.br)

Link do Site – Parecer Técnico: <http://protecno.sp.gov.br/>

- SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

Responsável: Lucinéia Guedes da Silva – Telefone: (11) 3236.2420

E-mail: [parecertecnico@sp.senac.br](mailto:parecertecnico@sp.senac.br)

Link do Site – Parecer Técnico: <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a18758.htm&subTab=00200&uf=&local=&testeira=453&l=&template=&unit=>

- SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Responsável: Paulo Rogério Borges – Telefone: (11) 3146-7233

E-mail: [prborges@sp.senai.br](mailto:prborges@sp.senai.br)

Link do Site – Parecer Técnico: <http://www.sp.senai.br/Senaisp/Noticias/27/1220/Senai-SP-orienta-como-solicitar-o-Parecer-Tecnico-para-novos-cursos-tecnicos.html>

### IV- Questões:

1. Em qual instituição credenciada deverá ser solicitado o Parecer técnico?

A princípio, qualquer uma das instituições credenciadas poderá designar especialistas para emitir Parecer técnico sobre qualquer curso; se não tiverem profissionais do correspondente eixo tecnológico, podem selecioná-los; se estiverem sobrecarregadas ou por qualquer outra questão de ordem técnica, poderão encaminhar o pedido a outra instituição credenciada pelo Conselho, no entanto, preferencialmente, ainda mais na fase de cumprimento do cronograma, as escolas devem escolher a instituição que oferece curso no eixo pretendido.

A escolha da instituição é de opção livre da escola solicitante. Um dos critérios de credenciamento das instituições foi que mantivessem rede de escolas nas várias regiões do Estado ou que pudessem atender a demanda em qualquer localidade do estado. Cumpre destacar que os pedidos não devem ser dirigidos a uma escola e sim a uma das instituições credenciadas que se responsabilizam pela designação do especialista e pela emissão do Parecer.

2. Quais são os períodos para solicitação de Parecer técnico?

Os pedidos de emissão de Parecer técnico para cursos em funcionamento deverão seguir os prazos estabelecidos no cronograma publicado pela Portaria CEE/GP 450, de 10-10-2011.

O cronograma estabelecido foi elaborado com a colaboração do CIE e, portanto, com fundamento no Sistema de Cadastro da Secretaria da Educação. Ao final de três anos todas as escolas terão o competente Parecer técnico sobre seus Planos de curso.

A mantenedora deve comprovar à Supervisão que atendeu o prazo estipulado no cronograma, mediante entrega do protocolo emitido pela instituição credenciada ou comprovante do pagamento. A instituição credenciada, por sua vez, também deverá obedecer os prazos estipulados no cronograma e deverá encaminhar à Diretoria de Ensino, por meio eletrônico, cópia do Parecer técnico emitido. Situação semelhante ocorre com instituições que pretendem solicitar credenciamento para ministrar cursos técnicos a distância, pois ao protocolar seu pedido no Conselho, este deverá estar acompanhado do Parecer.

Para a autorização de funcionamento de novos cursos, as escolas não estão sujeitas ao cronograma estabelecido pela Portaria CEE/GP 450, de 10-10-2011, portanto, poderão fazer a solicitação a qualquer momento; tais pedidos terão prioridade nas instituições credenciadas, que terão 60 dias para se manifestar. Cabe lembrar que a Diretoria de Ensino também possui 60 dias para analisar seus pedidos, portanto, não convém que as escolas interessadas protocolarem seus pedidos de Parecer técnico no período compreendido entre a 2ª quinzena de dezembro e a 1ª quinzena de janeiro.

3. Onde a escola deve protocolar pedido de autorização de funcionamento de curso?

O pedido de autorização de funcionamento de curso continua sendo protocolado diretamente na Diretoria de Ensino, porém, somente após a emissão do Parecer técnico. A solicitação para a emissão do Parecer técnico deverá ser protocolada diretamente em uma das instituições credenciadas.

4. Como será feito o pagamento para emissão do Parecer técnico?

O pagamento será feito diretamente à instituição credenciada escolhida pela escola, podendo ser por meio de depósito bancário ou boleto, de acordo com a orientação de cada uma.

5. Quais são as responsabilidades do Supervisor na aprovação do Plano de curso?

A Deliberação CEE 105/2011 e a Indicação CEE 108/2011 não alteram as competências legais dos Supervisores ou das próprias Diretorias de Ensino, ao contrário, oferecem um suporte técnico e valorizam a função supervisora nas decisões sobre autorização ou fechamento de cursos. O Parecer técnico que integra o Plano de curso constitui importante subsídio para a decisão final dos órgãos competentes.

Portanto, nada muda no que tange à responsabilidade da Diretoria de Ensino, em especial do Supervisor ao analisar o Plano de curso, a partir de uma ótica legal e pedagógica, abrangendo aspectos administrativos, pedagógicos e técnicos especializados, esse último, apoiado por um especialista do eixo tecnológico correspondente ao Plano de curso em análise.

Reitera-se que o parecer conclusivo para a autorização dos cursos cabe à Diretoria de Ensino; o trabalho do especialista se resume à análise do plano e à vistoria específica para um determinado curso técnico. Caso a vistoria esteja restrita à avaliação já realizada pelo especialista, o bom senso indica que não há necessidade de nova vistoria para o mesmo curso. Porém, caso existam outros pedidos, relativos à autorização de funcionamento de uma escola, a Comissão de Supervisores deverá avaliar as condições de oferta e, se for o caso, realizar nova vistoria.

6. Como devem proceder o especialista responsável por emitir o Parecer técnico e a Supervisão?

O especialista indicado pela Instituição credenciada analisará o Plano de curso, verificando se a proposta está adequada para a formação do perfil profissional necessário. Além da análise do Plano de curso, o especialista realizará visita in loco, para verificar se as instalações e equipamentos estão de acordo para o desenvolvimento do curso.

Com base na análise do Plano de curso e visita às instalações da escola, o especialista emitirá o Parecer podendo ser favorável ou desfavorável. O especialista poderá, ainda, recomendar ou sugerir adequações para serem providenciadas pela escola. A assinatura do Parecer emitido é de exclusiva competência do especialista.

À Supervisão de Ensino caberá analisar o relatório do especialista, juntamente com os demais aspectos das condições da escola - regimento, planos de ensino, matrícula, avaliações,

comprovação de regularidade e fidedignidade dos atos escolares, coerência entre o Plano de curso e demais documentos e atividades escolares, calendário, plano de estágio - e adotar as medidas preconizadas na Deliberação CEE 1/99, quando for o caso.

Dependendo das recomendações do especialista, a Supervisão poderá estipular um prazo de até 90 dias, para que a escola comprove o atendimento das recomendações, a partir de um novo Parecer, conforme dispõe o Art. 3º da Portaria CEE/GP 219, de 18-05-2011. O Parecer final e conclusivo é de competência do Supervisor de Ensino que o encaminhará ao dirigente para decisão final.

Cabe lembrar que o Plano de Curso, a partir da Deliberação CEE 105/2011, a cada cinco anos deverá ser reavaliado e encaminhado para emissão de Parecer técnico e posterior renovação da aprovação ou indeferimento pela Diretoria de Ensino.

7. Como se dará a visita in loco do especialista responsável pela emissão do Parecer Técnico?

A presença do Supervisor de ensino para acompanhar o especialista é altamente recomendável, até porque a responsabilidade pela aprovação do Plano de curso e posterior acompanhamento é dele. O especialista não pertence aos quadros da SEE, mas sua presença na escola está garantida pelo Termo de Cooperação firmado entre o Conselho e a Instituição credenciada, responsável pela indicação e contratação do especialista. Além disso, o trabalho multidisciplinar e em equipe será fortalecido e dará suporte às análises de competência do Supervisor de Ensino.

O Supervisor de Ensino, ao comparecer à escola, estará no exercício de suas funções e, naturalmente, não fará jus a nenhuma remuneração extra.

Na impossibilidade de conciliar a agenda entre o especialista e a Supervisão, sugere-se que a Diretoria de Ensino verifique a possibilidade de indicar outro profissional do quadro dos Supervisores para acompanhar a visita in loco; em último caso, após contatar a Diretoria de Ensino, o especialista deverá informar o dia e horário de seu comparecimento e lavrar Termo de Comparecimento, em duas vias, assinada pela direção. Uma cópia será encaminhada à Diretoria de Ensino e a outra juntada ao Parecer que será expedido. Com esse procedimento não há necessidade de instituir Comissão de Supervisores para acompanhar a visita in loco.

Concluindo: o Parecer técnico é de responsabilidade apenas do especialista contratado pela Instituição credenciada. A presença do Supervisor tem por objetivo facilitar a análise posterior e a emissão do parecer conclusivo sobre o Plano de curso, além de contribuir para o acompanhamento do curso.

8. Os cursos já em funcionamento precisam reformular o Plano ou encaminhar o Plano de curso existente e já aprovado pela Diretoria?

A pertinência e coerência com as exigências de formação para o mercado de trabalho atual será objeto de análise do especialista.

Portanto, se a escola estiver convicta de que possui um Plano de curso atualizado poderá apresentá-lo sem reformulação.

De qualquer forma, obrigatoriamente, de acordo com a Deliberação CEE 105/2011, a cada cinco anos o Plano de curso deverá passar por novo processo de aprovação. E, nessa ocasião, cabem as mesmas recomendações.

Quanto à indagação da situação de escolas que não fizeram a adequação prevista na Deliberação CEE 79/2008, o Sistema de Cadastro Informatizado da Secretaria da Educação apontou a situação e orientou as Diretorias de Ensino para as devidas providências. Porém, cumpre reafirmar que boa parte das escolas, adequaram somente a denominação do curso, sem atender plenamente as Diretrizes Curriculares Nacionais. Essa situação será detectada pelo Parecer técnico e poderá ser corrigida com a adequação do Plano.

9. O que acontece às escolas que não solicitarem o Parecer técnico para seus cursos em funcionamento?

A aprovação do Plano de Curso é um dos itens para a oferta regular de cursos técnicos. O não cumprimento dos prazos previstos pela Deliberação CEE 105/20, assim como dos prazos previstos no cronograma aprovado pela Portaria CEE/GP 450/2011, indica que, vencido o prazo, o curso ficará em situação irregular e impedido de aceitar novas matrículas, até que a escola comprove ter protocolado seu pedido.

Quanto às escolas, cujos cursos estejam com autorização de suspensão temporária, cabe a elas decidir sobre a continuidade ou não da oferta. Caso pretendam continuar a oferta em breve, deverão

seguir o cronograma. Vencido esse prazo, somente poderão dar continuidade aos seus cursos já autorizados e com suspensão temporária, após atualização e aprovação de seus Planos de curso, aprovados nos termos da norma vigente.

10. O que acontece quando a escola recebe um Parecer desfavorável?

Se o Parecer Técnico desfavorável for do especialista, cabe à Supervisão analisar o relatório e verificar se é possível conceder um novo prazo para as devidas correções. Dependendo da gravidade técnica dos problemas apontados, a Supervisão poderá indeferir de pronto a aprovação do Plano de curso e adotar as medidas indicadas na Deliberação CEE 1/99, cassando a autorização de funcionamento do curso. Caso sejam recomendações passíveis de correção, a Supervisão poderá estabelecer um prazo para que a escola comprove o atendimento das recomendações.

Se as recomendações exigirem uma nova análise ou visita do especialista, a Supervisão poderá solicitar que a escola interessada, no prazo de até 90 dias, apresente novo Parecer técnico, nos termos do Art. 3º da Portaria CEE/GP 219, de 18-05-2011.

De qualquer forma, transcorrido o prazo, o curso oferecido sem a devida aprovação do Plano de curso estará funcionando de forma irregular e exigirá as medidas cabíveis por parte da Supervisão.

11. Os cursos de Especialização de nível técnico estão sujeitos ao cronograma publicado pela Portaria CEE/GP 450/2011?

A princípio, os pedidos de autorização de cursos de especialização não foram objeto específico da Deliberação CEE 105/2011, uma vez que eles integram o Plano de curso.

Cabe lembrar que os cursos de especialização de nível técnico somente podem ser autorizados desde que a oferta tenha correspondência com o itinerário formativo do curso técnico.

Por consequência, ao analisar os Planos de curso, o especialista deverá manifestar-se, também, sobre as qualificações e especializações oferecidas.

12. A autorização de funcionamento de escola pode ser feita pela Diretoria de Ensino antes da emissão do Parecer técnico?

Sim, se uma instituição está solicitando autorização de funcionamento de estabelecimento e de outros cursos que não sejam de educação profissional de nível técnico. Ela poderá dar entrada em seu pedido, nos termos da Deliberação CEE 1/99, podendo obter autorização de funcionamento e instalação dos cursos solicitados e ser informada de que a autorização para instalação de cursos técnicos somente serão analisados e autorizados após o cumprimento do disposto na Deliberação CEE 105/2011. Caso a escola apresente condições de espaço e infraestrutura, o Regimento poderá prever a oferta de cursos de Educação Profissional de nível Técnico, evitando-se futura alteração.

13. Os cursos de ensino médio que oferecem ou pretendem oferecer a educação profissional na modalidade integrada também devem requerer o Parecer técnico?

Se o curso oferecer apenas qualificações profissionais não há necessidade. Porém, se o ensino médio for organizado e oferecido de forma integrada com uma habilitação profissional, o Parecer técnico se torna obrigatório para a expedição do competente Diploma de Técnico.

14. Se a escola alterar a sua matriz curricular é necessário solicitar a emissão de novo Parecer técnico?

Caso haja mudança apenas na matriz curricular, com objetivo de promover ajustes, como por exemplo, a inclusão de uma nova disciplina ou a revisão da carga horária, desde que não altere o perfil profissional de conclusão, não é necessário solicitar novo Parecer técnico, nesse caso, a escola deve comunicar à Diretoria de ensino, por ocasião da remessa do Plano escolar e seus anexos, o que foi modificado.

✓ - Quanto às sugestões recebidas

Todas as sugestões foram devidamente analisadas e serão objeto de novos estudos e de encaminhamento, por competência, para a Câmara de Educação Básica para emissão de Parecer ou Deliberação, quando for o caso. Outras questões suscitadas poderão constar de novas orientações ou de esclarecimentos, por meio de reunião com os Supervisores de Ensino, a ser programada.

(DOE de 14/12/2011, Seção I, Páginas 65/66)